

A Política Externa da Arábia Saudita a partir de 2015 - Mudanças e Continuidades

Mathilde Filomena da Silva Gonçalves

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política
e Relações Internacionais**

(especialização em Relações Internacionais)

Março de 2022

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais com especialização em Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Alexandra Magnólia de Vicente Quirino Alves Dias Saraiva

Aos meus avós, Amélia e Joaquim

A Política Externa da Arábia Saudita a partir de 2015 – Mudanças e Continuidades

RESUMO

O ano de 2015 foi transformador para a última monarquia absoluta do mundo. A Arábia Saudita, governada por Mohammad Bin Salman, entrou na era do pós-petróleo, com todas as consequências económico-sociais trazidas pelo seu novo contexto interno. Do seu ambiente interno e regional emanam as maiores ameaças à sua segurança, sobrevivência e continuidade. As bases que sustentam o contrato social que tem mantido o reino saudita coeso e unido em torno do seu monarca podem estar a ruir. O antagonismo Irão-Arábia Saudita manifesta-se em diversas *proxy wars*, sendo que a partir de 2015 materializou-se na instrumentalização do conflito do Iémen pelos dois antagonistas, que usam a clivagem xiitas/sunitas em proveito das suas agendas regionais. Uma das maiores ameaças à sobrevivência da Arábia Saudita seria a formação de um “arco xiita” perto do seu território, liderado pelo Irão. A política regional que a Arábia Saudita desenvolve, no seu novo contexto pós-2015, visa contrabalançar a influência iraniana, criando um “crescente sunita”. Continuará a ser no contexto global que a Arábia Saudita irá tentar mitigar as ameaças do contexto interno e regional, seja na sua relação com os Estados Unidos, seja através da procura de novos aliados internacionais. Esta é uma análise compreensiva da Política Externa da Arábia Saudita, na qual queremos saber que características novas apresenta, desde 2015, a Política Externa saudita, e em que medida essas características representam, ou não, uma rutura com o passado, dado o novo contexto pós-2015.

Palavras-chave: Arábia Saudita, Política Externa, Médio Oriente, Golfo Pérsico, transição económica, economia redistributiva, autocracia, monarquia absoluta, continuidade, transformação, petróleo.

Saudi Arabia's Foreign Policy since 2015 – Changes and Continuities

ABSTRACT

The year of 2015 was transformative for the world's last absolute monarchy. Saudi Arabia, ruled by Mohammad Bin Salman, has entered the post-oil era, with all the economic and social consequences brought about by its new internal context. From its internal and regional environment emanate the greatest threats to its security, survival and continuity. The foundations underpinning the social contract that has kept the Saudi kingdom cohesive and united around its monarch may be collapsing. The Iran-Saudi Arabia antagonism manifests itself in various proxy wars, and since 2015 it has materialized in the instrumentalization of the Yemen conflict by the two antagonists, who use the Shia/Sunni divide to the advantage of their regional agendas. One of the biggest threats to Saudi Arabia's survival would be the formation of a "Shiite arc" near its territory, led by Iran. The regional policy that Saudi Arabia develops, in its new post-2015 context, aims to counterbalance Iranian influence by creating a "Sunni crescent." It will continue to be in the global context that Saudi Arabia will attempt to mitigate threats from the domestic and regional context, whether in its relationship with the United States or through seeking new international allies. This is a comprehensive analysis of Saudi Arabia's Foreign Policy, in which we want to know what new features Saudi Foreign Policy presents since 2015, and to what extent these features represent, or not, a rupture with the past, given the new post-2015 context.

Keywords: Saudi Arabia, Foreign Policy, Middle East, Persian Gulf, economic transition, redistributive economy, autocracy, absolute monarchy, continuity, transformation, oil.

Índice

Introdução	1
Capítulo I Enquadramento teórico-metodológico.....	4
1.1 Estado da Arte em Análise de Política Externa.....	4
1.2 As Teorias das Relações Internacionais e Análise de Política Externa.....	8
1.2.1 O Realismo em Análise de Política Externa.....	8
1.2.2 O Construtivismo em Análise de Política Externa.....	10
1.3 Análise de Política Externa no Médio Oriente.....	13
1.4 Dinâmicas de Segurança Regionais do Médio Oriente.....	20
1.4.1 A Guerra-Fria do Médio Oriente.....	22
1.4.2 O Iémen.....	23
1.4.3 A Síria.....	24
1.4.4 O Iraque.....	25
1.4.5 O Estado Islâmico.....	26
1.4.6 O Conselho de Cooperação do Golfo.....	28
Capítulo II Arábia Saudita: Antecedentes e História.....	29
2.1 Origens e consolidação do Estado Saudita.....	29
2.2 Durante o século XX.....	31
Capítulo III O nível de análise interno.....	36
3.1 A dimensão política.....	36
3.1.1 A monarquia, o sistema político e os problemas de sucessão ao trono.....	37
3.1.2 A falta de Direitos Humanos e a opressão da população.....	40
3.1.3 As mulheres na Arábia Saudita.....	42
3.1.4 Os xiitas sauditas.....	45
3.2 A dimensão económico-social.....	48

3.2.1 O retrato demográfico de uma população heterogénea.....	48
3.2.2 Os trabalhadores estrangeiros.....	49
3.2.3 O petróleo, a economia política do Reino e o Plano “Vision 2030”.....	50
3.3 A dimensão histórico-simbólica.....	55
3.3.1 Identidade(s) e Identidade nacional.....	55
3.3.2 O “novo futuro” saudita.....	58
Capítulo IV O nível de análise regional.....	61
4.1 A dimensão política e geoestratégica.....	61
4.1.1 Um novo Rei, uma nova Política Externa.....	61
4.1.2 Novas parcerias, alianças circunstanciais e a reformulação das prioridades.....	64
4.1.3 O papel do CCG e do Red Sea Council na nova diplomacia saudita.....	68
4.1.4 A Guerra Fria do Médio Oriente, o que se pode perspetivar?.....	72
4.2 A dimensão histórico-simbólica.....	76
4.2.1 As Primaveras Árabes e as suas consequências.....	76
4.2.2 Tribalismo e política étnica.....	76
Capítulo V O nível de análise global.....	79
5.1 A dimensão político-estratégica.....	79
5.1.1 A Arábia Saudita e os Estados Unidos da América.....	79
5.1.2 A Arábia Saudita e a China.....	88
5.1.3 A Arábia Saudita e a Rússia.....	91
5.1.4 Quem fornece armas à Arábia Saudita?.....	94
5.2 A dimensão económico-social.....	95
5.3 A dimensão histórico-simbólica.....	100
Conclusões e Considerações finais.....	106
Referências Bibliográficas.....	114
Anexos.....	121

INTRODUÇÃO

Apesar das origens da Arábia Saudita remontarem ao ano de 1750, o Estado da Arábia Saudita é um produto do século XX e da Modernidade, e é *sui generis* pois não resulta de nenhum processo de descolonização.

No século XXI a Arábia Saudita e os seus monarcas estão perante novos desafios: a globalização, o fim da ordem unipolar, um ambiente regional hostil, várias crises económico-financeiras, a necessidade premente de deixar a dependência do petróleo para trás diversificando a sua economia, as ameaças transnacionais não-convencionais, e principalmente, a necessidade de assegurar a sobrevivência e continuidade da dinastia Al-Saud à cabeça do Estado Saudita.

A investigação a que nos propomos é uma análise compreensiva da Política Externa da Arábia Saudita desde 2015. Através de uma abordagem qualitativa de caso único, pretendemos compreender e analisar possíveis tendências de continuidade e/ou mudança em Política Externa, desde 2015, no maior Estado da Península Arábica.

Porquê escolher analisar a Política Externa (PE) da Arábia Saudita a partir de 2015? O ano de 2015 foi um ano de viragem para a Arábia Saudita em termos de política interna e de política externa tanto ao nível regional como internacional. O ano de 2015 ficou marcado por múltiplos acontecimentos transformadores para o Estado saudita e para a sua PE inaugurando o período da “Diplomacia Salman”.

O nosso objetivo geral é procurar compreender que características novas apresenta, desde 2015, a Política Externa da Arábia Saudita, e em que medida essas características representam uma rutura (ou não) com o passado, tendo em conta as interações existentes entre os diferentes contextos (ou níveis): interno, regional e internacional.

Os nossos objetivos particulares passam por saber em que medida a crise interna do *distributive welfare state*¹ saudita ameaça a sobrevivência e permanência no poder da dinastia Al-Saud, daí ter levado a uma necessária mudança de estratégia do regime interna e externamente. Observaremos o contexto regional de rivalidade estrutural entre o Irão e a Arábia Saudita, cujas verdadeiras razões geopolíticas e geoestratégicas se escondem muitas vezes por trás de retórica religiosa, perceberemos quais as estratégias de *hard* e

¹ Termo ligado à redistribuição das receitas petrolíferas do reino à população, na qual assenta a coesão, estrutura, paz social e legitimidade da dinastia vigente da Arábia Saudita.

soft power do regime saudita para se voltar a impor como potência hegemónica no Médio Oriente, e avaliaremos as diferenças e o que se alterou na relação EUA-Arábia Saudita com a passagem da administração Obama para a administração Trump e da administração Trump para a administração Biden e o que isso implica para o SI. Queremos ainda compreender quais as estratégias de Mohammed Bin Salman em termos de PE e de projeção internacional do regime. A abordagem metodológica que iremos aplicar ao nosso estudo de caso será uma combinação entre Análise de Política Externa (APE) e entre a análise de Dinâmicas de Segurança no Médio Oriente, tendo sempre, como quadro teórico de base, o campo da Teoria das Relações Internacionais. O quadro teórico apresentado em APE quer perceber como é que os Estados agem, e como se explicam os vários aspetos de Política Externa. O campo de estudo das Dinâmicas de Segurança permitir-nos-á observar padrões e tendências regionais relevantes para o nosso caso de estudo, como a multipolarização da região, o enfraquecimento estrutural dos Estados, a maior importância de atores não-estatais, a securitização étnica, ou a identificação de padrões de cooperação e de inimizade.

A pergunta de investigação pela qual o nosso trabalho se irá reger será - De que forma a estratégia da “mudança dentro da continuidade” encetada pelo atual governo Saudita molda a sua Política Externa? Esta questão vê-se complementada pelas seguintes perguntas: Face ao fenómeno da crise do *distributive welfare state* e a possível perda de legitimidade da dinastia Al-Saud, que estratégias de Política Externa estão a ser desenvolvidas pelo atual governo Saudita? Em que medida terá o objetivo de permanência no poder dos Al-Saud conduzido a mudanças na Política Externa da Arábia Saudita? Ou terão essas mudanças sido ditadas por imperativos de manutenção e ascensão a potência hegemónica regional?

No primeiro capítulo desta investigação iremos traçar o enquadramento teórico-metodológico da nossa análise. Este capítulo será dedicado ao Estado da Arte da literatura científica em Análise de Política Externa e Dinâmicas de Segurança no Médio Oriente.

O segundo capítulo será dedicado aos antecedentes do que queremos analisar. Iremos visitar rapidamente a Política Externa da Arábia Saudita ao longo do século XX pois não é possível fazer uma análise da Política Externa da Arábia Saudita desde 2015 sem compreender o que está para trás. As Duas Grandes Guerras e a Guerra-Fria (mas não só: o conflito israelo-palestiniano ou as Guerras do Golfo também podem servir de exemplo) foram conflitos que acabaram por moldar, transformar e alterar as configurações do

Médio Oriente, e consequentemente tiveram implicações na Arábia Saudita, na sua postura, e na sua identidade.

No terceiro capítulo desta investigação iremos forçar-nos no nível de análise interno. Se em APE se têm esbatido cada vez mais as fronteiras entre política externa e política interna e se é cada vez mais evidente a influência da política interna na formulação da Política Externa dos Estados, este capítulo parece-nos essencial para o que pretendemos analisar, e para a compreensão dos capítulos seguintes. É na política interna da Arábia Saudita que estão as bases para o entendimento da sua Política Externa, do seu posicionamento no Sistema Internacional, das suas estratégias e dos caminhos que escolhe.

O quarto capítulo será dedicado ao nível de análise regional, às implicações regionais da PE da Arábia Saudita, que passam necessariamente pela rivalidade estrutural com o Irão mas não só. A geopolítica do Médio Oriente é um tabuleiro de xadrez complexo onde os vários Estados e atores não-estatais interagem entre si e se movimentam, onde vários Estados querem e tentam a hegemonia regional, e se tentam impor como os maiores *players* da região, tendo de lidar com a questão do terrorismo e do aparecimento de cada vez mais atores não-estatais, das ameaças transnacionais e não-convencionais.

No quinto capítulo iremos focar-nos no nível de análise global, nas implicações da PE da Arábia Saudita para o Sistema Internacional mas também nas implicações que o próprio Sistema Internacional impõe à Arábia Saudita. Queremos perceber que posição ocupa a Arábia Saudita na geopolítica mundial, que posição pretende atingir em termos de *hard* e *soft power*, qual a sua relação com os maiores *players* mundiais: os EUA, a Rússia e a China.

Apesar dos três últimos capítulos da nossa investigação estarem separados por nível de análise, é importante ressaltar que estes níveis de análise não são estanques. Será necessário ter em consideração e não esquecer, ao longo de toda a nossa análise: o impacto das dinâmicas internas na política regional, a dimensão regional da interação entre Estados que pode tanto ser moldada pela política doméstica como pela política internacional, e a influência das dinâmicas globais na política regional e vice-versa.

I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 Estado da Arte em Análise de Política Externa

Começemos com uma simples pergunta: O que é estudar Política Externa? Diremos, de forma simplificada, que estudar Política Externa é pensar sobre porque é que X fez Y, sobre se um determinado decisor tomou a escolha certa no tempo certo, e sobre os custos/benefícios das alternativas disponíveis.

A área de estudos de Política Externa tem sentido um renovado *élan* na conjuntura atual, que se prende com a agenda da Política Mundial no século XXI, apesar de ser um campo já bastante estudado e desenvolvido no século XX, tendo criado diálogo académico entre a literatura de Análise de Política Externa e as Relações Internacionais.

Nas Relações Internacionais do rescaldo da Guerra-Fria, o enfoque dos estudiosos prendia-se com a estrutura do Sistema Internacional, com o fim da bipolaridade e a preocupação com o que a ela se veio substituir, seja uma ordem unipolar ou multipolar. Com o 11 de Setembro de 2001 o enfoque voltou-se para as decisões tomadas pelos Estados Soberanos, por atores não-estatais, redes transnacionais militantes extremistas, e para a cooperação na luta contra o terrorismo e as ameaças não-convencionais aos Estados e às pessoas.

Foram vários os autores que propuseram as suas definições de Política Externa. Os autores de «*Handbook of International Relations*» dão-nos uma definição clássica de Política Externa:

“As ações que, expressas na forma de objetivos específicos, compromissos, e/ou diretivas, levadas a cabo por representantes governamentais em nome da sua comunidade soberana, estão direcionadas para objetivos, condições e atores tanto governamentais como não governamentais, a quem se pretende chegar e que estão para lá da sua legitimidade territorial.”. (Carlsnaes et al. 2002 p. 325)

Christopher Hill, autor da obra «*The Changing Politics of Foreign Policy*» dá-nos uma definição de Política Externa mais abrangente: “ *A soma de relações externas oficiais conduzidas por um ator independente (normalmente um Estado) em Relações Internacionais.*” (Hill 2003 p. 3)

Nos anos 90, a Globalização veio provocar o aumento das interdependências, e o papel central do ator “Estado” começou a ser posto em causa. No entanto, a globalização e as interdependências não levaram ao desaparecimento do papel do Estado, o que se verificou foi que este passou a ser mais restrito – impedindo os Estados de agir livremente,

tendo a globalização criado uma rede de interdependências que minou a capacidade dos Estados terem o controlo absoluto do seu destino – e mais central – as populações continuam a contar com o papel e a ajuda do Estado para mitigar os efeitos negativos da globalização, tendo o Estado penetrado em várias áreas onde antes não intervinha. Em suma, a globalização e as interdependências que esta trouxe não significam a erosão da vitalidade do Estado, mas tornaram mais difícil e complexa a prática estatal. Política Externa é, portanto:

“Uma combinação de inputs e outputs que se aplicam ao comportamento de uma grande variedade de atores, desde instituições globais, a movimentos sociais, a atores regionais entre muitos outros” (Smith, 2016, p. 3)

Apesar de, tradicionalmente, em Análise de Política Externa (APE), o enfoque estar no Estado enquanto ator central, isso não significa necessariamente que se aceitem os principais pressupostos do Realismo, se em Relações Internacionais se pode estudar o Sistema Internacional sob diferentes perspetivas de análise, o mesmo se aplica em Política Externa. No entanto, o estudo de Política Externa não é um domínio intelectual independente, o campo da APE nasceu e desenvolveu-se no pós-II Guerra Mundial mas estudar Política Externa não se resume ao campo da APE pois as dinâmicas de Política Externa podem ser encontradas numa grande variedade de outros sub-campos das Relações Internacionais e das outras ciências sociais. Em termos de interdisciplinaridade há uma relação especial entre Política Externa e Relações Internacionais pois as duas estão ligadas organizacionalmente e intelectualmente.

O sub-campo da APE surgiu nos anos 50 do século XX, e foi-se desenvolvendo à volta de dois principais temas tratados em duas obras paradigmáticas: o tema do *foreign policy decision making* (onde o que se pretende estudar é o processo de formulação e construção de Política Externa e não tanto os resultados) trazido por Snyder, Bruck e Sapin com a obra «*Decision-making as an approach to the study of international politics*» publicada em 1954; e o tema da dimensão psicológica em *foreign policy making* abordado por vários autores como Kenneth Boulding ou Harold e Margaret Sprout com a obra «*Man-Milieu Relation-ship Hypothesis in the context of International Politics*» publicada em 1956.

Há teóricos críticos que têm evitado o estudo de Política Externa por isso implicar:

“Um comprometimento normativo com os valores e interesses de alguns Estados em particular, no entanto levar a sério o papel do Estado não é o mesmo que perceber o Estado como unidade principal de análise de Política Internacional, estudar a dimensão estatal não faz de nós necessariamente estatocêntricos”. (Hudson, 2016, p. 6).

A Política Externa Crítica deve ser empírica sem ser empiricista. Devemos olhar para casos de estudo concretos dentro de um compromisso teórico-normativo explícito, e não devemos ter em conta apenas o nível governamental pois os Estados estão num contexto em que as suas ações são moldadas por atores não-estatais e por movimentos e normas transnacionais. Devemos olhar, também, para o papel dos indivíduos e dos grupos em termos de “quem ganha e quem perde” com as decisões de Política Externa, e é necessário reconhecer as contingências do processo político, na medida em que os decisores não se movimentam de forma livre mas de forma constrangida, sabendo que as coisas podiam sempre ser diferentes pois a Política Externa nunca é apenas o reflexo da necessidade. De facto, é preciso dar resposta aos acontecimentos, e isso significa muitas vezes que não há escolhas certas ou erradas e, para se ser intelectualmente honesto é igualmente importante reconhecer os custos das não-decisões e das não-respostas assim como das decisões e das respostas. As decisões tomadas pelos decisores importam e, muito frequentemente, haveria outras alternativas disponíveis mas estes escolheram não as tomar. Ao reconhecer que a Política Externa é um conjunto de decisões e de ações (e de não-decisões e não-ações), tomadas em condições de incerteza e constrangimento, não se deve nem pode tratar os resultados históricos como um dado adquirido:

“A abordagem crítica em Política Externa tem potencial significativo para nos fazer olhar para o comportamento dos Estados dentro de um vasto ecossistema de políticas e, como enquadramento teórico para pensar a Política Externa, a abordagem crítica oferece vantagens significativas em relação a abordagens estatocêntricas, mais limitadas e muitas vezes encontradas na literatura de APE” (Hudson, 2016, p. 7).

A segunda geração de APE desenvolveu o *small group decision making*, que se refere aos processos e às estruturas dos grupos que tomam as decisões em Política Externa, em que foram incorporados contributos da psicologia social– descobriram que a preocupação em manter a coesão do grupo e a preocupação com a aceitação do grupo pode resultar na deterioração da qualidade da decisão – a obra mais proeminente neste campo foi «*Victims of Groupthink*» de Irving Janis (1972) mas uma segunda vaga de autores, entre os quais G. Breslauer, C.F. Hermann, D. Sylvan, e J. Tetlock, quis ir “além do *groupthink*” e perceber como é que um determinado grupo percepçiona, representa e enquadra uma determinada situação de Política Externa. A segunda geração de APE desenvolveu igualmente o estudo dos processos organizacionais e das políticas burocráticas, em que os seus autores se propuseram a estudar a influência dos processos organizacionais e das políticas burocráticas no processo de decisão em Política Externa. A segunda geração de investigadores em APE continuou, tal como a primeira, a

interessar-se pelas influências psicológicas no processo de decisão em Política Externa, em que o foco está nos processos mentais do decisor. Estes autores, entre os quais Barber (1972), Winter (1973), Etheredge (1978), Shapiro e Bonham (1973), Hermann (1977) ou Falkowski (1979), apontam para o facto de que sob determinadas condições de *stress* e pressão, as características individuais tornam-se cruciais para perceber como é que as decisões são tomadas. Foi identificado o problema das falsas percepções, que traz potenciais consequências desastrosas nas questões da guerra e da paz. A mente de um decisor em Política Externa contém padrões e informações complexos e inter-ligados como um sistema de crenças, atitudes, valores, experiências, emoções, características pessoais, estilo, memória, a sua concepção nacional e a sua concepção de si próprio. Além disso, a cultura, História, geografia, economia, instituições políticas, ideologia, demografia e inúmeros outros fatores são responsáveis por moldar o contexto onde esse mesmo decisor opera. A segunda geração de investigadores em APE veio dar ainda destaque às características nacionais e sociais que influenciam todo o processo de decisão em Política Externa, sendo que as questões ligadas à concepção do papel nacional de determinada nação tocam tanto na arena psicológica como na arena societal de APE.

Foi no contexto dos anos 80 e da Guerra-Fria que a disciplina de APE começou a ser repensada. No pós-Guerra-Fria a disciplina de APE viu-se marcada por alguns compromissos novos que não possuía no primeiro momento do seu desenvolvimento. Esses compromissos passavam pela necessidade de se olhar por baixo do nível de análise do Estado, tendo desse modo em conta as especificidades de cada ator, passavam pela necessidade da operacionalização de teorias intermédias que pudessem colmatar o fosso entre a complexidade do mundo real e as teorias gerais, mas também pela necessidade de explicações multi-causais que abrangessem os vários níveis de análise, a necessidade de aproveitar todo o tipo de contributos que pudessem ser úteis das outras Ciências Sociais, e a necessidade de se compreender que o processo de tomada de decisão em Política Externa é tão importante como o que dele resulta.

Ao revisitar as origens e a evolução teórica da disciplina de Análise de Política Externa somos postos perante uma dificuldade – a de saber como se aplicam e como podem ser úteis os conceitos e temáticas de APE acima referidos em relação a sociedades não-ocidentais como as do Médio Oriente e particularmente em relação à Arábia Saudita, uma monarquia absoluta e um Estado autoritário, onde se identificam mudanças à superfície em paralelo com continuidades na estrutura mais profunda da sociedade?

Dadas as especificidades da Arábia Saudita que contributos da disciplina de APE nos serão úteis?

Será necessário olhar por baixo, por cima e ao nível do Estado procurando explicações multi-causais que articulem os níveis estatal, regional e global. Será necessário, também, avaliar qual o impacto (ou não) dos grupos sociais em relação à autonomia do Estado para conduzir a sua Política Externa, e não ignorar a dimensão interna da Política Externa. Há ainda a considerar a dimensão psicológica e sociocultural da tomada de decisão de PE, do(s) decisor(es) e das elites que poderão ser influenciados por determinada herança cultural e/ou socialização. Igualmente importante será perceber como a Arábia Saudita se vê a ela própria e ao seu posicionamento internacional já que as especificidades de cada Estado levam a diferenças nas escolhas e comportamentos de PE. Isto através de uma abordagem crítica e das vantagens que esta abordagem oferece, evitando uma visão demasiado estatocêntrica e tendo em conta as interdependências e a complexificação das relações entre atores que a globalização trouxe e que perduram nos dias de hoje.

Depois de percebermos as origens e a evolução da disciplina de Análise de Política Externa ao longo do tempo e qual a sua relevância e complementaridade com as Relações Internacionais, iremos, à luz de duas teorias (ou escolas de pensamento) das Relações Internacionais - o Realismo e o Construtivismo - pensar e analisar quais as potencialidades e vantagens (ou não) de cada uma no processo de análise de Política Externa, e quais os contributos que podem oferecer para o nosso estudo de caso da Arábia Saudita.

1.2 As Teorias das Relações Internacionais e Análise de Política Externa

1.2.1 O Realismo em Análise de Política Externa

A escola realista das Relações Internacionais tem por base um conjunto de ideias que pretendem explicar “como o mundo funciona” e que vieram dar origem a um conjunto de teorias. Se quisermos analisar uma situação ou caso específico de Política Externa, devemos extrair as vantagens analíticas proporcionadas pelo realismo que possuam potencial explicativo em relação à situação ou caso específico que queremos analisar, sem correr o risco da generalização exagerada que a Teoria Realista nos faz correr. Como nos lembra William C. Wolforth, a escola de pensamento realista assenta em 3 pressupostos centrais:

1. A necessidade do grupo para a sobrevivência – apesar da solidariedade e coesão do grupo gerar competição com outros grupos, hoje o grupo mais significativo é o estado-nação e a fonte da sua coesão é o nacionalismo, apesar de tudo estes pressupostos podem ser aplicados a todo o tipo de interação social entre todo o tipo de grupos.
2. O egoísmo na prossecução do interesse próprio – o egoísmo emana da própria natureza humana e a prossecução do interesse próprio conduz o comportamento político, no confronto entre o interesse coletivo e o interesse próprio é o ultimo que costuma prevalecer.
3. A centralidade do Poder – o poder é a figura central da política, a Humanidade conhece desde sempre a desigualdade do poder em dois sentidos: primeiro a questão da influência e do controlo (alguns grupos ou indivíduos possuem mais influência do que outros, o que lhes permite controlar o processo político) e segundo a questão dos recursos (alguns grupos ou indivíduos possuem os recursos que lhes permitem fazer prevalecer a sua vontade, ao contrario de outros). Esta interação entre a força social e material, que se desenvolve tendo como pano de fundo o potencial uso da coerção através do poder material, é o que caracteriza a interação política. (Wohlforth, 2016, p. 36)

Para que da Teoria Realista se consigam extrair explicações e relações causais concretas de Política Externa é necessário proceder à difícil tarefa de fazer a ponte entre as causas gerais ditadas por determinada teoria e as particularidades de determinado caso ou situação. Visto que a escola realista tem as suas raízes na prática diplomática e, em simultâneo, pretende chegar a grandes princípios e leis gerais que ultrapassam as particularidades de cada caso específico, é preciso encontrar um equilíbrio entre estes dois objetivos potencialmente antitéticos, equilíbrio esse que os realistas neo-clássicos se propõem encontrar.

O Realismo neo-clássico é uma “sub-escola” de pensamento dentro do Realismo cujo principal objetivo é “*retificar a falta de equilíbrio entre o geral e o particular*” (Wohlforth, 2016, p. 44). O realismo neo-clássico começou a ser desenvolvido para colmatar as lacunas do neo-realismo e ainda como uma reação da escola realista à tendência de recorrer a outras escolas de pensamento das Relações Internacionais quando uma determinada situação de Política Externa parecia não ser explicável sob as lentes do Realismo. Os realistas neo-clássicos voltaram à velha caixa de ferramentas do realismo clássico, tentando encontrar argumentos e teorias que permitissem uma APE mais sólida, voltando a querer olhar para dentro do Estado e para a política doméstica, avaliando como

são processadas as pressões sistémicas internas e quais os seus resultados na escolha de determinado caminho de Política Externa. O realismo neo-clássico pretende beber os contributos de todas as outras correntes e teorias realistas porque para os realistas neo-clássicos não há apenas uma sub-escola realista que seja a mais adequada para avaliar determinada situação de Política Externa, a escolha deve ter em conta o contexto. Não obstante, a escolha de ter em consideração determinada sub-escola ou doutrina dentro do realismo irá sempre depender de como o analista de Política Externa percepciona esse mesmo contexto.

“É esta a abordagem [realista neo-clássica] que explora melhor todas as vantagens do realismo, evitando as suas armadilhas, para uma análise de Política Externa” (Wohlforth, 2016, p. 40).

Em APE as teorias das Relações Internacionais complementam-se, não competem entre si nem são concorrentes, mas, pelo contrário, são complementares umas às outras e a sua utilidade varia dependendo do caso específico de Política Externa em análise.

Como argumenta William C. Wolforth:

“Um analista de Política Externa não deve ser um realista dogmático nem um anti-realista dogmático. Deve conhecer as teorias sem estar demasiado comprometido com nenhuma [...]. Uma APE envolvendo um diálogo constante entre a especificidade de cada caso de estudo e a Teoria [das Relações Internacionais] é possível. [...] O realismo neo-clássico é a Teoria Realista para o analista de Política Externa”. (Wohlforth, 2016, p. 52)

Assim, é visível a utilidade da Teoria Realista para o nosso estudo de caso da Arábia Saudita. Através do Realismo, dos seus pressupostos, e através do dilema de segurança e da questão do equilíbrio da balança de poder podemos explicar o pragmatismo da Política Externa da Arábia Saudita, nomeadamente a nível regional. Podemos observar e compreender os meandros da política do poder, as suas condicionantes e oportunidades geopolíticas e geoestratégicas. O realismo neo-clássico será o nosso enquadramento teórico por excelência, não obstante as especificidades inerentes ao Médio Oriente pois o impacto da *realpolitik* e da centralidade do poder é incontornável para analisar a Política Externa da Arábia Saudita.

1.2.2 O Construtivismo em Análise de Política Externa

O Construtivismo é uma abordagem teórica das Relações Internacionais relativamente recente em relação às anteriores. A Teoria Construtivista vem desafiar a Realista e a Liberal em vários aspetos, começando pelas suas premissas de base. Ao defender que o mundo é uma construção do Homem e que todos os factos são socialmente

construídos, o Construtivismo vem desafiar a perspectiva realista no seu pessimismo estrutural sobre as contingências da natureza humana e a perspectiva liberal na sua assunção de que a Humanidade caminha em direção ao progresso.

Graças às suas origens pós-moderna e crítica o Construtivismo tem um compromisso com a problematização e o questionamento constante, pretende não aceitar o que é geralmente aceite e incluir aquilo que é posto de lado pelas Teorias Clássicas, e oferece-nos um leque de opções diferente para explicar os fenómenos políticos internacionais tal como, por exemplo, o significado da anarquia do Sistema Internacional, da balança do poder e das identidades.

“O argumento construtivista de que a anarquia do Sistema Internacional não é necessariamente conflitual e baseada na auto-ajuda dos Estados foi um golpe duro para os realistas e veio abrir portas a uma nova forma conceptual de pensar em Política Externa e pôs o papel da cultura e das práticas institucionais na ordem do dia”. (Flockhart, 2016, p. 83)

Um construtivista entende a realidade como um projeto em constante evolução e transformação e vê a realidade como o resultado e a interpretação do seu conhecimento inter-subjetivo e da sua interpretação da realidade social. Os Construtivistas não contestam a existência das coisas mas sim do seu significado, e é aqui que entra o papel da cultura e da anarquia, diferentes significados e diferentes culturas anárquicas irão levar a práticas e resultados diferentes em Política Externa. O Estado é uma construção social que só existe através do entendimento humano e que se disseminou através da prática, também às Relações Internacionais se pode aplicar o mesmo, elas não significam nada fora dos significados e práticas que a elas se associam. Os factos sociais vão-se construindo através do tempo, das relações sociais e da prática, até que que nos pareçam realidades objetivas que não contestamos.

Ao aceitar que a realidade e os factos são socialmente construídos, o Construtivismo entende que as estruturas não são só constituídas por fatores materiais e objetivos (como o poder militar, económico ou os recursos naturais) mas também por fatores ideacionais (regras, símbolos, linguagem, identidade).

Na obra «*The Promise of Constructivism in International Relations Theory*» publicada em 1998, Ted Hopf explica o destaque dado pelo Construtivismo ao fator identitário argumentando que as identidades remetem a um conjunto específico de interesses e preferências na escolha de determinada ação. Ao definir os agentes da política internacional como influenciados pela sua identidade, o Construtivismo reconhece o

papel desempenhado pelo contexto histórico, social, cultural e político, contextos que contribuíram para a criação dessa mesma identidade. Cada ator segue um conjunto de regras e normas associado a determinada identidade que o irá levar a preferir determinada forma de atuação em detrimento de outras. Ao contrário do realismo e do liberalismo, o Construtivismo não assume que os indivíduos e os Estados são apenas movidos pelos seus interesses baseados no cálculo racional dos custos-benefícios das suas ações, mas que irão escolher que ação tomar com base na adequação de determinada ação com a sua identidade. Cada ator ou agente da política internacional age numa dupla lógica: a do cálculo racional das consequências das suas ações (ou não ações) que o levará a escolher a que traga mais benefícios e, em paralelo, a da maior adequação possível entre a sua identidade e as regras e normas que essa mesma identidade percepciona como adequadas em determinada situação de Política Externa.

A obra de Anthony Giddens «*Modernity and self-identity: Self and Society in the late Modern Age*» publicada em 1991, defende que as estruturas influenciam os agentes, mas que os agentes também influenciam as estruturas através da prática. É através da prática que os factos sociais se internalizam e se autonomizam dos agentes que o construíram, e que fatores como a cooperação, por exemplo, se implementam e se enraízam. Como argumenta Adler: “*A prática ela própria pode ainda constituir a própria estrutura e identidade*” (Flockhart, 2016, p. 88). A prática assegura ao agente um ambiente cognitivo mais estável que reforça a sua identidade e a sua confiança. É precisamente a mútua influencia entre o agente e a estrutura que permite que a Política Externa tenha poder transformador e, para que o Construtivismo seja uma ferramenta analítica útil em APE é necessário atentar mais no agente e é aqui que entra a dimensão psico-social de APE referida no início deste capítulo pois é o agente quem desenvolve a atividade da Política Externa e está sujeito à estrutura doméstica e à estrutura internacional e deve reagir às duas.

A Teoria Construtivista terá, a par com a Realista, um papel central na análise do nosso estudo de caso da Arábia Saudita. A questão identitária é determinante na compreensão da Política Externa da Arábia Saudita. É dela que emanam os padrões de amizade/inimizade perante o outro, é dela que emana a rivalidade estrutural entre o Irão e a Arábia Saudita que se materializa em *proxy wars* que opõem xiitas e sunitas (cujo caso paradigmático é, atualmente, o caso da guerra do Iémen) e que dividem o Médio Oriente e o Islão político. A nível interno a questão identitária será igualmente central na

formulação da política interna e externa, na definição das suas prioridades e orientações. Veremos se e como, numa monarquia do Golfo com pretensões de hegemonia regional, as identidades (árabe, sunita, do próprio sistema político) terão um papel tão importante quanto a *realpolitik* e o pragmatismo da política do poder.

1.3 Análise de Política Externa no Médio Oriente

A grande maioria das obras de APE do mundo árabe são estudos de caso único, mas uma das obras mais paradigmáticas por ter vindo romper com esta tendência foi a obra «*The Foreign Policies of Arab States*» publicada em 1984 por Bahgat Korany e Ali Hillal Dessouki, em que autores árabes e ocidentais se juntam à volta do enquadramento da disciplina de APE na tentativa de ir além das tendências predominantes da literatura ou seja, o estruturalismo e as abordagens psicológicas centradas no líder.

“Este tipo de abordagens vem confirmar a ideia de James Rosneau que defende que devido à fraqueza das instituições e à falta de peso da sociedade civil no «terceiro mundo» são os fatores das pressões externas e do tipo de liderança que dominam os estudos de APE , apesar desta abordagem ignorar outros fatores igualmente importantes”. (Hinnebush, 2015, p. 78)

É habitual haver líderes que querem e precisam de se legitimar a si próprios através de determinado papel ou orientação de PE havendo, no entanto, diferenças entre o pretendido e a verdadeira *performance* de PE desempenhada por esse líder. Outra obra paradigmática no sentido de romper ainda mais com a dicotomia da separação entre política interna e externa é a obra «*The Foreign Policies of Middle East States*» publicada em 2002 por Hinnebush e Etheshami onde os autores se comprometeram explicitamente com a literatura teórica e identificaram os três níveis em que os agentes e a PE operam, o nível global, regional e doméstico.

Em relação aos debates dentro da disciplina de APE do mundo árabe e do Médio Oriente há, como seria de esperar, várias visões e pontos de vista que divergem. Numa linha mais realista há quem olhe para esta região como uma zona de guerra onde níveis extremamente elevados de ameaça e a possibilidade constante de conflito são iminentes, retratando desta forma o ambiente inter-estatal em que Estados vizinhos são potenciais inimigos ou aliados e em que o decisor político é percebido como sendo um ator racional que procura o equilíbrio da balança do poder. A linha do marxismo estruturalista faz nos atentar na extrema penetração da região por grandes potências externas que origina e contribui para a dependência de muitos Estados do Médio Oriente de grandes *players* mundiais, onde o processo político é entendido como tendo sido alterado dada a

penetração desses atores externos na região. Os atores estatais são “clientes” cujos interesses chocam muitas vezes com os da potência de quem dependem, o que os leva muitas vezes a ter que ignorar as vozes da opinião pública doméstica e a agir segundo os interesses do Estado que os patrocina.

Na linha construtivista, o enfoque está na questão identitária e no poder excepcional que possuem na região entidades supra e transnacionais como o pan-arabismo ou o islamismo e os debates centram-se na forma como estas entidades podem afetar o comportamento dos Estados em Política Externa. Alguns autores egípcios como Korany e Dessouki (1984) ou M.H. Heikal (1978) promoveram a ideia de um “sistema árabe” baseado na partilha da identidade árabe, que terá moldado os interesses comuns dos diversos Estados árabes.

Essa identidade também moldou os interesses nacionais em torno do interesse dessa identidade árabe o que, em termos de PE, se traduziu numa tensão entre os interesses dos Estados [nacionais] e os interesses da nação [árabe]. (Hinnebush, 2015, p. 80)

Em relação aos estudos de caso que fazem uso da abordagem psicológica centrada na personalidade do líder, Shaheen Ayubi autor da obra «*Nasser and Sadat: Decision Making and Foreign Policy, 1970-1972*» publicada em 1992, chega à conclusão que no Médio Oriente e no Norte de África o processo de PE não é nem está institucionalizado e as instituições são substituídas pela liderança carismática e pelas tradições patrimoniais. Assim sendo os modelos de tomada de decisão do Ocidente não são aplicáveis nesta região do Mundo.

“O líder quase não tem entraves formais ou institucionais à sua atuação, e a sua legitimidade está altamente dependente do seu desempenho pessoal heroico em PE, o que o leva a fazer escolhas arriscadas.” (Hinnebush, 2015, p. 83)

Ayubi destaca o Modelo do Ator Racional como o mais adequado para analisar as Políticas Externas dos Estados do Médio Oriente e Norte de África porque o foco está no papel das percepções do líder, que sendo o decisor último e único, com uma concentração de poder excepcional nas mãos, irá tomar decisões altamente reveladoras e afetadas pelas suas complexões psicológicas.

Stephen M. Walt, realista e autor da obra «*The Origins of Alliances*» publicada em 1987 vê o equilíbrio da balança de poder como o maior imperativo de PE na região do Médio Oriente. O alinhamento dos Estados do Médio Oriente com potências globais nos seus conflitos com outros Estados a nível regional representa uma das principais

dinâmicas da região, revelando a importância que esses Estados atribuem ao equilíbrio da balança do poder.

Os autores construtivistas como Barnett, Marc Lynch, Russel E. Lucas ou Murhaf Jouejati destacam o papel desempenhado pela(s) identidade(s). Na obra «*Dialogues in Arab Politics*» de Michael Barnett publicada em 1998, é desenvolvida a ideia de que soberania e pan-arabismo, normas e/ou instituições rivais, podem constranger ou empoderar quem toma decisões em Política Externa. A ligação entre a estrutura (as normas e instituições regionais) e o agente (o decisor estatal) representa o papel do Estado, papel esse que, quando está estabelecido, se torna parte da expectativa de comportamento legítimo dentro do qual os decisores foram socializados, ou podem ser constrangidos a aceitar determinado papel pela população. Em relação ao peso da(s) identidade(s) em PE, as percepções de interesse e de ameaça que emanam do Sistema Internacional são interpretadas através das lentes da identidade, construída socialmente. Essa ou essas identidades não só condicionam a perseguição de certos interesses materiais como podem também constituir a concepção árabe desses mesmos interesses e é desta forma que a variável identitária tem efeitos em PE. Havendo múltiplas identidades no Médio Oriente, e cada identidade podendo ser interpretada de forma diferente (o pan-arabismo, por exemplo) *não se pode afirmar que haja uma relação linear entre Identidade e Política* (Hinnebush, 2015, p. 86).

Passaremos agora a tratar da relação entre Política Externa, Política Doméstica, e as relações Estado-Sociedade. Será que no Médio Oriente os conflitos internos, os défices de legitimidade dos líderes e a falta de estabilidade dos regimes levam ao aumento dos conflitos internacionais e da guerra? Quando os Estados são confrontados com níveis elevados de oposição interna em conjugação com crise económica poder-se-á afirmar que isto se traduz numa PE mais agressiva e pragmática, voltada para a obtenção de recursos cujo objetivo é diminuir ou eliminar essa mesma oposição? A análise feita por Hinnebush do período entre 1963 e 1970 em relação às razões que levaram a Síria a entrar em conflito com Israel parecem apontar que sim. A política doméstica tem sido, também, usada tradicionalmente para explicar a formação de alianças em alguns Estados do Médio Oriente onde as ameaças internas aos regimes são mais proeminentes do que as externas, o que em PE acaba por se traduzir na necessidade de lidar com essas ameaças internas optando pela formação de alianças que permitam a captação dos recursos necessários à manutenção desses regimes.

«Os estudos de J. Harkett e VanDenBerg apontam neste sentido, para a vulnerabilidade de alguns Estados do Médio Oriente à penetração de Estados rivais que usam a(s) identidade(s) trans-estatais para dinamizar e incitar à oposição interna, a que chamaram as “ameaças inter-relacionadas” (“interrelated threats”)» (Hinnebush, 2015, p. 88)

Este tipo de abordagens destaca as lutas discursivas em torno da(s) identidade(s), apesar dos Estados reagirem a estas ameaças de forma realista, querendo o equilíbrio da balança de poder e, no caso particular da Arábia Saudita, através do que Baron Reinhold (na sua obra «*Omnibalancing and the House of Saud*» publicada em 2001) chamou de “omnibalançar” a balança de poder. Ou seja, a Política Externa é usada para conter a oposição interna e as ameaças internas aos regimes. Para alguns Estados como a Arábia Saudita que são fragmentados, as principais ameaças surgem de dentro do Estado e não do seu exterior, não estando assim em consonância com a visão realista de que a Política Externa serve para contrabalançar as ameaças externas aos Estados. A Política Externa torna-se então um instrumento que permite assegurar a sobrevivência dos regimes. Se um regime foi construído e consolidado através de uma rede clientelista neopatrimonial que agrega os diferentes grupos tribais, através da máxima “dividir para reinar”, da coerção e da sedentarização das populações, esse regime pode não ter capacidade de voltar o pivô da sua Política Externa para o exterior, estando inteiramente voltado para o interior e para a sobrevivência desse regime, deixando as ameaças externas por atender.

Há ainda outro tipo de abordagens, que emanam da economia política e que se focam nos chamados *rentier states* pois existe uma dependência extremamente elevada da economia da região do Médio Oriente das rendas petrolíferas ou do financiamento estratégico estrangeiro, como é o caso da maior parte das Monarquias do Golfo e em particular da Arábia Saudita. Na obra de M. Barnett e Jack Levy «*Domestic Sources of Alliances and Alignments: the case of Egypt, 1962-73*» publicada em 1991, os autores vieram explicar como, para compreender a formação de alianças nesta região do mundo não se pode ter em conta apenas as ameaças externas mas também as contingências da economia política doméstica de determinado Estado. Em alguns Estados há uma tal escassez de recursos (pois a tributação traria consigo o “inconveniente” da *accountability* e da responsabilização e visto que é necessário garantir os recursos suficientes à manutenção dos regimes e ao apaziguamento e/ou repressão das opiniões públicas) que esses Estados são obrigados a adquirir recursos e proteção através da formação de alianças com potências externas à região criando fortes dependências, como se verifica no caso da Arábia Saudita em relação aos EUA. O conceito de segurança orçamental (*budget security*) desenvolvido por Laurie A. Brand (aplicado ao estudo de caso da Jordânia) na

sua obra «*Jordan's Inter-Arab Relations: The political economy of alliance making*» publicada em 1995 é bastante ilustrativo desta idéia: as Políticas Externas e mais especificamente a formação de alianças são postas ao serviço da captação de recursos financeiros para sustentar os regimes e ajudar à manutenção do *status-quo* do poder. A obtenção de recursos é um imperativo básico de sobrevivência para os regimes (que passa pelo apaziguamento e manutenção das forças de segurança, do aparelho burocrático, e das elites comerciais, por exemplo) ao invés da necessidade de dar resposta a ameaças militares, ou outras, externas, ou à balança do poder, apesar do grau destas necessidades poder não ser constante e variar ao longo do tempo. Na sua obra «*Arab Nationalism, Oil, and the Political Economy of Dependency*» publicada em 1991, Abbas Alnasrawi argumenta que:

“A Política Externa da Arábia Saudita existe em função da sua dependência securitária dos Estados Unidos tanto dentro como fora do seu território, o que resultou num acordo para servir o Ocidente ao manter equilibrados os preços do petróleo e ao reciclar os petrodólares para o Ocidente. O profundo investimento Saudita em bancos e títulos norte-americanos e a proliferação da venda de armamento ocidental e de contratos para construção resultou, internamente, numa muito maior penetração dos Estados Unidos na Arábia Saudita.” (Hinnebush, 2015, p. 91)

A Política Externa da Arábia Saudita ficou refém da sua vertente pró-ocidental. Não obstante, há alguma hostilidade em relação ao Ocidente de algumas franjas da opinião pública a nível interno e mesmo regional, o que se traduziu na necessidade de criticar algumas políticas ocidentais e financiar movimentos regionais *wahabitas* fundamentalistas, antagonistas do Ocidente, de forma táctica e paralela.

Os regimes do Médio Oriente operam no ambiente do qual emanam os desafios aos quais é necessário responder. A política internacional pode limitar ou autonomizar o leque de opções e a margem de ação dos Estados, mas é no próprio ambiente internacional que reside o meio da captação de recursos que permite fazer face às ameaças sejam elas regionais ou internas, como é o caso da Arábia Saudita. Outros, porém, optam por comportar-se como *outsiders* do sistema global pois percebem o próprio sistema político global como uma fonte de ameaça à sua sobrevivência.

A Política Externa só pode ser entendida através da análise de fatores que são comuns a todos os Estados, o que Hinnebush chama de «*determinantes de Política Externa*» ou seja, os interesses e desafios, as estruturas e processos de Política Externa que aglutinam os resultados das ações dos diversos atores. Um Estado procurará defender a sua autonomia e segurança nos três níveis em que opera embora a importância dada a

determinado nível possa variar ao longo do tempo. Em relação ao nosso estudo de caso da Arábia Saudita usaremos os três níveis de análise propostos e descritos por Hinnebush na obra «*The International Politics of the Middle East*» e analisaremos, para cada um, as suas dimensões mais relevantes.

No nível de análise interno, que será tratado no capítulo IV, Hinnebush destaca a questão da(s) identidade(s). Como já vimos, os Estados do Médio Oriente defrontam-se com a questão das identidades sub e supra estatais que rivalizam com a autoridade do Estado. Os decisores podem ser fortemente afetados pelas pressões produzidas pelas identidades sub-estatais enquanto as supra-estatais (que são diversas dentro do próprio islamismo e pan-arabismo) podem por em risco a legitimidade do Estado e influenciar as escolhas em Política Externa.

No nível de análise regional, que será tratado no capítulo IV, falaremos da geopolítica do Médio Oriente e da Arábia Saudita em particular, da questão identitária que distingue xiitas e sunitas, estados árabes e não-árabes e que enforma as relações entre estados na região. A forte militarização da região proporciona a priorização das ameaças externas e da formação de alianças para equilibrar a balança de poder como principais questões de Política Externa para a grande maioria dos Estados. É a posição geopolítica e geoestratégica de determinado Estado que define as ameaças e oportunidades de Política Externa que esse ator estatal irá enfrentar. A sua vizinhança, as suas fronteiras e esferas de influência são os pontos sensíveis a ter em conta:

No que ao nível de análise global, que será tratado no capítulo VI, diz respeito, a questão mais premente são as dependências. A economia política dos estados do Médio Oriente e o impacto dos maiores *players* mundiais na região são o que determina a forma de interação destes Estados ao nível global. As potências exteriores à região podem representar tanto uma fonte de obtenção de recursos como de impedimentos à autonomia e Soberania dos estados regionais. O impacto e a influência das potências exteriores será maior quanto mais significativa for a falta de opções alternativas à captação de recursos e manutenção do *status-quo* do Estado “cliente” do Médio Oriente. Uma vulnerabilidade extrema às exigências e demandas externas poderá ser um fator de destabilização interna e criar problemas de legitimidade do Estado.

Se uma ameaça surgir em determinado nível será provável que haja necessidade de captar recursos provenientes de outro nível e de maximizar o valor de um aspeto, seja ele “autonomia”, “recursos”, “segurança” ou “identidade” em detrimento dos outros.

Usando a Arábia Saudita como exemplo pode-se afirmar que um Estado, quando confrontado com uma ameaça de origem regional, irá procurar a proteção oferecida por uma potência externa enfrentando as consequências dessa dependência no Sistema Internacional, e assumindo os seus custos em termos de diminuição da legitimidade ao nível interno. Olhando a tomada de decisão na perspectiva do ator racional, que pesa os custos e benefícios das ações e identifica a melhor opção, em paralelo com a perspectiva construtivista de que as ameaças e interesses são socialmente construídos e emanam da(s) identidade(s):

“A escolha de um Estado é «filtrada» pelo seu papel histórico de Política Externa. Esse papel é uma tradição cujas raízes são identitárias e que define as suas orientações em relação aos seus amigos/inimigos, às grandes potências internacionais, às orientações revisionistas ou defensoras do status-quo no sistema, e que incorporam a experiência adquirida no passado por esse Estado de contrabalançar e reconciliar imperativos não convergentes.” (Hinnebush, 2003, p. 93)

Os líderes políticos podem ter um papel preponderante na reformulação das opiniões públicas, como se vê através do exemplo do presidente Nasser, que conseguiu inspirar os egípcios a sentimentos de pertença identitária árabe. Atualmente a tendência é contrária, os líderes pretendem fomentar nas populações sentimentos de pertença nacionalista privilegiando a Soberania em detrimento de outras identidades supra-estatais como o pan-arabismo. Em regimes autocráticos e autoritários poder-se-á pensar que as opiniões públicas não participam de forma alguma no processo de formulação das Políticas Externas, mas a opinião pública pode influenciar de forma indireta a Política Externa.

As monarquias do Golfo são, além da Turquia e de Israel, onde se encontram as maiores empresas e onde se desenvolve o maior volume de negócios do Médio Oriente. Neste contexto, esses negócios dependem majoritariamente do Estado por não haver o acesso institucionalizado que se conhece no mundo capitalista à criação de empresas:

“[...] as escolhas de Política Externa que os Estados fazem estão intimamente ligadas com as suas estruturas sócio-económicas e especificamente com a composição social do poder vigente, com a relação entre o Estado e a componente de negócios e com as lógicas das estratégias de desenvolvimento praticadas” (Hinnebush, 2003, p. 97)

O fator identitário será determinante na definição do papel de Política Externa dos Estados. Será dele que irão emanar as interpretações dos interesses e das ameaças, os padrões de amizade/inimizade perante as suas fronteiras, estados vizinhos e grandes potências do Sistema Internacional, e o pendor revisionista ou defensor do *status-quo*. Uma vez definido, o papel de Política Externa estabelece padrões de legitimidade que,

apesar das mudanças de liderança e ambiente internacional, conseguem manter-se relativamente constantes ao longo do tempo. Contudo, o papel de Política Externa de um Estado não pode ser visto como aquilo que irá pré-determinar uma decisão em Política Externa, as várias visões e interpretações desse papel irão competir entre si através dos vários atores interessados e das elites tentando influenciar e pressionar as altas esferas da tomada de decisão.

1.4 Dinâmicas de Segurança Regionais do Médio Oriente

Apesar do conceito de Médio Oriente ter sofrido evoluções desde o seu surgimento no final do século XIX e no início do século XX até aos nossos dias, a expressão que predomina largamente hoje em dia é a de *Middle East*

Como vemos na Figura 1, os termos Médio Oriente, Próximo Oriente e até Extremo Oriente possuem e possuíram variações em termos do espaço geográfico e dos Estados e/ou territórios abrangidos. No contexto da presente Dissertação, por Médio Oriente se entende o espaço geográfico que se estende desde o Leste do Mar Mediterrâneo até ao Golfo Pérsico incluindo a Turquia, o Irão, a Síria, a Palestina, o Egito, o Iraque, o Bahrain, Israel, a Jordânia, o Koweit, o Líbano, os Emirados Árabes Unidos, o Qatar, Omã, o Iémen, o Afeganistão e a Arábia Saudita. Não incluímos na nossa definição de Médio Oriente os países do *Magreb*, o Sudão, a Somália, a Eritreia, o Djibouti, ou o Paquistão. Esta exclusão justifica-se na senda dos autores Capdepuuy, Fred Halliday, Hinnebush e Amir Nour. A nossa escolha de excluir o *Magreb* e incluir o Afeganistão (cuja exclusão não faria sentido dada a sua posição geopolítica e geoestratégica em relação ao nosso objeto de estudo: a Arábia Saudita) alinha-se com a visão mais abrangente anglo-saxónica de Médio Oriente.

“A Arábia Saudita, que se percebe como um Estado pró-ocidental, próspero e rodeado de regimes nacionalistas pobres, mais populosos, percebe a região como um foco de insegurança e instabilidade” (Hinnebush, 2003, p. 131)

O maior conflito que aos dias de hoje lavra nesta região é o que opõe o Estado de Israel aos Estados Árabes, mas o mais intenso e cujas manifestações podem ser observadas quotidianamente é o antagonismo entre o Irão e a Arábia Saudita. Esta rivalidade é caracterizada pela ausência de conflito direto, pela exportação do conflito aos países vizinhos, pela corrida ao armamento e pelo jogo de alianças. Esta situação pode ser qualificada de “guerra fria” e leva a que os Estados envolventes se vejam obrigados a escolher de que lado estão para tentar preservar os seus interesses.

As duas potências são banhadas pelo Golfo Pérsico, que representa um cruzamento comercial e de trocas permanente entre o Oriente e o Ocidente. É uma zona estratégica que está no centro das tensões e dos desafios económicos e geopolíticos a nível regional e mundial.

As divisões religiosas entre sunismo e xiismo assolam a região e não permitem que a religião sejam um fator unificador. A conflitualidade nas relações entre Árabes e Persas remonta à invasão da Pérsia pelos Árabes no século VII, *o que marcou o início de um trauma e de uma relação «dominado-dominador» contestada*. (Raisi, 2018, p. 10). A partir de 1979, a República Iraniana torna-se inimiga dos EUA e uma ameaça existencial à sobrevivência da Arábia Saudita. O Irão era, até 1979, um aliado privilegiado dos EUA e transformou-se num travão à hegemonia americana no Médio Oriente e na principal preocupação do regime saudita.

A segurança é a principal preocupação dos dois antagonistas, que os empurra a querer competir para ocupar o lugar de potência central do Médio Oriente. Percecionam-se mutuamente como a maior ameaça à sua sobrevivência. A Política Externa da Arábia Saudita (e do Irão) assenta por isso no pilar central da sua segurança.

Com a revolução iraniana de 1979 surge e instala-se na região um certo clima de desconfiança que levou os países vizinhos e os seus aliados a desenvolver uma estratégia que diminuísse esse elemento perturbador. Os EUA, definindo o Irão como fazendo parte do «eixo do mal», desenvolvem ativamente a sua presença no Médio Oriente, infligem ao Irão todo o tipo de sanções diplomáticas e económicas, e pretendem cercar o Irão através da instalação de várias bases militares maioritariamente administradas pela Arábia Saudita.

A extrema vulnerabilidade do reino saudita obriga-o a colocar-se sob tutela estrangeira. No entanto, uma das prioridades da sua Política Externa passa, também, por tentar diminuir e minimizar essa dependência.

A Arábia Saudita não é autossuficiente em nada exceto em petróleo. Rico, com pouca densidade populacional, e sem mão-de-obra qualificada este país está cercado por vizinhos hostis (Irão, Iraque, Iémen) que fazem com que a sua diplomacia seja conduzida pelo medo. O seu maior objetivo é apaziguar as relações de vizinhança respondendo à sua preocupação externa de segurança e ao mesmo tempo consolidar a sua posição de *player*

central da Península Árábica. O Iémen representa uma ameaça às suas portas, tal como o Iraque.

Para garantir a sua sobrevivência, podemos afirmar que a Arábia Saudita *desenvolve uma Política Externa em três eixos* (Raisi, 2018, p. 14). O primeiro é o Concelho de Cooperação do Golfo através do qual a Arábia Saudita pretende assegurar o apoio incondicional dos Estados árabes e impor a sua hegemonia na região diminuindo a ameaça representada pelo Iraque e Irão. O segundo eixo é o mundo árabe-muçulmano, através da administração das cidades santas de Meca e Medina, a Arábia Saudita projeta-se como o líder moral e religioso do mundo muçulmano. O terceiro eixo é sua posição internacional privilegiando as relações com o seu maior aliado, os EUA. Desde a II-GM que a dependência com os EUA quer ser preservada, com a intenção de criar um bloco de Estados árabes apoiados militarmente pelos Estados Unidos e liderados pela Arábia Saudita.

1.4.1 A Guerra-Fria do Médio Oriente

A existência da Arábia Saudita põe em risco a sobrevivência do Irão e vice-versa. Ambos os Estados compreendem que a sua sobrevivência depende da aniquilação total do outro, como se verificou na Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética.

«A estratégia de desgaste é a manifestação mais frequente do antagonismo Arábia Saudita/Irão. Esta estratégia apoia-se igualmente na guerra por procuração. Evitando o confronto direto a confrontação dá-se através de grupos interpostos. No Iraque, na Síria ou no Iémen, o confronto dos dois rivais é concreto.» (Raisi, 2018, p. 188)

A Arábia Saudita optou por uma linha mais pragmática e agressiva com o objetivo de aniquilar a presença de regimes pró-iranianos às suas portas tendo para isso de financiar e apoiar militarmente os grupos oposicionistas na Síria e os combatentes sunitas no Iraque e no Iémen. O Irão pratica uma política de apoio ao regime sírio e iraquiano contra as forças de oposição. Há diferentes terrenos de confrontação onde o Irão e a Arábia Saudita lutam um contra o outro indiretamente.

Podemos analisar os conflitos na região do Médio Oriente através do prisma ideológico da clivagem «xiitas/sunitas», os primeiros representando o Irão e os segundos a Arábia Saudita. Estando os dois *players* presentes em vários territórios da região, é nesses mesmos territórios que existem elementos que permitem que eles consigam influenciar, apoiar e/ou financiar a facção que lhes é favorável.

«O elemento mais recorrente é ou a presença de uma comunidade xiita, minoritária e frágil, que coabita com a maioria sunita, ou o contrário.» (Raisi, 2018, p. 190)

A República do Irão pretende-se a defensora dos xiitas do Mundo usando esta cartilha para intervir e para “ajudar” as populações xiitas marginalizadas. A Arábia Saudita, por seu lado, usa o seu estatuto de guardiã das cidades santas de Meca e Medina para resistir à expansão xiita e conter a influência iraniana. Jean Pierre Estival² qualifica como «messiânico» o papel da Arábia Saudita na sua «cruzada anti-xiita e anti-Irão».

Os dois Estados empenham-se com todos os meios nesta Guerra Fria, e, fazendo recurso a mercenários e empresas militares privadas, as duas partes acabaram a alimentar a existência de grupos extremistas que se tornaram cada vez mais difíceis de controlar. O *jihadismo* radical, outra ameaça que se apresenta à região do Médio Oriente, foi ressuscitado após as Primaveras Árabes pelos dois antagonistas.

1.4.2 O Iémen

Não fazendo parte do Conselho de Cooperação do Golfo, situado no sudeste da Península Arábica, banhado pelo Mar Vermelho e pelo Oceano Índico, o Iémen apresenta uma importância geopolítica e geoestratégica que explica porque é que suscitou o interesse de potências estrangeiras (Figura 2).

O contraste religioso, que opõe populações zayditas (xiitas) do norte a populações sunitas do sul, pode ser um dos múltiplos fatores que tornam o Iémen o Estado falhado e caótico que conhecemos hoje:

«O conflito no Iémen é histórico e tem que ver principalmente com as confrontações tribais do ponto de vista étnico e religioso [...] todavia, durante os últimos anos, o país conheceu a implicação no conflito das duas potências rivais do Médio Oriente, o Irão e a Arábia Saudita.» (Raisi, 2018, p. 199)

A sua localização geográfica, a presença de conflito religioso tribal e étnico, e a sua fragilidade e vulnerabilidade fizeram do Iémen um terreno apetecível ao jogo de rivalidade regional entre a Arábia Saudita e o Irão. O aspeto religioso e confessional é usado e manipulado pelos dois antagonistas para legitimarem as suas diversas intervenções e ingerências em território iemenita.

Antes de morrer, o rei Abdelaziz terá confessado aos seus filhos que “a felicidade da Arábia Saudita reside na infelicidade do Iémen” (Raisi, 2018, p. 200). A Arábia Saudita decidiu conduzir uma política que reforçasse ainda mais as divisões tribais, para assim ver o Iémen tornar-se ainda mais dependente de si, de tal forma que a Arábia

² Estival, J.P. (2013) *La tragédie syrienne, révolte populaire ou complot international*. Paris : L'Harmattan. Pp.53

Saudita sempre foi contra a unificação do território iemenita. Seria trágico se a Arábia Saudita visse ser criado às suas portas um Estado árabe mais densamente populoso e democrático.

O Iémen vê a possibilidade da utilização do peso iraniano para contrabalançar a influência da Arábia Saudita e empurra-la a uma posição mais conciliadora. Depois do 11 de Setembro e das Primaveras Árabes o Irão conseguiu voltar a ter influência no Iémen e, desde 2003 com a morte de Saddam Hussein, a sua posição saiu reforçada o que levou à intensificação do antagonismo entre os dois *players* regionais. Esta situação representa *«uma guerra civil e ao mesmo tempo uma guerra por procuração. São duas guerras que encaixam uma na outra»* (Raisi, 2018, p. 204).

Não foi coincidência a Arábia Saudita ter escolhido intervir no Iémen precisamente na altura da conclusão do acordo entre o Irão e os EUA sobre o dossier nuclear iraniano. A Arábia Saudita procura a todo o custo manter a sua posição de potência capaz de agregar um bloco sunita para melhor defender os seus interesses, e sabe que quem controlar a província iemenita do Hadramout terá acesso a importantes quantidades de petróleo e a uma saída para o Oceano Índico.

Para o Irão não é propriamente a transformação democrática do Iémen que interessa, são as vantagens geopolíticas que podem ser obtidas caso o Iémen se afaste da Arábia Saudita e do Ocidente. Se o Irão conseguisse estender a sua zona de influência desde o Índico até ao Mediterrâneo e se a fação por eles apoiada, os houthis, saísse vencedora do sangrento conflito, os interesses xiitas e os interesses iranianos sairiam reforçados.

1.4.3 A Síria

A Síria (tal como o Iraque) é um aliado essencial a qualquer potência que se queira afirmar na região do Médio Oriente. A sua posição geográfica, a sua história e cultura e os seus recursos naturais fazem dela um peão importante no tabuleiro de xadrez da guerra-fria entre o Irão e a Arábia Saudita (Figura 3). As Primaveras Árabes foram, para os dois antagonistas, uma excelente oportunidade para a persecução dos seus objetivos políticos. Na Síria, a clivagem xiitas/sunitas tornou-se uma arma de guerra, uma oportunidade rapidamente explorada tanto pelo Irão como pela Arábia Saudita.

A Síria é governada pelos Alaouitas, uma minoria xiita, é por isso uma aliada natural do Irão. A Síria é o único Estado com quem o Irão possui uma relação sólida. Ao

nível internacional a Síria sempre foi uma acérrima defensora do Irão por terem objetivos próximos e comuns na arena internacional. O regime alaouita de Bachar Al Assad era relativamente estável até às Primaveras Árabes, através de um «*autoritarismo moderno*» (Raisi, 2018, p. 208). Perante as contestações da população que exigiam a mudança do regime e a queda de Assad, o Irão manifestou o seu apoio incondicional ao seu fiel aliado. O Irão e a Arábia Saudita implicaram-se na crise da Síria, o Irão para manter Bachar Al Assad no poder, a Arábia Saudita para ajudar à sua queda. Na visão iraniana a vitória do regime sírio contra os rebeldes representa uma vitória da própria República Islâmica do Irão.

«[O Irão] considera igualmente que o “crescente sunita” composto essencialmente pela Turquia, Qatar e Arábia Saudita faz frente e tenta romper com o “crescente xiita” representado pela Síria, pelo Iraque, pelo Hezbollah, e pelo Irão. Socorrer o governo de Assad é, para o Irão, mais que um dever, é uma necessidade vital.» (Raisi, 2018, p. 211)

Na ótica dos Sauditas a crise na Síria representa uma boa oportunidade para fazer cair os alaouitas pró-Irão e o regime laico de Assad. Apesar de em 1936 o grande *Mufti* de Jerusalém ter reconhecido a corrente alaouita como uma verdadeira confissão muçulmana, os sunitas sempre os consideraram hereges.

Ao intervir na Síria os Sauditas querem estender a dominação do Islão wahabita na região enfraquecendo dessa forma o expansionismo iraniano:

«A guerra travada pela Arábia Saudita na Síria é uma guerra de purificação do Islão, tanto contra a religião alaouita considerada herética como contra a ideologia laica do regime atual.» (Raisi, 2018, p. 212)

1.4.4 O Iraque

Um Estado rico em petróleo, com uma posição geográfica e geopolítica vantajosa, o Iraque é um espaço rico em Cultura e História (Figura 4). A sua relação com os dois antagonistas é problemática.

Para o Irão a queda do Iraque sunita de Saddam Hussein em 2003 e a instauração de um governo xiita foi uma vantagem estratégica. Para a Arábia Saudita a possibilidade de ficar cercada por um bloco xiita e pelos seus aliados representou uma grave ameaça, e a possibilidade de ver o seu maior rival obter uma posição reforçada no Médio Oriente. A queda do regime de Sadam Hussein representa uma rutura histórica na historiografia do Médio Oriente.

O antagonismo Irão-Arábia Saudita foi despoletado no Iraque com a eleição do novo governo xiita pós-Saddam. A concretização do “crescente xiita” fez soar os alarmes

de pânico na Arábia Saudita, então, começou uma *proxy war* entre os dois cujo objetivo era empurrar o Iraque para um dos lados da balança. O “processo democrático” montado pelos EUA no Iraque pós-Saddam fez ascender os xiitas ao poder (que são mais de 60% da população iraquiana). O “crescente xiita” estava criado e concretizava-se o maior medo saudita. Atualmente o Iraque vive mergulhado numa guerra civil fratricida entre xiitas e sunitas.

O Iraque tem um papel essencial na Política Externa do Irão, que possui 3 objetivos em relação ao Iraque. O primeiro é impedir que o Iraque se torne de novo uma ameaça à sua sobrevivência, o Iraque quer-se um aliado ou pelo menos um pilar da sua esfera de influência. O segundo é a extensão da sua influência que poderá ter o efeito de um véu protetor contra as ameaças provenientes do Ocidente através do apoio de elementos xiitas iraquianos. O terceiro objetivo é o aprofundamento das relações com os xiitas iraquianos para contrabalançar um possível “crescente sunita”. Aliás, a República do Irão aproveitou a retirada militar e política americana do território para reforçar os seus laços com o Iraque, assim pode apoiar e patrocinar o ressurgimento de milícias xiitas que são doutrinadas, treinadas e armadas diretamente pelo Irão.

A Arábia Saudita, por seu lado, teme a fixação de um Estado Iraquiano pró-Irão. Os temores sauditas prendem-se com um possível ressurgimento das reivindicações da minoria xiita da região saudita de Hassa:

«É a razão pela qual a Arábia Saudita se opôs vigorosamente à regionalização do poder no Iraque e defende a unidade nacional do país sob um poder central eficaz.» (Raisi, 2018, p. 218)

As ações iranianas no Iraque são percepcionadas pela Arábia Saudita como perigosas e possivelmente impeditivas em relação aos seus objetivos de liderança no Golfo. É neste contexto que a Arábia Saudita começou a financiar grupos radicais sunitas de que fazem parte ex-membros da Al-Qaeda tentando enfraquecer a expansão xiita.

«Este confronto indireto reavivou o conflito confessional no Iraque e provocou o recrudescimento da violência e do jihadismo radical.» (Raisi, 2018, p. 219)

1.4.5 O Estado Islâmico

Os conflitos indiretos e por procuração que se traduzem na Guerra-Fria entre o Irão e a Arábia Saudita fizeram do Médio Oriente uma região instável, e dos seus Estados já fragilizados fizeram Estados Falhados permeáveis à entrada e penetração de movimentos terroristas e criminosos transnacionais que encontraram as portas abertas à sua chegada. O financiamento e o armamento destes grupos pelos dois antagonistas

deveria servir os seus interesses geopolíticos e as suas ambições geoestratégicas, nomeadamente no Iraque e na Síria, mas os resultados práticos no terreno foram o oposto, e foram desastrosos:

«O Estado Islâmico é o resultado direto e indireto da ingerência da Arábia Saudita no Iraque e na Síria. O crescimento e reforço desta entidade levou-a a virar-se contra o reino Saudita e a tornar-se uma ameaça para o Irão xiita.» (Raisi, 2018, p. 219)

A Guerra-Fria entre Irão e Arábia Saudita foi a tela de fundo do nascimento do Estado Islâmico, que é uma consequência dessa mesma Guerra-Fria. A Arábia Saudita vê como bastante preocupante a expansão das grandes zonas de influência do Irão, e decidiu “jogar a cartada” do salafismo político, reafirmando o seu papel de mediador na região e defendendo os grupos e países sunitas. Vemos a formação de dois grandes blocos: por um lado o Irão, o Iraque e a Síria com o apoio da Rússia e da China, por outro a Arábia Saudita apoiada pela Turquia, Israel, países do Golfo (à exceção de Omã) e EUA.

O Estado Saudita nunca financiou direta e abertamente o Estado Islâmico mas:

«Pode ter havido um certo “laissez-aller” ao mais alto nível do Estado, do qual tiraram proveito tanto atores privados, redes subterrâneas informais como atores políticos para financiar os jihadistas» (Raisi, 2018, p. 222)

O Estado Islâmico e outros grupos radicais islâmicos foram úteis, a seu tempo, para a Arábia Saudita conseguir conter e enfraquecer a presença e a influência iraniana na Síria e no Iraque, mas acabou por se tornar uma potencial ameaça à sobrevivência do regime saudita. O regime saudita achou que poderia usar os *jihadistas* radicais a favor da sua ambição de destruir o Irão, e que em seguida estes seriam facilmente descartados, mas esta estratégia virou-se contra ele. O reino dos Al-Saud é agora um dos principais alvos a abater do Estado Islâmico.

O realismo pragmático dos Al-Saud é considerado uma traição ao Islão pelo *jihadismo* radical, é visto como um poder corrompido que jurou fidelidade ao Ocidente. O modelo *wahabita*, apesar de sunita, não é totalmente aceite por todas as correntes salafistas por ser indissociável do modelo monárquico. A contribuição da Arábia Saudita para a criação do Estado Islâmico deteriorou a sua imagem no plano internacional. Acusada de financiar redes terroristas e de semear o caos na região, a reputação da Arábia Saudita no Sistema Internacional vê-se cada vez mais prejudicada. É por estas razões que o Estado Islâmico representa uma preocupação capital para a Arábia Saudita.

«O Estado Islâmico, que é na sua origem uma tática saudita, prova que a Arábia Saudita adota uma estratégia falível e perigosa. Criar uma entidade para servir os seus interesses

que se vira contra ela é a prova de que a Arábia Saudita segue uma lógica deficiente»
(Raisi, 2018, p. 224)

Pela primeira vez desde a revolução iraniana de 1979, a Arábia Saudita e o Irão vêm-se lado a lado a combater um inimigo em comum, o Estado Islâmico.

1.4.6 O Conselho de Cooperação do Golfo

Segundo Lara Al Raisi :

«A Arábia Saudita predispôs-se a entrar num sistema de segurança coletiva no quadro do Conselho de Cooperação do Golfo que agrupa os seus cinco vizinhos da Península.»
(Raisi, 2018, p. 135)

A Revolução Iraniana de 1979 veio modificar o equilíbrio regional, o que representou uma ameaça para a Arábia Saudita e para os restantes países do Golfo. Esta organização (Figura 5) foi criada com o intuito de promover e preservar os seus interesses económicos num quadro de segurança. O medo da ameaça xiita e republicana do Irão foi o motivo que levou à criação do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), a principal preocupação que levou à sua criação foi Securitária.

Foi apenas a partir de 1980 que os Estados do Golfo decidiram coordenar as suas ações. Poderíamos perguntar porquê e a resposta seria que esta vontade se explica através das mutações ocorridas no Golfo, a Arábia Saudita tomou a iniciativa de criar esta organização regional (no dia 26 de maio de 1981) pelas circunstâncias securitárias que se apresentavam na região e pelo medo de contágio da revolução, que transformou radicalmente o Irão. Sentindo o seu poder dinástico em risco, os Al-Saud e os outros monarcas do Golfo não podiam correr o risco que a revolução iraniana agitasse as comunidades xiitas marginalizadas da região.

A revolução iraniana foi, também, a causa direta da entrada em guerra do Iraque contra o Irão dia 22 de Setembro de 1980. O Iraque quis aproveitar o tumulto e a desordem revolucionária do Irão que enfrentava problemas económicos e políticos, agravados ainda mais pela sua marginalização do Sistema Internacional. Esta guerra tornou a criação do CCG ainda mais necessária e sem a presença do Iraque, afastado e impedido de entrar na organização.

A presença de comunidades xiitas é percecionada pelas monarquias do Golfo como uma possível ameaça à sua estabilidade pois elas estão presentes nas regiões da produção petrolífera. Uma sublevação destas populações minoritárias traria graves consequências já que elas não gozam dos mesmos direitos que a maioria sunita.

II. ARÁBIA SAUDITA: ANTECEDENTES E HISTÓRIA

O objetivo do presente capítulo é compreender as origens e a trajetória específica da formação do Estado na Arábia Saudita. Para isso iremos analisar, num primeiro momento, as origens e a consolidação do Estado Saudita. Queremos compreender quais as bases que deram origem ao Estado Saudita atual, em termos identitários, em termos territoriais, e em termos do sistema político. Queremos saber quais os elementos essenciais que contribuíram para a formação da monarquia absoluta sunita que conhecemos atualmente. Num segundo momento iremos revisitar os principais acontecimentos internos, regionais e internacionais históricos que moldaram a política interna e externa da Arábia Saudita moderna, ao longo do século XX.

2.1 Origens e consolidação do Estado Saudita

Começamos com as seguintes perguntas: como era a Arábia anteriormente à criação do Estado moderno da Arábia Saudita? E que tipo de entidade política constituía a Arábia?

Entre a aparição do profeta e a emergência da corrente wahabita³ no século XVIII a Arábia era um território fragmentado, organizado em pequenos emirados. A idade de ouro do Islão, que se estende desde o século VIII até ao século XIII, é marcada por um grande dinamismo cultural com a tradução dos filósofos gregos para a língua árabe, descobertas científicas, matemáticas e astronómicas e abundância económica, que terminou com a invasão mongol.

No final do século XV o Império Otomano domina o mundo e a sua autoridade estende-se até aos confins da Península Arábica. Apenas restam alguns emires já sedentarizados em alguns oásis, e algumas confederações tribais autónomas no coração da Península, que escapam ao jugo otomano. Situando-se atualmente nos arredores de Riade (atual capital da Arábia Saudita, em árabe *Al-Riyâd*, que significa “os jardins”) foi no oásis de *al-Dir'iyya*, onde remontam as origens dos Al-Saud, que governou o emir sedentário *Saud bin Muhammad bin Muqrin Al Maridi Al Adui*, mais conhecido como Saud I, entre 1720 e 1725. Foi lá que, em 1744, o emir Muhammad Ibn Saud (1692-1765) filho de Saud I, acolhe o predicador Muhammad Ibn Abd al-Wahhab (1703-1792)

³ O Wahabismo é a corrente religiosa fundada por Muhammad Ibn Abd al-Wahhab (1703-1792), um pregador sunita que firmou uma aliança política com o primeiro rei da Arábia Saudita, lançando as bases da Arábia Saudita moderna. A doutrina wahabita tem por base os princípios teológicos e jurídicos da escola sunita-hanbalita, a escola mais conservadora do Islão.

fundador e pregador da ideologia wahabita, e que será firmada uma das alianças mais fortes e duradouras da História muçulmana. Muhammad Ibn Saud, filho de Saud, governou entre 1744 e 1765, e fundou o primeiro Estado Saudita:

«O pacto assinado consiste, para Muhammad Ibn Saud, na obrigação de apoiar a jihad (guerra) levada a cabo por Abd al-Wahhab para submeter as populações à predicação do “verdadeiro” Islão. Em troca, Abd al-Wahhab reconhece o emir Al Saud como líder político da comunidade muçulmana. Deste acordo nasce o primeiro Estado Al Saud em 1744. Perdurará até ser desfeito em 1818 pelos Otomanos.» (Dazi-Héni, 2017, p. 25)

Al Wahhab inspirava-se nos princípios teológicos e jurídicos da escola sunita hanbalita. O Hanbalismo é uma das quatro escolas jurídicas sunitas, sendo esta a mais rígida e conservadora, nasceu em Bagdad durante o Califado Abássida mas acabou por se implementar mais na Península Arábica. A sua doutrina é contra as práticas do islão popular, contra a idolatria e contra o xiismo.

À pergunta com a qual começamos este capítulo veio-se acrescentar outra: como é que a Arábia se tornou, então, Saudita?

Percebemos que o político e o religioso foram indissociáveis um do outro para a consolidação da expansão territorial que dará posteriormente lugar ao Reino da Arábia Saudita. Muhammad Ibn Saud não teria conseguido levar a cabo tal empreendimento sem a “cola aglutinadora” do wahabismo, e a difusão do wahabismo hanbalita pelas populações sedentárias do Najd durante o século XIX não teria sido possível sem o apoio político dos Al Saud.

O primeiro Estado Saudita era fraco devido às flutuações das suas fronteiras e à volatilidade do compromisso das confederações tribais à ideologia wahabita. Em 1823 nasce o segundo Estado Saudita que se intitula “Emirado do Najd”. Durará até 1891 e será marcado por mais de 25 anos de guerra civil. O último Emir deste período foi Abdul Rahman I (1850–1928), (Figura 6) que foi derrotado e fugiu para o Koweit, com o seu filho *Abdulaziz bin Abdul Rahman bin Faisal bin Turki bin Abdullah bin Muhammad Al Saud*, mais conhecido como Abd al-Aziz Ibn Saud.

Em 1902 Abd al-Aziz Ibn Saud (1875-1953) ver (Figura 7) assassina o Emir da tribo *Al Rashid* e começa o empreendimento da reconquista de Riade com a ajuda dos militares de elite wahabitas, os *Ikhwan* (“irmãos”). Estes eram originalmente beduínos nómadas que foram transformados por Ibn Saud numa milícia religiosa, os *Ikhwan* e os *mutawwa* foram um dos pilares da consolidação territorial dos Al-Saud. A sedentarização dos *Ikhwan* deu-se no sentido da sua doutrinação religiosa e militar, em troca dos

ensinamentos oferecidos pelos *mutawwa*, os *Ikhwan* reconheceram como seu líder Ibn Saud. Foram precisas três décadas de conquistas para Ibn Saud conseguir controlar quase toda a Arábia central e do norte. Conquistou a região do Najd em 1922, e depois a região do Hijaz em 1925. Estas conquistas formaram e deram início ao terceiro Estado Saudita, fundando dia 22 de Setembro de 1932, o Reino da Arábia Saudita. A queda do Império Otomano no início do século XX teve um papel fundamental na concretização do projeto estatal de Ibn Saud, proporcionando assim as condições ideais para uma aliança com os britânicos, que por essa altura procuravam um novo aliado regional.

2.2 Durante o século XX

Foi no século XX que nasceu o atual reino da Arábia Saudita, a “nação” saudita. Nascida a partir da sua cultura tribal tradicional, beduína, mesclada com a doutrina religiosa *wahabita*, sunita, e com a cultura moderna importada do Ocidente, a Arábia Saudita e a consolidação do Estado Moderno saudita são indissociáveis destas três características.

«Foi neste período que o sistema estatal, no sentido do seu aparelho coercivo e administrativo, e a delimitação das entidades geográficas por ele governadas, foi estabelecido. Grande parte do posterior padrão de comportamento do Estado, interna e externamente, tem as suas raízes no período pós-1918. [...] Os Estados quer seja no sentido jurídico ou no histórico-sociológico, derivam deste período.» (Halliday, *The Middle East in International Relations. Power, Politics and Ideology*, 2005, p. 83)

A Primeira Guerra Mundial levou os ingleses e os franceses a implicarem-se nos assuntos políticos do Médio Oriente.

«Em 1900, os britânicos, que assinaram tratados de proteção com todos os sheikh's do Golfo Pérsico, representam a grande potência exterior que tutela o Médio Oriente, tanto mais que o Império Otomano já estava muito enfraquecido. Foi este o contexto que favoreceu a expansão territorial de Ibn Saud na Arábia.» (Dazi-Héni, 2017, p. 41)

O primeiro tratado entre britânicos e sauditas celebrou-se dia 26 de dezembro de 1915. No Tratado de Daraïn, os britânicos reconhecem a autoridade política de Ibn Saud sobre os territórios do Najd, de Hasa, e das cidades de *Qatif*, *Jubayl* e os seus arredores e concedem-lhe um rendimento mensal de cinco mil libras *sterling*. Em troca, Ibn Saud renuncia a qualquer agressão e ingerência nos emirados do Golfo que estavam sob proteção britânica.

Mas, «a relação saudita-britânica é bem mais ambígua do que parece» (Dazi-Héni, 2017, p. 41). Ibn Saud autoproclamou-se “rei do *Hijaz*” e sultão do Najd (e das suas dependências) e apenas pôs os britânicos perante os factos já consumados. Estes ficaram apreensivos em relação à figura de Ibn Saud, e começaram, em 1925, a preparar os

tratados de Bahra e Hadda, que delimitavam as fronteiras dos territórios conquistados por Ibn Saud. Os britânicos iriam manter esta relação “especial” com a Arábia Saudita até serem ultrapassados, em 1933, pelos Estados Unidos:

«A aliança com os britânicos permitiu que Ibn Saud levasse a cabo as suas campanhas militares, mas impediu que este conquistasse toda a península. [...] Ibn Saud soube aproveitar o declínio do Império Otomano, num contexto de Guerra Mundial, e desconfiou sempre dos britânicos mas aproveitou as vantagens que estes lhe podiam oferecer.» (Fourmont-Dainville, 2005, p. 25)

É a uma empresa americana, a *Standard Oil of California* (SOCAL) a quem Ibn Saud oferece concessões petrolíferas no seu território em 1933. A SOCAL passa, em 1936, a designar-se *California Arabian Standard Oil Company* (CASOC) até ser batizada novamente em 1944 de *Arabian American Oil Company* (ARAMCO). O Rei Saudita decidiu virar as costas ao governo de Londres e viu na sua relação comercial com os EUA as bases suficientes para estabelecer uma nova parceria estratégica.

Durante a Segunda Guerra Mundial a Arábia Saudita declarou-se neutra apesar de inclinada para o lado dos Aliados. Foi depois da Conferência de Yalta, no dia 14 de Fevereiro de 1945, a bordo do navio de guerra americano *Quincy*, estacionado no canal do Suez, que decorreu o encontro entre o presidente Roosevelt e o rei da Arábia Saudita (Figura 8). Este encontro demonstrou a nova importância atribuída ao Médio Oriente e nomeadamente à Península Arábica pelo governo de Washington e tornou-se o mito fundador da relação entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos.

«A bordo do Quincy, as discussões entre Roosevelt e Ibn Saud passam pelo tema da religião, dos judeus da Palestina e da independência da Síria e do Líbano, ambos sob tutela francesa. Perante a recusa clara de algum tipo de cedência sobre a questão da Palestina por parte do rei, o presidente assegura a Ibn Saud que nenhuma ação hostil será levada a cabo contra os árabes para ajudar os judeus.» (Dazi-Héni, 2017, p. 44)

Este compromisso americano na questão da Palestina não será respeitado pelo presidente seguinte, Truman. Foi a bordo do *Quincy* que nasceu e se institucionalizou a relação bilateral estratégica entre sauditas e americanos, com vários acordos. A Arábia Saudita beneficiou do *Lend-Lease Act* de 1941, que autoriza os Estados Unidos a vender, ceder ou alugar todo o tipo de material de defesa a um governo cuja defesa o presidente dos Estados Unidos considere vital aos interesses norte-americanos.

O início da exploração petrolífera na Arábia Saudita coincide com o fim do reinado de Abd Al-Aziz Ibn Saud, que morre em novembro de 1953.

O que se pode concluir desta trajetória? Será essencial para o entendimento da consolidação do Estado, a nível interno, compreender que características do seu processo

de formação são importantes em termos de legado para o que constitui a Arábia Saudita a partir de 2015.

Sobre o processo de formação do Estado no Médio Oriente e na Península Arábica, podemos constatar como o fim da I Guerra Mundial fez emergir um sistema resiliente de Estados, que se mantiveram relativamente estáveis ao longo do século XX. Na entrada para o século XX o mapa do Médio Oriente resulta de dois processos: por um lado a evolução ao longo dos milénios e dos séculos dos Estados e da cultura da região, por outro o impacto na região, em particular no Império Otomano, do sistema político e económico europeu do século XIX e inícios do século XX (Halliday, 2005). A formação do Médio Oriente Moderno, no entanto, é recente e resulta das pressões externas que interagiram com as culturas pré-existentes, e com as especificidades de cada lugar.

Na sua obra «*The Middle East in International Relations*», Fred Halliday afirma que terá sido a I Guerra Mundial a acabar com o já longo desmembramento do Império Otomano, que fundou o sistema moderno de Estados do Médio Oriente, e que esta transformação se deu de três formas. A primeira forma, elencada por Halliday, passa pela definição de um conjunto de novas entidades territoriais, que posteriormente se tornariam Estados, pela França e Grã-Bretanha depois do Império Otomano cair (Líbano, Síria, Iraque, Palestina e Transjordânia). Observamos que a Arábia Saudita não se enquadra nesta forma de criação do seu Estado Moderno. A segunda forma tem a ver com a área turca do Império Otomano onde foi criado o Estado da Turquia. Neste caso a formação do Estado Moderno aconteceu depois de, num primeiro momento, haver um controlo externo severo (França, Grã-Bretanha, Grécia, Itália) que se materializou no Tratado de Sèvres em 1920. Culminando num segundo momento em que surgiu um movimento nacionalista que revogou o tratado e definiu os limites do novo Estado turco (Tratado de Lausanne em 1923). A formação do Estado Moderno saudita não se enquadra nesta forma de criação do Estado Moderno citada por Halliday. A terceira forma prende-se com o vazio de poder deixado pelo Império Otomano na Península Arábica. Aqui, uma coligação de tribos liderada pela família Al-Saud, vinda da Arábia central, conquistou militarmente quatro quintos do território da Península proclamando, em 1926, um novo Estado e, em 1932, um novo reino. Esse reino foi fundado sobre as bases da cultura tribal beduína (sedentarizada), da conquista militar, e de um pacto político-religioso. No rescaldo da I Guerra Mundial a Turquia e o Irão tornaram-se Estados independentes e as interferências das potências externas, que até então eram mantidas à margem pelo Império

Otomano, começaram a ter um papel determinante no Médio Oriente (Halliday, 2005). No entanto, os povos árabes continuaram a viver num território muito fragmentado e colonizado à exceção de dois Estados: o Iémen que emergiu como Estado independente em 1918, e a Arábia Saudita que nunca foi colonizada.

Podemos assim afirmar que o processo de formação do Estado Moderno da Arábia Saudita foi *sui-generis* e foi uma total exceção à regra em relação ao que se passava no resto do Médio Oriente. No processo de formação do Estado Moderno Saudita pode ter havido interferências externas (Grã-Bretanha e Estados Unidos) mas nunca houve uma colonização *per se*. O Estado Moderno Saudita emergiu da conquista militar entre tribos beduínas onde o fator religioso, a sedentarização da população, e a distribuição de dividendos (ou *handouts*) funcionaram como cola aglutinadora de uma nova entidade estatal. A formação do Estado Moderno na Arábia Saudita sofreu um processo diferenciado dos outros Estados do Médio Oriente, onde os fatores do tradicionalismo tribal, de um sistema monárquico absoluto cuja legitimidade provém da conquista militar, do conservadorismo do sunismo radical e de uma economia redistributiva tiveram um papel preponderante. A isto se acrescenta ainda o fator diferenciador de nunca ter havido colonização, tornando a formação do Estado Moderno saudita um processo político onde as condicionantes internas foram as mais determinantes.

Como já vimos, foi durante o período entre 1918 e 1948, desde o fim do Império Otomano até à criação do Estado de Israel, que se pousaram as fundações que originariam os desenvolvimentos que a região viveria posteriormente (Halliday, 2005). Foi durante este período que nasceu o Estado Saudita e que se começou a desenvolver o aparelho de estado saudita, na mesma linha cronológica da emergência dos outros Estados Modernos do Médio Oriente, mas com características distintas. Em larga medida, a formação política, social e internacional do Médio Oriente deu-se neste período. Foi através deste processo interno de mudança que as dimensões sociais, ideológicas e até políticas do Médio Oriente Moderno foram moldadas (Halliday, 2005).

Desta trajetória podemos igualmente extrair o que será importante, em termos do modo de inserção da Arábia Saudita na região do Médio Oriente, em termos de alianças, rivalidades e interferência por parte de atores externos.

Em termos de alianças podemos afirmar que os aliados naturais da Arábia Saudita serão as outras monarquias sunitas do Golfo, pois partilham a identidade árabe, o sunismo, e o tipo de regime político. A aliança com os EUA assenta numa relação

comercial antiga, e acabará por se tornar uma aliança essencial à sobrevivência securitária e económica da Arábia Saudita.

Em termos de rivalidades esta trajetória mostrou-nos a natureza conflituosa da relação entre a Arábia Saudita e o Império Otomano (foi a queda do Império Otomano que permitiu a integridade territorial da Arábia Saudita, que “nasceu da suas cinzas”), que originou a difícil relação entre a Arábia Saudita e o Irão, que tomou proporções ainda maiores depois da Revolução Iraniana de 1979. O Irão irá tornar-se o maior rival da Arábia Saudita e o medo do “crescente xiita” materializar-se-á na Guerra Fria entre Irão e Arábia Saudita que usará territórios de outros Estados da região como palco.

Em termos de interferências por parte de atores externos, esta trajetória demonstra-nos a pouca permeabilidade da Arábia Saudita à interferência externa, pelo menos de outros atores regionais. Num primeiro momento e aquando da formação do Estado Saudita, a Grã-Bretanha, uma grande potência exterior à região, conseguiu interferir nos assuntos internos da monarquia sunita, mas apenas porque também a monarquia sunita tirava vantagens dessa relação. Num segundo momento observamos o estabelecimento de uma relação comercial com empresas americanas, com benefícios mútuos, que levará ao estabelecimento de uma relação bilateral entre EUA e Arábia Saudita (mais uma vez, uma grande potência exterior à região), assente na compra e venda de petróleo e na proteção e assessoria do Estado comprador ao Estado vendedor. Pode dizer-se que esta relação representa uma interferência dos EUA nos assuntos internos da Arábia Saudita, nomeadamente económico-financeiros. Sendo paradoxal que essa relação de compra e venda e de segurança, que produz interferência externa e poderá levar à dependência económica, é o que irá sustentar toda a estrutura económico-social do regime saudita.

III. O NÍVEL DE ANÁLISE INTERNO

A Política Externa da Arábia Saudita (a partir de 2015) deve ser analisada, também, através do prisma do nível interno. A sua política externa vê-se extremamente afetada pelos acontecimentos, constrangimentos e características que marcam a vida política interna da Arábia Saudita.

Por possuir características *sui-generis* este regime, marcado por contradições, vive uma luta interna entre as duas grandes forças motoras da sua sociedade: conservadorismo religioso e vontade de progresso alcançado através de reformas políticas, económicas e sociais, e do sistema religioso.

Iremos analisar a dimensão política do nível interno para perceber como se caracteriza a monarquia atual, o sistema político com todos os seus potenciais problemas que passam pela questão da falta de Direitos Humanos, civis e políticos dos cidadãos, assim como do sistema legal.

Analisaremos igualmente a dimensão económico-social do nível de análise interno: veremos como se caracteriza demograficamente a população em território saudita, assim como que papel têm as mulheres, e os trabalhadores estrangeiros na sociedade. Iremos ainda analisar qual a influência do petróleo na economia e como se caracteriza a economia política saudita, assim como qual será o verdadeiro alcance do Plano “*Vision 2030*”.

Por fim, vamos analisar a dimensão histórico-simbólica do nível de análise interno onde nos propomos a olhar para as forças ideacionais que operam na sociedade, intangíveis, mas que influenciam o sistema político, social e económico da Arábia Saudita. Abordaremos a questão identitária, em torno da qual operam conceitos como o de tribalismo, identidade nacional, discurso nacional, separatismo, conflito e manipulação. Abordaremos, também, a questão do *soft-power* saudita que se quer projetar para o futuro, promovendo a Arábia Saudita a nação do futuro, garantindo-lhe um lugar relevante na nova ordem económica do pós-petróleo, que se materializa no projeto ambicioso de construção da NEOM.

3.1 A dimensão política

A Arábia Saudita é a última monarquia absoluta do mundo. Uma monarquia absoluta marcada por autoritarismo, com características oligárquicas, e alguns elementos tribais.

Salman bin Abdulaziz Al Saud (Figura 9), nascido em Riade a 31 de dezembro de 1935, é o atual monarca da Arábia Saudita. Salman aceitou o trono a 23 de janeiro de 2015, depois da morte do seu meio-irmão e antecessor Abdullah bin Abdulaziz Al Saud.

O atual monarca da Arábia Saudita, com 87 anos, teve treze filhos, dos quais se destaca o atual príncipe-herdeiro Mohammad bin Salman Al-Saud, nascido em 1985.

Mohammad bin Salman bin Abdulaziz Al Saud (Figura 10) (mais conhecido como Mohammad bin Salman ou MBS) nasceu a 31 de agosto de 1985. Em 2015 foi nomeado ministro da Defesa sendo o mais novo ministro a ocupar este cargo, e em 2017 foi nomeado Primeiro Vice Primeiro-Ministro e príncipe-herdeiro da Arábia Saudita depois do afastamento controverso de Muhammad bin Nayef Al Saud dos dois cargos que ocupou entre 2012 e 2017.

3.1.1 A monarquia, o sistema político e os problemas de sucessão ao trono

O ano de 2015 representa uma viragem sem precedentes na política interna e externa da Arábia Saudita. O acesso ao trono do novo monarca, que pela ascendência da sua mãe o liga ao clã dos *Al-Soudayri* representa uma “vingança” em relação à política sucessória do rei Abdullah. Apenas uma semana depois da morte de Abdullah, o novo monarca inicia um verdadeiro processo de purga de todos os apoiantes do anterior monarca, despedindo massivamente por decreto, incluindo o governador de Meca e de Riade, ambos filhos do monarca anterior. Em algumas semanas, a maioria dos ministros foi substituída.

Em relação à sua própria sucessão dá-se a nomeação do ministro do Interior, Mohammad bin Nayef (MBN) (Figura 11) como príncipe-herdeiro da monarquia saudita, e de Mohammad bin Salman (MBS) como vice-príncipe-herdeiro e vice-primeiro-ministro, na tentativa de manter o equilíbrio entre o poder dos dois.

Isto parece não ter sido suficiente para Mohammad bin Salman, que quis estender o seu domínio aos setores dos negócios estrangeiros, saúde, educação, informação e finanças. MBS, ou «*Mister Everything*», como é chamado pelos *média*, chegou aos 32 anos concentrando nas suas mãos os principais órgãos do poder saudita, acumulando os cargos de vice-Príncipe-herdeiro, vice-primeiro-ministro, ministro da Defesa, Presidente da Comissão dos Assuntos Económicos e do Desenvolvimento, Presidente do Conselho de Vigilância da ARAMCO e conselheiro pessoal do rei.

«Mohammad bin Salman é, desde há muito tempo, conselheiro pessoal de seu pai, que deposita nele a sua total confiança e a quem é extremamente apegado, ao ponto de lhe ter confiado a pesada missão de diversificar a economia saudita para preparar o período do pós-petróleo, através do plano “Vision 2030”. Salman já tem mais de 85 anos e estará afetado pela doença de Alzheimer da qual padece. Se é ele o Soberano oficialmente, murmura-se que na sombra quem governa é o seu filho.» (Amir-Aslani, 2017, p. 45)

Com a difícil missão de modernizar a Arábia Saudita, nomeadamente no plano económico, MBS sabe que a instauração das reformas colossais que o país precisa será um processo altamente complexo. Para isso decidiu rodear-se de tecnocratas das mais variadas áreas e recorre regularmente a consultores da *McKinsey* (consultora americana que originou a reforma laboral no Bahrein). Gozando de uma certa popularidade, principalmente entre as camadas mais jovens da população - por ter-se mostrado aberto a um possível “relaxamento” das interdições religiosas - MBS parece estar ciente da importância de captar as camadas jovens, que são a maioria da população e sobretudo, de fazer com que continuem a preferir consumir internamente e, também, que vejam nele um representante legítimo e preocupado com os anseios de abertura dos jovens. A imprensa da Arábia Saudita, que pertence quase toda à própria monarquia descreve-o, como o jornal *Al-Madinah* por exemplo, como “o homem que, com uma mão constrói a economia de uma nação e com a outra protege as suas fronteiras” (Amir-Aslani, 2017, p. 46).

«É fácil constatar as suas falhas: uma certa arrogância desenvolta, uma grande confiança em si-mesmo que lhe advém do seu estatuto de filho de rei e que o empurra a cometer erros graves. [...] Para os diplomatas estrangeiros Mohammad bin Salman é um personagem inquietante. A impulsividade da Política Externa saudita parece diretamente decalcada da sua própria impulsividade e suscita dúvidas em relação à sua capacidade governativa. É a este título que a decisão de lançar a operação “Decisive Storm” no Iémen demonstra a falta de discernimento do príncipe. Decisão essa que foi totalmente unilateral. (Amir-Aslani, 2017, p. 49)

Anos depois o Iémen continua mergulhado no caos, o que valeu a MBS a alcunha de “*reckless*” (imprudente).

Na casa dos 30 anos (numa monarquia com características gerontocráticas, onde o sistema de sucessão horizontal – de irmão mais velho para irmão mais novo – origina que os monarcas cheguem ao poder quando já estão na velhice) sem grande experiência, apontado muitas vezes como arrogante, inconsequente, impune, demasiado jovem e impulsivo para as funções que desempenha, MBS decidiu lançar sozinho a operação *Decisive Storm* no Iémen. Foi no dia 14 de dezembro de 2015, que MBS agiu unilateralmente e à revelia do seu primo e rival MBN (a quem caberia esta decisão por ser Ministro do Interior e especialista na questão *jihadista*) anunciando a formação de

uma aliança antiterrorista de trinta e quatro países sob comando da Arábia Saudita. A relação entre os “dois Mohammad” é conflituosa, competitiva e faz parte de um jogo de xadrez estratégico em que um tenta eliminar o outro, ou neste caso afastá-lo do poder.

«Oficialmente a família Al-Saud age como sempre agiu. “Estabilidade” e “continuidade” são as suas palavras de ordem, portanto para as autoridades sauditas MBS e MBN entendem-se às mil maravilhas. As frentes económicas, sociais e internacionais são já suficientemente complexas para lhes acrescentar as dissidências e rivalidades familiares, principalmente se for à vista do povo saudita.» (Amir-Aslani, 2017, p. 51)

A única garantia desta unidade de fachada é o estado de saúde do Rei Salman. Se o Rei tivesse morrido nesta altura, seria logicamente MBN, o príncipe-herdeiro oficial, a aceder ao trono e a afastar MBS do poder. Como o Rei ainda está vivo MBS teve tempo para consolidar o seu poder e a sua teia de influência tornando-se indispensável e ultrapassando o seu rival na ordem de sucessão ao trono em 2017.

Segundo a *Reuters* no dia 20 de Junho de 2017, Mohammad bin Nayef é notificado para se encontrar com o Rei Salman no quarto andar do Palácio Real de Meca. Foi lá que, segundo uma fonte próxima de MBN, o Rei lhe ordenou sumariamente que se afastasse em favor do seu filho preferido, MBS, pela sua “adição a opiáceos que lhe toldariam o julgamento”.

«A Reuters não conseguiu confirmar de forma independente os problemas de adição de MBN.» (Staff, 2017)

Ainda segundo a agência de notícias britânica, fontes com conhecimento interno da situação afirmaram a determinação do rei de elevar MBS a príncipe-herdeiro, usando como pretexto uma suposta adição para afastar MBN. Mohammad bin Nayef rendeu-se, aceitou reunir com o rei, aceitou-se afastar-se e assinou um documento nesse sentido.

«Quando MBN se encontrava a sair do palácio, foi surpreendido por MBS que o esperava [...]. MBN foi abraçado e beijado por MBS enquanto as cameras de televisão filmavam.» (Staff, 2017) (Figura 12)

Uma fonte próxima de MBN afirmou que o golpe terá avançado depois de MBS “ter construído uma relação forte e de proximidade” com Jared Kushner, genro e conselheiro de Donald Trump.

«Citando uma testemunha do palácio, uma fonte saudita disse que o Rei Salman pré-gravou um discurso onde anuncia a transferência do trono para o seu filho. Este discurso pode ser passado a qualquer momento.» (Staff, 2017)

A existência de clãs que gravitam à volta do poder e que possuem interesses diferentes ou divergentes é visível, apesar destas rivalidades não terem sido suficientes

para por em causa a unidade do poder da monarquia saudita. Uma monarquia absoluta, mas com características, também, de uma oligarquia principesca.

A monarquia Al-Saud foi conseguindo abafar e impedir vários golpes palacianos de dentro da própria família ao longo da existência da Arábia Saudita moderna, mas:

«Uma coisa é certa: a luta fratricida que se vive fragiliza o equilíbrio da casa Al-Saud. Face aos desafios da modernidade, a coesão da tribo beduína parece pertencer ao passado.» (Amir-Aslani, 2017, p. 53)

Assim, 2015 representa o ano da chegada ao poder do Rei Salman e do seu clã, assim como do lançamento da operação *Decisive Storm* no Iémen, por decisão unilateral de MBS. Depois do golpe palaciano de 20 de Junho de 2017 este passou a concentrar nas suas mãos os principais órgãos do poder saudita, com vista a desenvolver as reformas necessárias à entrada da Arábia Saudita no período do pós-petróleo.

3.1.2 A falta de Direitos Humanos e a opressão da população

Desde 2015 que a Arábia Saudita faz parte do Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas mesmo se a monarquia Saudita se recusou, em 1948, a assinar a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Todos os anos as ONG's, árabes e internacionais classificam a Arábia Saudita como “o pior país do mundo” no respeito pelas liberdades e direitos cívicos. Segundo a *UN Watch* em 2015 foram decapitadas 153 pessoas na Arábia Saudita, e no final de julho de 2016 já se contava uma centena de condenações à morte. Este frenesim de mortes, com os números mais elevados dos últimos vinte anos, corresponde à chegada ao poder do Rei Salman e do seu clã, e à mão-de-ferro com que pretendem manter-se no poder. Ironicamente, a entrada no Conselho dos Direitos do Homem da ONU permite à Arábia Saudita não prestar contas nenhuma em termos de Direitos Humanos e dos seus crimes de guerra contra a Humanidade, nomeadamente no Iémen e na Síria. Observam-se violações sistemáticas e quotidianas das liberdades fundamentais, ausência de eleições e de pluralidade política, ausência de estatuto legal das mulheres, a ausência de liberdades políticas e civis, como a liberdade de expressão, de imprensa, de ensino, ou de reunião.

A Lei Fundamental do Estado, instaurada em 1992, define o Estado Saudita:

«O Reino da Arábia Saudita é um Estado Islâmico Árabe Soberano. A sua religião é o Islão, o Al-Corão e a Sunna do Profeta (que a paz esteja com Ele) formam a sua Constituição» (artigo primeiro) (Amir-Aslani, 2017, p. 59).

Nos que aos Direitos Humanos diz respeito, o artigo 26 da Lei Fundamental do Estado diz que «*o Estado protege os direitos do Homem conforme a Lei Islâmica (Sharia)*» (Amir-Aslani, 2017, p. 56).

A Lei Islâmica, a *Sharia*, serve de recurso e de referência legal na maior parte dos países muçulmanos, mas só na Arábia Saudita é usada exclusivamente em todos e para todos os julgamentos. Um jurista saudita é por isso, em última análise, um teólogo. Este quadro legal criou um:

«*Sistema que regula e enquadra todos os comportamentos públicos, privados e sociais dos indivíduos segundo princípios que remontam ao século VII*» (Amir-Aslani, 2017, p. 59)

É desta forma que a Arábia Saudita se tornou o lugar das “mil e uma proibições”. Os cinemas foram proibidos em 1980. Fazer autópsias também é proibido, mesmo num quadro médico-legal.

A Arábia Saudita está perante um enorme vazio legal em termos de Direito moderno:

«*A Justiça é expeditiva: enquanto a Sharia teoricamente exige que haja 4 testemunhas oculares para se fazer uma condenação, na Arábia Saudita as detenções baseadas numa simples presunção são moeda corrente, as condenações e as sentenças são pronunciadas sem haver processo e sem a presença de advogados.*» (Amir-Aslani, 2017, p. 64)

Em relação às penas, as mais usuais são os castigos corporais e passam por delapidação, decapitação por sabre, flagelação, e crucificação, marcas de uma sociedade onde o tribalismo e o respeito pelas regras beduínas ainda se faz sentir.

A sociedade saudita é descrita pelo autor Ardavan Amir-Aslani como “doente” e “esquizofrénica”⁴, mergulhada num modo de vida austero e sem Liberdade onde a maioria da população tem menos de 25 anos. Ora, estas duas forças contrárias e antagónicas - por um lado uma população jovem, que está nas redes sociais e quer abrir-se ao mundo, e por outro uma ditadura político-religiosa que controla todos os factos, todas as interações, todos os gestos, todos os movimentos da sua população – tornam o papel do Estado de as equilibrar uma tarefa difícil, diríamos mesmo impossível de executar. (Amir-Aslani, 2017)

⁴ (Amir-Aslani, 2017, p. 57)

Em 2015, ano da chegada ao poder do clã Salman, foram distribuídos 32 000 dólares em *handouts* à população. Estas alocações foram “generosamente” distribuídas a funcionários, estudantes, militares, e clubes desportivos.

«De maneira geral a paz social só é mantida através destes handouts e do medo. Mas as insurreições têm-se multiplicado nestes últimos anos e a contestação da juventude tem vindo a amplificar-se.» (Amir-Aslani, 2017, p. 58)

Vejamos o caso de Raïf Badawi (Figura 13), cidadão saudita, escritor e *blogger* que em 2008 criou o site *Free Saudi Liberals* e lutava por uma liberalização moral da Arábia Saudita. Preso em 2012 por ter escrito que “cristãos, muçulmanos e judeus são iguais” foi condenado por apostasia dia 7 de março de 2014 a dez anos de prisão e mil chicotadas, administradas em 20 sessões semanais. Atualmente Badawi continua preso. Em 2015 recebeu o prémio “Sakharov pela Liberdade”, atribuído pela sua coragem política. No que à comunidade internacional diz respeito, Barack Obama nunca quis intervir oficialmente para pedir a libertação de Badawi, e, em Março de 2015 (três meses depois das chicotadas em *Djeddah*) François Hollande agraciou MBN com a *Légion d'honneur* da República Francesa (Figura 14).

«Na sua grande maioria, os Ocidentais continuam pouco à vontade para denunciar as violações aos Direitos Humanos cometidas pela Arábia Saudita, dados os seus estreitos laços económicos e diplomáticos com os Al-Saud.» (Amir-Aslani, 2017, p. 68)

Assim, 2015 foi o ano da entrada da Arábia Saudita no Conselho dos Direitos do Homem da ONU apesar das violações sistemáticas dos Direitos Humanos, políticos e civis da população. Esse foi também o ano em que foi executado Raïf Badawi, que lutava pelos Direitos dos sauditas, revelando assim a natureza esquizofrénica e contraditória do regime, onde a *Sharia* é a referência legal por excelência e enquadra os comportamentos dos cidadãos segundo princípios que remontam ao século VII.

3.1.3 As mulheres na Arábia Saudita

«A sociedade ultraconservadora impõe uma estreita separação dos sexos e uma verdadeira segregação para todo um género, as mulheres, que não possuem quase nenhum direito.» (Amir-Aslani, 2017, p. 57)

Nenhuma mulher foi nem pode ser rainha da Arábia Saudita. O título de “princesa” existe porém sem responsabilidades e sem direito a herdar o poder. O poder, na Arábia Saudita, é exclusivamente do sexo masculino. Na sociedade wahabita, as sauditas simplesmente não possuem existência legal.

Em termos de igualdade de género a Arábia Saudita ocupa o 134º lugar em 145 países, segundo o Global Gender Gap Report do Fórum Económico Mundial de 2015. (Amir-Aslani, 2017, p. 69)

Do seu nascimento à sua morte as mulheres sauditas possuem um estatuto legal equiparado ao dos menores de idade, e são postas debaixo da autoridade legal de um homem, o seu *mahram*, ou “guardião” que pode ser todo e qualquer membro do sexo masculino da sua família, até mesmo seu filho. Sem a autorização do *mahram* é impossível a uma mulher viajar, casar-se, assinar um contrato de trabalho, ou consultar um médico (mesmo se for uma médica). As mulheres estão igualmente impossibilitadas de sair à rua sem um acompanhante do sexo masculino.

«Nas suas múltiplas expressões quotidianas, a tutela masculina exercida sobre as mulheres constitui uma verdadeira prisão que limita ao extremo a sua liberdade de circulação, o seu acesso ao mercado de trabalho, mas também a sua saúde e a sua segurança. [...] Numa sociedade tão patriarcal, a obsessão do controlo da sexualidade das mulheres e da sua “honra” é fora da norma.» (Amir-Aslani, 2017, p. 70)

Aos dias de hoje as mulheres já representam mais de metade dos alunos universitários na Arábia Saudita, mas são quem encontra mais dificuldades para entrar no mercado de trabalho uma vez os seus estudos concluídos:

«A extrema limitação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho [...] prejudica gravemente a economia saudita. Um paradoxo que priva a economia saudita de uma força de trabalho colossal e geradora de riqueza, quando o governo lançou o plano “Vision 2030” em abril 2016 para torna-la menos dependente do petróleo!» (Amir-Aslani, 2017, p. 74)

Em 2007, a ativista e historiadora saudita Hatoun Al-Fassi publicou um livro intitulado «As Mulheres na Arábia pré-Islâmica» (Figura 15) no qual quis destacar a ideia de que as mulheres do reino nabatino (de há mais de dois mil anos) tinham mais direitos do que uma mulher saudita do século XXI. Al-Fassi observou na sua obra que «o estatuto da mulher é um dos critérios que permite hoje distinguir uma sociedade moderna e uma que não o é» (Amir-Aslani, 2017, p. 77).

Em 2009 foi nomeada a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra da educação e, em 2013 as mulheres representavam 20% dos 150 membros da *Majlis Al-Shura*, a Assembleia consultiva. No dia 12 de dezembro de 2015 as mulheres puderam participar pela primeira vez nas eleições municipais, como candidatas e como eleitoras. Porém, uma vez eleitas como membro de um conselho municipal, as mulheres terão de deslocar-se até ao seu local de trabalho acompanhadas por um homem. Em 2016 foi permitido às mulheres trabalharem sem apresentar a sua autorização de trabalho, mas apenas para lojas de artigos femininos.

«A base do sistema é a tutela masculina, que cristaliza todas as injustiças e contradições do regime em relação às mulheres em matéria social, económica e política. [...] Os

tímidos avanços nesta matéria são sempre acompanhados de incoerências.» (Amir-Aslani, 2017, p. 76)

Estas incoerências passam, por exemplo, pelo facto das mulheres poderem ser eleitas e eleitoras mas terem o acesso vedado a reuniões públicas, não se poderem expressar de forma livre tendo de recorrer a um porta-voz masculino.

Vejamos alguns exemplos práticos de como são tratadas as mulheres na Arábia Saudita.

Loujain Al-Hathloul, nascida em 1989 (Figura 16) é uma ativista saudita pelos direitos das mulheres. Em dezembro de 2014 quis passar com mais quatro ativistas, ao volante, a fronteira entre os Emirados Árabes Unidos e a Arábia Saudita, foi imediatamente presa e ficou encarcerada durante 73 dias, tal como as suas companheiras. Foi detida novamente em maio de 2018, dias antes de ser levantada a proibição de conduzir para as mulheres. Em 2020 Al-Hathloul foi condenada a 5 anos e 8 meses de prisão por um tribunal especializado em casos de terrorismo, de que estava acusada, por *“cooperar com entidades hostís ao Reino”* (Shihabi, 2018, p. 4).

Aziza Al-Yousef, nascida em 1957 (Figura 17) é uma académica e ativista pelos direitos das mulheres. Em 2013 foi detida, juntamente com outra ativista (Emam Al-Nafjan) quando conduzia pelas ruas de Riade. Foram libertadas depois de assinarem um documento em como se comprometiam a nunca mais conduzir. Em 2016 fez campanha contra o sistema de tutela masculina através de um abaixo-assinado, mas foi impedida de entregar as quatorze mil e setecentas assinaturas que recolheu. Em maio de 2018 foi presa juntamente com Loujain Al-Hathloul, Eman Al-Nafjan, Aisha Almane e Madeha Al-Ajroush. A prisão das ativistas sauditas em maio de 2018 parece estar ligada a uma tentativa de:

«Assustar e intimidar qualquer pessoa que expresse o seu ceticismo em relação à agenda do príncipe-herdeiro em termos de Direitos Humanos.» (Shihabi, 2018, p. 4)

O fim da proibição de conduzir para as mulheres, assim como as pequenas concessões a nível laboral que têm sido feitas por MBS não refletem uma verdadeira preocupação com o alargamento de direitos civis e políticos para as mulheres, nem com a igualdade de género, nem com o progresso da sociedade saudita, mas refletem uma preocupação económica. Integrar as mulheres o mais rápido possível no mercado de trabalho é a sua prioridade.

«No seu ímpeto reformador, MBS defendeu claramente que a única maneira de atingir a transformação socioeconómica necessária para assegurar o futuro do pós-petróleo é

através do empoderamento económico das mulheres. E poderem conduzir é um elemento-chave.» (Shihabi, 2018, p. 4)

Dia 24 de junho de 2018 o Rei Salman emitiu um decreto em que afirmava que o ponto de vista maioritário do Conselho dos *Séniors* era de que o Islão não proibia as mulheres de conduzir. Este decreto inaugurou a possibilidade das mulheres sauditas poderem tirar a carta de condução, e poderem conduzir dentro do território da Arábia Saudita. Porém, este pequeno e quase insignificante avanço em termos de igualdade de género decorreu em simultâneo com a vaga de prisões das mulheres ativistas como Al-Hathloul ou Al-Nafjan (foram encarceradas, nesta fase, 11 mulheres ativistas). Esta situação paradoxal, em que se concede o direito de conduzir às mulheres, mas em que se prende sumariamente e se torturam as ativistas que por esse mesmo direito lutaram ilustra bem a natureza esquizofrénica deste regime, e a tentativa do poder de equilibrar e contrabalançar as forças progressistas e as forças conservadoras que operam na sociedade.

O que cristaliza a desigualdade entre homens e mulheres na Arábia Saudita é a tutela masculina. Todas as reformas possíveis serão em vão se as mulheres não se conseguirem libertar dela, se continuarem a precisar da autorização e da presença do *mahram*.

O Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas apelou duas vezes, em 2009 e em 2013, a que a Arábia Saudita abolisse a lei da tutela masculina, mas sem sucesso.

Assim, vimos como na Arábia Saudita as mulheres são remetidas a um estatuto legal quase inexistente onde a dependência da tutela masculina limita ao extremo a sua vida, a sua saúde e a sua segurança. O difícil acesso das mulheres ao mercado de trabalho, que são já maioritárias nas universidades, é o principal entrave ao desenvolvimento económico pretendido para o futuro do país. Apesar de ter havido alguns avanços, estes são insipientes perante o enorme *gap* de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, e provem de uma preocupação puramente económica. Estes tímidos avanços refletem a constante tentativa de equilíbrio entre progresso e conservadorismo do regime.

3.1.4 Os xiitas sauditas

A perseguição dos sunitas aos xiitas é ancestral e remonta aos tempos do profeta Mohammad. É desta forma que os xiitas da Arábia Saudita são aconselhados pelos seus *imams* a partidar a *taqiyya* coletiva, isto é, a dissimulação da sua fé num contexto hostil cujas práticas devem ser executadas em segredo e cujo objetivo é a sua sobrevivência. Na

Arábia Saudita, os xiitas ocultam e dissimulam ao máximo a sua fé, as suas crenças, as suas práticas e celebrações religiosas para terem uma maior probabilidade de sucesso e de sobrevivência.

Além do estigma religioso, há a desconfiança política. Os xiitas partilham a mesma fé que a população iraniana e gozam de uma representatividade bastante baixa no *Majlis Al Shura*, o Conselho Consultivo, representando 4 a 5 milhões de pessoas.

«Apesar de serem muçulmanos, os xiitas sauditas são cidadãos de segunda na Arábia Saudita, apesar de representarem aproximadamente 10% da população do reino segundo números oficiais – entre 17 e 20% segundo alguns investigadores. Esta comunidade, árabe e não persa, partilha origens comuns com os xiitas do Emirado vizinho, o Bahrein, mas também com os do Koweit e com os do Iraque do sul, formando assim uma espécie de “crescente xiita” que borda o noroeste do Golfo Pérsico – tido como particularmente ameaçador para os sauditas.» (Amir-Aslani, 2017, p. 78)

Os xiitas, na Arábia Saudita, vivem nas províncias de Leste, no *Hassa*, e na região de *Qatif* (Figura 18), zonas que possuem grande valor estratégico pois englobam todos os recursos naturais do reino (*«um quarto das reservas mundiais de petróleo e 4,4% das reservas de gás»*) (Amir-Aslani, 2017, p. 78)). A conquista destes territórios pelo rei fundador Ibn Saud justificou-se através da dupla utilidade destas zonas, pelo aspeto teológico da conquista e domínio dos xiitas, e pelo aspeto geoestratégico da exploração dos recursos naturais desses territórios. Os xiitas são sistematicamente postos à parte e excluídos do desenvolvimento económico da Arábia Saudita e, na cultura sunita chovem termos depreciativos e epítetos negativos para caracterizar os xiitas,

Vejamos um caso concreto. Nimr Baqr al-Nimr, nascido em 1959 (Figura 19) era um *cheikh* xiita, da província de *Al-Awamiyah*. Defendia a liberalização moral da Arábia Saudita, a igualdade de direitos para todos os cidadãos, a libertação de presos políticos, e contestou fortemente a legitimidade e autoridade da casa Al-Saud. Em 2009 chegou mesmo a apelar à secessão da província de Leste, com base numa ideia separatista defendida e apoiada pela maioria da população xiita saudita. Ideia essa que, como seria de esperar, causou o pânico em Riade e levou ao silenciamento dos dissidentes. Nimr Baqr al-Nimr foi detido dia 8 de julho de 2012 e acusado dos crimes de terrorismo, sedição, desobediência ao Soberano e porte de arma ilegal. Acabou por ser decapitado e cruzificado dia 2 de janeiro de 2016 – já durante o reinado atual – ao mesmo tempo que foram executados outros 46 presos sunitas acusados de cooperação com o Estado Islâmico.

«O caso de Nimr Baqr al-Nimr cristaliza as múltiplas interdependências entre os constrangimentos da política interna saudita e as influências (reais ou fantasiadas) exteriores. No contexto geopolítico do Médio Oriente, a província xiita é um pivot que sente os efeitos da evolução da percepção que a Arábia Saudita tem dela mesma vis-à-vis do Irão, acusado de ingerência direta ou por procuração.» (Amir-Aslani, 2017, p. 83)

Os xiitas na Arábia Saudita possuem duas fontes principais de descontentamento. Em primeiro lugar há o renascimento político e identitário do xiismo, despoletado pelo Irão, que leva a que gradualmente os xiitas comecem a deixar de aceitar o *apartheid* político, económico e social a que estão submetidos. Em segundo lugar há as reivindicações que são partilhadas com a maioria das novas gerações da população, que se deparam com os problemas de base da sociedade que são o desemprego, a corrupção, o empobrecimento geral da população, a desigualdade de género, a falta de oportunidades, a inexistência de sociedade civil, a inexistência de direitos civis e políticos e a absoluta falta de Liberdade. Estes problemas estruturais são varridos para debaixo do tapete, são ocultados pelo regime, que usa o Irão como bode expiatório para desviar a atenção da população do caos que foi lançado pelos Al-Saud tanto a nível interno como regional.

«A desestabilização da província de Hassa, onde estão concentradas todas as instalações petrolíferas e os recursos naturais, seria tão catastrófica para o reino que justifica, por si só, a histeria securitária ao encontro dos xiitas.» (Amir-Aslani, 2017, p. 84)

A execução do *cheikh* xiita em 2016 acabou por ter efeitos indesejados para a Arábia Saudita. Agravou a má relação com o Irão com todas as consequências indiretas para o Médio Oriente que isso acarreta, incendiou ainda mais o ódio entre xiitas e sunitas tanto a nível interno como regional, e aprofundou a hostilidade dos xiitas para com a monarquia.

Além do estigma associado à sua religião e à sua cultura, acrescenta-se o pânico securitário dos Al-Saud ao “crescente xiita” formado pelos xiitas da Arábia Saudita, Bahrein, Koweit e Iraque, que ameaçam a estabilidade da monarquia absoluta sunita. Os xiitas representam atualmente uma dupla ameaça. Primeiro a nível interno, em relação à sua localização geográfica, e em relação à legitimidade e continuidade da dinastia Al-Saud no poder. Segundo a nível regional, em relação à sua proximidade e afinidade com o Irão, pois a província xiita sofre os efeitos da evolução da percepção que a Arábia Saudita tem de si-própria em relação ao Irão.

Numa sociedade onde o tribalismo e o respeito pelas regras beduínas ainda se fazem sentir, o sistema legal é insipiente havendo um grande vazio legal em termos de Direito Moderno que leva a que o sistema judicial saudita seja altamente arbitrário e seja

mais um instrumento que a casa Al-Saud usa a seu favor para se manter no poder. A paz social é mantida através da distribuição de alocações à população e do medo da repressão. A legitimidade dos Al-Saud parece, aos dias de hoje, estar no ponto mais baixo em que alguma vez possa ter estado. A Arábia Saudita, que faz parte do Conselho dos Direitos do Homem da ONU, mas comete as piores atrocidades de guerra e também, prende, tortura e executa os seus dissidentes internos, vive numa tentativa constante de equilíbrio entre as duas forças internas opostas, a da tradição conservadora e a da mudança reformista.

3.2 A dimensão económico-social

Para a nossa análise da dimensão económico-social do nível de análise interno iremos tentar responder à seguinte questão: Qual será a estratégia económico-financeira da Arábia Saudita para diversificar a sua economia, não depender exclusivamente da exportação de petróleo, reformar o sistema redistributivo e manter a dinastia Al-Saud no poder?

3.2.1 O retrato demográfico de uma população heterogénea

A Arábia Saudita apresenta, em 2021, uma população de aproximadamente 35,5 milhões de habitantes, sendo que 10 milhões, aproximadamente um terço da população, são estrangeiros. Há aproximadamente 26 milhões de pessoas a viver em zonas urbanas e 5 milhões em zonas rurais, representando uma taxa de urbanização de 85% (segundo o *World Factbook* 2021) A população da Arábia Saudita é bastante heterogénea na sua composição (há mais de 30 tribos) e a taxa de crescimento demográfico varia nas diferentes regiões.

A composição religiosa do território é bastante diversa, o *wahabismo* está implantado maioritariamente na zona central.

«O problema do crescimento demográfico foi, durante muito tempo, subestimado, por razões que se prendem com o Islão em geral e com a doutrina wahabita em particular, esta última não podendo encarar a ideia de um controlo dos nascimentos. Mas também houve razões geopolíticas, que fizeram da demografia uma “arma” face aos outros Estados mais ou menos populosos da península. O Reino saudita sempre teve, efetivamente, medo de ser visto como um “anão demográfico” aos olhos dos seus rivais regionais. Hoje isto já não é totalmente verdade, já que de alguma forma a Arábia Saudita se transformou numa potência demográfica representando 70% do CCG.» (Rigoulet-Roze, 2007, p. 8)

A pirâmide populacional da Arábia Saudita em 2021 (Figura 20) revela uma população maioritariamente jovem, com 50,2% da população entre os 25 e os 54 anos.

Segundo dados do *World Factbook* da CIA de 2021, a idade média na Arábia Saudita é de 30,8 anos. A partir destes dados podemos concluir que a grande maioria da jovem população saudita está em idade ativa. A taxa de desemprego apresentada é de 19,9% para os homens, e de 62,6% para as mulheres, tornando evidente que a maioria das mulheres sauditas não estão integradas no mercado de trabalho.

3.2.2 Os trabalhadores estrangeiros

A Arábia Saudita conta, no seu território, com a presença de aproximadamente 10 milhões de trabalhadores estrangeiros, que formam mais ou menos um terço da sua população total.

Os trabalhadores expatriados, vindos do mundo Ocidental, da Europa, dos EUA e do norte da Ásia, são normalmente trabalhadores altamente qualificados e estão praticamente todos no setor privado, representando aproximadamente 84% dos trabalhadores do setor privado saudita. Em relação à população ativa, os expatriados representam 56% da população ativa saudita.

Em relação aos trabalhadores migrantes, que trabalham maioritariamente no setor da construção civil e no setor doméstico, as suas origens são essencialmente do sul e sudeste asiático. Vindos maioritariamente da Índia, Paquistão e Bangladesh, mas também das Filipinas e da Indonésia, estes trabalhadores são, não poucas vezes, vítimas de tráfico humano, de abusos laborais, de abusos sexuais, do sistema de *kafala*⁵, não têm direito à greve, vivem em condições deploráveis, são os trabalhadores mais mal pagos da sociedade (quando efetivamente recebem o salário que lhes foi prometido), e são altamente mal vistos e discriminados pelos sauditas:

A estas duas categorias de trabalhadores estrangeiros vem-se acrescentar uma espécie de categoria intermédia, os trabalhadores estrangeiros oriundos de outros países árabes.

No entanto, a obtenção de dados sobre o número exato de imigrantes presentes em território saudita é uma tarefa difícil pois os dados ou são inexistentes, ou são confidenciais ou são voluntariamente manipulados pelo Estado. A tendência terá sido a de inflacionar o número de cidadãos sauditas perante o número de não-sauditas, para, por

⁵ Sistema de “patrocínio” ou “apadrinhamento”, através do qual uma empresa ou entidade privada assume a responsabilidade por determinado ou determinados trabalhadores não-qualificados, permitindo-lhes a obtenção de visto de permanência por determinado tempo.

um lado, não validar a tese da total dependência de mão-de-obra estrangeira, e por outro não revelar a intrínseca fragilidade demográfica do reino sunita perante os outros Estados da Península, nomeadamente perante o Iémen. Há da parte do governo uma clara vontade de esconder o número real de trabalhadores não-nacionais, sendo que em 1992 estima-se que houvesse já uma proporção de 80% de estrangeiros na população ativa da Arábia Saudita.

A imigração, cujo número se desenvolveu a um ritmo superior do que o dos locais, é percecionada pelo Estado como um problema estratégico a resolver. Além disso, uma parte considerável da imigração que entra na Arábia Saudita é imigração ilegal.

«Existe, no entanto, uma forma legal de trabalhar na Arábia Saudita, principalmente para os não-muçulmanos: encontrar um kafil [“sponsor”, patrocinador] – que pode ser uma instituição pública, uma empresa privada ou um particular – suscetível de garantir o respeito do não-cidadão à ordem pública em geral e da legislação laboral em particular, que exclui naturalmente o direito à greve. Esta garantia permite então ao trabalhador obter o seu iqama [autorização de permanência por determinado tempo].» (Rigoulet-Roze, 2007, p. 4)

Desde 2002 que todos os pedidos de visto e de autorização de permanência passam obrigatoriamente pelo Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, para que o Estado possa controlar mais eficazmente a imigração. Esta sempre foi vista como uma variável de ajustamento económico e político pelos vários governos sauditas. Tornou-se evidente para o decisor político saudita a urgente necessidade de operacionalizar uma política de preferência nacional ao nível do emprego público e privado. Esta necessidade materializou-se no oitavo plano quinquenal (2005-2009), adotado em 2005 e na altura da adesão da Arábia Saudita à Organização Mundial do Comércio, que previa a “saudização” de 75% dos empregos do setor privado em 25 anos. A “saudização” dos empregos falhou completamente, deixando a Arábia Saudita continuar o seu caminho de extrema dependência de mão-de-obra estrangeira, tanto no público como no privado.

3.2.3 O petróleo, a economia política do Reino e o Plano “Vision 2030”

A Arábia Saudita é a detentora das maiores reservas de petróleo conhecidas do mundo. Ela possui uma reserva de 265 mil milhões de barris, que se traduz em 20% das reservas convencionais de petróleo do mundo. O maior campo de exploração petrolífera do planeta chama-se *Ghawar* e detém 25% das reservas de ouro negro da Arábia Saudita enquanto outros campos como *Safaniyah*, *Zuluf*, *Marjan*, *Manifa* e *Berri* representam em conjunto outros 25% das reservas de petróleo saudita. Mundialmente, a Arábia Saudita é um peso pesado da energia, a sua *spare capacity* (a diferença entre a sua capacidade de

produção e a sua produção) é única e permite-lhe influenciar os mercados, o que lhe permite uma posição de importância estratégica da qual mais nenhum país desfruta. A sua capacidade de exportação também não é comparável com mais nenhum país produtor do mundo. O Brasil e o México ainda estão a décadas de chegar aos níveis da produção saudita, os únicos que poderiam desafiar a posição da Arábia Saudita como principal produtor mundial a médio prazo seriam o Iraque e o Irão.

«Na sua essência, a base da economia saudita é o petróleo. O setor petrolífero contribui aproximadamente com 80% das receitas orçamentais, com 45% do PIB, e com 90% das receitas em exportações.» (Neil Partrick, 2018, p. 47)

Em setembro de 2015 o mundo assistiu a uma queda vertiginosa do preço do barril de petróleo (Brent) passando de 75,5 euros por barril em 2014 a 42,1 euros por barril em 2015, representado uma queda de 44,2% no preço, como podemos ver no gráfico representado pela Figura 21.

Foi neste período que se assistiu a uma mudança na política petrolífera da Arábia Saudita, esperava-se que com a queda vertiginosa do preço do Brent a Arábia Saudita diminuísse ou abrandasse o ritmo de produção para o preço não cair a pique, mas não foi isto que aconteceu. O ministro do petróleo saudita fez saber que só aceitaria um corte na produção se os outros membros da OPEP fizessem o mesmo, e assinalou a sua intenção de deixar que o preço caísse:

«Alguns analistas interpretam esta posição como um sinal de que a Arábia Saudita já não está disposta a desempenhar o papel de produtor principal enquanto outros sugerem que o país perdeu o controlo dos mercados petrolíferos.» (Neil Partrick, 2018, p. 35)

A posição saudita justifica-se por vários fatores, é uma resposta à predominância do petróleo de xisto nos EUA, é uma afirmação da sua determinação de manter o seu lugar no mercado projetando-se a longo prazo para o mercado asiático, e é um sinal da incapacidade do processo de decisão que não apresenta uma política petrolífera coerente. No entanto:

«Enquanto a Arábia Saudita afirma que a sua produção pode atingir 12,5 milhões de barris por dia, tanto atores políticos como analistas dos EUA e da Europa argumentam que isto nunca foi demonstrado.» (Neil Partrick, 2018, p. 36)

Há um grande secretismo em relação à indústria petrolífera saudita, tanto quanto ao tamanho e capacidade real das suas reservas, como à sua capacidade de realmente produzir a um ritmo de 12,5 milhões de barris por dia.

Embora o mercado dos EUA permaneça relevante para a ARAMCO, o seu principal cliente é o mercado asiático. A grande maioria do volume de exportações

petrolíferas saudita virou-se para a Ásia. Esta tendência deverá manter-se na medida em que as projeções mostram que a procura de petróleo da China e da Índia continuará a crescer pelo menos até 2040 (Neil Partrick, 2018) e será a Arábia Saudita quem melhor poderá responder a essa necessidade.

«A relação da Arábia Saudita com a China e outros parceiros asiáticos vai obviamente continuar a crescer. Esta relação energética começou a ligar os interesses económicos a longo-prazo da Arábia Saudita e dos seus vizinhos do Golfo ao bem-estar económico da Ásia.[...]O crude do Golfo, dominado pela Arábia Saudita, irá satisfazer o crescimento asiático.» (Neil Partrick, 2018, p. 40)

Assim que o preço do barril de petróleo baixa, isto traduz-se diretamente na diminuição das receitas do Estado Saudita, que entrou em défice orçamental em 2015.

«A economia política do Reino caracteriza-se pelo papel ultra-dominante do Estado. Os lucros da venda de petróleo são apropriados pelo governo. A redistribuição de rendas é o motor essencial do crescimento do país. Esta dominação do Estado redistribuidor arrasta consigo a marginalização da produção privada e da formação e a autonomização de uma sociedade civil.» (Dazi-Héni, 2017, p. 177)

À volta do Estado gravitam os diferentes grupos sociais e grupos de interesses, desde as elites urbanas às grandes famílias comerciantes, sendo que o aspeto mais importante trazido pelo papel predominante do Estado é a existência de um sistema clientelista onde mais de 70% da população ativa saudita trabalha na função pública e cujos salários representam em média 45% do orçamento do Estado (Dazi-Héni, 2017).

Se o papel dominante do Estado até aqui serviu o seu propósito, atualmente transformou-se numa das suas maiores fraquezas. Como não há atividade económica autónoma do Estado, este vê-se numa situação de perda financeira considerável desde 2015. Foi este contexto económico que terá levado o governo saudita, na pessoa de MBS, a querer transformar o panorama económico-financeiro saudita através da reestruturação da economia assente no “Plano de Transformação Nacional” emanado do Plano “*Vision 2030*”.

«Apesar de necessário, este objetivo é politicamente arriscado para um Estado cuja lógica clientelista está ligada ao emprego público. Poderão haver resistências se não forem ofertadas compensações, como já se fazem sentir no setor privado por causa da política de quotas imposta pela “saudização” dos empregos.» (Dazi-Héni, 2017, p. 178)

O ano de 2016 fica marcado como o ano em que o governo começou a tentar reverter a situação da fiscalidade. Ao ser apresentado o orçamento de estado para esse ano, foi anunciado o fim da subvenção estatal às tarifas da eletricidade, água e combustível (benefícios concedidos à população durante os anos 60/70 do século XX,

conhecidos como “os anos da abundância”) no quadro das novas medidas de austeridade. O preço dos combustíveis subiu 50%, sendo que até aí era praticamente gratuito

O Plano “*Vision 2030*” assenta em três eixos principais. Primeiro, aumentar e consolidar o *soft power* da Arábia Saudita em termos de guardião das cidades santas, e do berço do mundo islâmico. Segundo, a diversificação económica através da melhor exploração dos recursos humanos, industriais e mineiros do país, assim como a promoção de novos nichos económicos (economia digital, serviços, lazer, desporto, turismo cultural e religioso) que tenham em consideração e correspondam às necessidades dos jovens. Em terceiro lugar, e decorrendo dos eixos anteriores, a construção e a consolidação de uma nação “ambiciosa”.

«Vision 2030 vem romper tanto com a filosofia como com o espírito do desenvolvimento clássico do Reino – que respondia a uma planificação baseada em plano quinquenais decalcada do modelo de desenvolvimento dos Emirados Árabes Unidos – há a ambição de um projeto de sociedade liberal e capitalista em várias fases.» (Dazi-Héni, 2017, p. 195)

Além da utilização de recursos alternativos ao petróleo, a Arábia Saudita precisa de reduzir o seu consumo energético interno:

«Entre 2000 e 2010 o consumo energético interno aumentou 30% e, desde 2013, um quarto da produção petrolífera saudita é para consumo interno.» (Dazi-Héni, 2017, p. 206)

O consumo de eletricidade e de água na Arábia Saudita era um dos mais elevados do mundo até à redução das subvenções em 2016.

«Enquanto muitos argumentam que o papel da Arábia Saudita enquanto produtor principal está a chegar ao fim, as suas hipóteses de se manter nessa posição, pelo menos a médio prazo, são boas. O grande desafio para a Arábia Saudita não é a mudança do mercado energético, é conseguir corresponder à procura doméstica.» (Neil Partrick, 2018, p. 30)

A diversificação energética é vista como um dos processos mais urgentes a operacionalizar. No entanto, o método escolhido, que consiste em confiar a estratégia de diversificação para sair da dependência do petróleo ao ministro que acumula as pastas do Petróleo e da Indústria, é paradoxal.

Em relação ao Plano “*Vision 2030*”, provavelmente será difícil aplicar os modelos de gestão *McKinsey*, desenhados para as cidades-estado do Dubai e Abu Dhabi, a um país tão grande, complexo e populoso como a Arábia Saudita. Desde o primeiro *boom* petrolífero que o Estado Providência é a pedra angular da legitimidade do regime saudita pois permite-lhe uma generosa redistribuição dos lucros da venda de petróleo. Desde 2015

que os *rentier states*, incluindo a Arábia Saudita, conhecem dificuldades económicas. A Arábia Saudita, no entanto, possui fortes reservas de hidrocarbonetos que lhe permitirão ter mais algum tempo para proceder às reformas económicas e sociais de que necessita. O fim do modelo do *rentier state* saudita implica uma crise do pacto social que sustenta o seu regime. O facto da Arábia Saudita ter sabido capitalizar o recurso de que dispunha – o petróleo - permitiu que o Estado conseguisse obter enormes recursos financeiros, acelerar o desenvolvimento interno do país, enraizar e perpetuar as suas estruturas governativas. Este recurso legitimou um contrato social no qual o Estado providencia tudo à sua população em troca da aquiescência da sua autoridade. Podemos concluir que o petróleo, além de ser quase a única fonte dos orçamentos de estado sauditas, é também a maior fonte de estabilidade do regime Al-Saud.

O maior inconveniente para a economia da Arábia Saudita acaba por ser a sua incapacidade de gerir o aumento do consumo interno de petróleo, a sua capacidade para desempenhar o papel de produtor principal de petróleo pode ver-se comprometida por uma procura interna sem precedentes. As amplas transformações que estão preconizadas no Plano “*Vision 2030*” embatem com a questão dos recursos humanos e materiais muito limitados para levar a cabo essas mesmas transformações de carácter revolucionário para a Arábia Saudita, e trazem consigo o risco do fim do pacto social sobre o qual assentaram o Estado e a sociedade durante mais de meio século. O príncipe-herdeiro sabe que a Arábia Saudita luta contra o tempo. É urgente que a Arábia Saudita responda ao desafio do aumento exponencial da procura interna de petróleo o mais rápido possível, para conseguir assegurar o acesso a longo-prazo ao mercado asiático. Esse lugar será disputado por novos produtores que irão competir entre si e a Arábia Saudita não pode perder a oportunidade de ser o produtor e exportador de referência para a Ásia.

No âmbito da questão a que nos propomos tentar responder ao início do ponto 3.2 deste capítulo diremos:

A Arábia Saudita, apesar das dúvidas quanto à sua real capacidade de produção, quer manter-se um peso pesado da energia tanto para responder à sua crescente e preocupante procura interna, como regionalmente e mundialmente continuar a dominar como principal produtor e exportador, hoje virado para o mercado asiático. O Plano «*Vision 2030*» pretende projetar a nação saudita para a sua “nova era do pós-petróleo”. Não obstante, há dúvidas sobre a real capacidade de aplicação do Plano à realidade saudita

e é, ainda, uma incógnita se o contrato social que sustenta a sociedade desde há mais de meio-século conseguirá resistir e adaptar-se a tantas mudanças substanciais.

O decisor saudita está perante uma multiplicidade de desafios, mas o maior será fazer escolhas económicas racionais ao mesmo tempo que tenta manter a estabilidade do seu regime, que, afinal de contas, ainda anda a par com a estabilidade do preço do petróleo.

3.3 A dimensão histórico-simbólica

3.3.1 Identidade(s) e Identidade nacional

O Estado saudita impôs-se eficazmente como a entidade central dominante do território, no entanto, as suas relações com a sociedade e com a sua história sempre foram complexas e sinuosas. Só depois de conseguir controlar o território, os seus recursos, e ter reenquadrado as lealdades e relações tribais é que foi possível o Estado estabelecer-se. A estratégia de unificação do território à volta da família Al-Saud refletiu uma política imperial endógena de conquista dos Al-Saud às outras tribos, sob a alçada doutrinária do *wahabismo*.

«A sorte ligada à indústria petrolífera permitiu uma acelerada modernização económica do país e encorajou a criação de um discurso nacional à medida para legitimar o papel histórico que desempenhou a família real. Esta estratégia articula-se, deste modo, à volta dos Al-Saud.» (Dazi-Héni, 2017, p. 117)

Estando os Al-Saud como que investidos de uma “missão divina” de unificar o território, as regiões que foram conquistadas militarmente não são apresentadas na historiografia nacional como entidades com História e Identidade próprias, mas como territórios que saíram da anarquia e do caos a que estariam condenados. Os Al-Saud são retratados como as peças-chave de um Estado que se terá construído de forma endógena (o que não é verdade, como já vimos), e rejeitando inequivocamente as identidades tribais, mesmo se estas são a base da identidade dos habitantes da Península Arábica. Os laços de sangue que sustentavam as relações tribais foram substituídos pela lealdade religiosa ao sunismo *wahabita*, a doutrina do Estado.

O Estado Saudita, extremamente centralizado, produz um sistema que deixa as províncias altamente dependentes do Estado central para dificultar a sua autonomia e melhor controlar o território e a população. Num território assim tão fragmentado a vários níveis, poder-se-á falar de uma identidade nacional ou de um sentimento de pertença nacional?

«Os sentimentos de pertença a um mesmo território e os sentimentos de cidadania medem-se mais em função das vantagens materiais distribuídas pelo Estado do que em função da partilha de valores e de uma história comum, vantagens essas que são impostas de cima para baixo a populações com práticas religiosas e culturais diversas.» (Dazi-Héni, 2017, p. 112)

O tribalismo ainda tem uma grande influência na sociedade saudita atual. O tribalismo criou uma clivagem da qual ainda resultam discriminações.

«A questão da posse ou da não-posse de ascendência tribal permanece um critério identitário determinante na organização da sociedade saudita contemporânea.» (Dazi-Héni, 2017, p. 114)

Como se pode, então, definir ou caracterizar o sentimento nacional saudita? Será que este sentimento nacional poderá estar na origem de uma identidade nacional saudita?

Após a consolidação da uniformização islâmica *wahabita* do território, os Al-Saud tentaram reverter esta retórica, optando por um discurso centrado no sentimento de pertença ao mesmo território e na necessidade de o defender.

Com os atentados terroristas do 11 de setembro de 2001, e com a queda de Saddam Hussein em 2003, o decisor compreendeu que era o momento de criar um discurso unitário nacional baseado em valores patrióticos que ultrapassem os valores religiosos.

Mais tarde, Barack Obama decide, em 2009, a retirada gradual das tropas americanas do Médio Oriente ao mesmo tempo que estende a mão ao Irão, que ganha mais espaço de influência regional. Com isto, o decisor saudita, inquieto e assustado, produz um discurso alternativo que promove o Irão como a maior ameaça regional e internacional que a Arábia Saudita jamais enfrentou, incitando a população a unir-se patrioticamente perante tal ameaça.

«Ao estigmatizar o Irão como o grande inimigo da nação saudita, da Península Arábica, e, de forma mais abrangente, do mundo árabe-sunita, a família real inaugura uma diplomacia intervencionista agressiva que visa conter a influência iraniana no Iémen e na Síria. Trata-se de exacerbar o nacionalismo saudita em uníssono, à exceção da comunidade xiita. (Dazi-Héni, 2017, p. 121)

De facto, as conquistas territoriais do Rei fundador à data da criação do Estado saudita não obedeciam propriamente a uma lógica independentista ou nacionalista. O território era (e ainda é) marcado pela diversidade, havendo vários registos identitários que assentam numa pluralidade de grupos sociais. Sendo assim, pensamos que falar de uma “identidade nacional saudita” seja falacioso e ilusório. Tendo como modelo político ideal o do seu avô, fundador da Arábia Saudita moderna, mas usando a abordagem do seu pai, mais autocrática e autoritária, MBS pretende concretizar a sua visão da Arábia

Saudita e pretende, acima de tudo, refundar a nação saudita. MBS nunca mostrou oposição ao clero *wahabita* nem à religião no plano estritamente identitário. No entanto, pretende retirar o monopólio do controlo da sociedade aos líderes religiosos sunitas, e refundar a nação como uma nação jovem, que compartilha da mesma visão de futuro (promovida pelo Plano *Vision 2030*) e que, unida, irá construir uma sociedade vibrante, patriótica, próspera, e orgulhosa de si-mesma. A estratégia usada será a de tentar desenvolver uma “identidade cultural geracional” nas camadas mais jovens da população, apostando na figura jovem de MBS.

«Através da consolidação deste poder de inspiração neosultânica, isto é, que gira em volta da lealdade à sua pessoa e ao projeto de transformação do Reino, MBS aspira a fazer sonhar a juventude, e a fazer com que adira ao seu projeto de construção de um Estado-nação. (Dazi-Héni, 2017, p. 125)

A vontade política de promover uma sociedade de consumo, de lazer, de turismo, e de lançar as bases de uma vida cultural demonstram que MBS deseja que a Arábia Saudita comece, mesmo que de forma lenta, a libertar-se do pacto político-religioso a que está sujeita para que uma nova nação saudita se lhe substitua. Perante o poder pessoal inédito que MBS vem acumulando, apoiado pelo monarca, também o espaço de manobra do clero e do *establishment* religioso vem diminuindo.

«As manifestações públicas, a promoção de um novo discurso nacional a favor do património pré-islâmico e de uma cultura do divertimento arrastam consigo mudanças profundas que embatem com uma forte resistência devido à marginalização do clero no espaço público. Esta mudança é uma peça-chave do poder, que o delfim quer controlar totalmente.» (Dazi-Héni, 2017, p. 134)

Em 2015 a retórica anti-xiita foi levada ao extremo. A retórica anti-xiita acaba por se virar contra o próprio poder central que se preocupa em manter a unidade do Reino, revelando mais uma vez as contradições do regime Al-Saud que por vezes parece ir contra os seus próprios interesses.

O cenário do fim do pacto social sobre o qual assenta a sociedade saudita, as medidas de austeridade impostas, as desigualdades sociais e económicas entre sunitas e xiitas, e a perda generalizada de poder de compra da população prejudicam gravemente a coesão do Reino e a estabilidade do regime, e poderiam dar origem a movimentos separatistas, não obstante:

«Desde os anos 60 que é regularmente previsto o cenário do desabamento da família real e da desintegração do reino. Mas os Al-Saud mostram uma importante capacidade de adaptação.» (Dazi-Héni, 2017, p. 127)

O “sentimento nacional saudita”, que poderia estar na origem de uma identidade nacional, é uma artificialidade criada pela família real para melhor responder às dificuldades e desafios que se vão apresentando ao longo do tempo. Foi preciso forjá-lo, pois o território da Arábia Saudita enforma múltiplas identidades, práticas culturais e até religiosas para que se possa falar de um sentimento de pertença à mesma nação. O Estado-nação que MBS pretende construir já não se enquadra na segmentação tradicional e patriarcal em volta da instituição dinástica, da tradição tribal, da doutrina *wahabita*. O príncipe quer promover um sentimento de pertença nacional que una os sauditas em torno da refundação económica do país na era do pós-petróleo, e em torno de si-próprio como o único governante com capacidade e legitimidade para tal empreendimento. Usando um discurso identitário adaptado às circunstâncias e ao momento atual, como foi sempre apanágio dos Al-Saud, MBS quer criar uma identidade nacional saudita nova que sirva o seu propósito e que mantenha a coesão do Reino.

3.3.2 O “novo futuro” saudita

«Com uma lua artificial e táxis voadores, a NEOM foi descrita como o próximo capítulo da Humanidade, mas por baixo esconde-se uma história de ameaças, evicção forçada e derramamento de sangue.» (Michaelson, Maio 2021)

Em 2017 foi publicamente apresentado na Arábia Saudita o projeto de construção da cidade futurista a que se chamou “NEOM” (uma combinação do termo “novo” em grego com a palavra “futuro” em árabe). Esta *megacity* será construída de raiz e localizada no deserto a noroeste do território. Este é o projeto de assinatura de MBS para diversificar a economia, projetar o poder saudita além-fronteiras e terá um custo de aproximadamente 500 biliões de dólares. A construção em larga-escala da cidade do futuro, no entanto, ainda está longe de ter começado.

«A História sugere, no entanto, que as dezenas de milhares de trabalhadores migrantes que construirão a NEOM não irão experienciar as vantagens da prometida cidade do futuro e não irão escapar à exploração sentida por milhões de outros trabalhadores migrantes que labutam na Arábia Saudita.» (Eisner, Julho 2021)

Os trabalhadores que irão erigir a nova cidade poderão estar ainda mais vulneráveis do que os do restante território saudita, por duas razões. A primeira é que, apesar da construção ter começado em janeiro de 2019, os atrasos são já muito significativos e foram anunciadas as datas de 2025 e de 2030 como as datas do final da construção da cidade, o que não parece um objetivo muito realista e poderá aumentar ainda mais a precariedade e falta de condições dos trabalhadores. A segunda razão é que a cidade do futuro é a obra-prima, é “a menina dos olhos” do príncipe-herdeiro. MBS terá

mesmo feito referência à NEOM, segundo o *Wall Street Journal*, como “as suas pirâmides” (Eisner , Julho 2021). Esta frase de MBS, a ser verdadeira, demonstra como o príncipe, megalómano, se vê a ele-mesmo e ao poder discricionário que possui. A sua vontade de projetar a Arábia Saudita como uma nação próspera, moderna, e até mesmo uma nação “do futuro”, materializa-se claramente no projeto pessoal do príncipe, a cidade do futuro NEOM.

«O governo do príncipe-herdeiro já demonstrou a sua abordagem violenta para eliminar qualquer obstáculo ao desenvolvimento da NEOM, conduzindo uma campanha mortífera de deslocamento forçado da tribo nativa dos Huwaitat das suas terras ancestrais localizadas numa faixa do deserto porque estão na área designada para a cidade modelo.» (Eisner , Julho 2021).

No *site* oficial da NEOM, há matérias publicitárias que afirmam que a cidade será construída em “terra virgem pronta para ser conquistada através de tecnologia futurista” (NEOM official website , 2021), o que já sabemos não ser verdade. Há aproximadamente 20 mil pessoas da tribo *Huwaitat* que foram deslocadas e despejadas das suas casas.

Há várias décadas que se pode sentir a tensão entre os Al-Saud e as tribos sobre as quais governam desde 1932. O governo saudita acaba por exercer o controlo sobre o território através da destruição de locais tribais emblemáticos e da implantação de projetos de construção que usa como justificação para causar deslocamentos forçados. Em 2017 o Estado Saudita fez um cerco de aproximadamente 3 meses à cidade de *Al-Awamiyah* (Figura 22), perto de *Qatif*. A cidade com mais de 400 anos e com 30 mil habitantes acabou arrasada pelas forças de segurança depois de várias tentativas de despejo forçado terem escalado de forma violenta (Figura 23).

Os *handouts* distribuídos à população, assim como as subvenções de que beneficiavam, e a repressão das dissidências foram as estratégias que melhor serviram para manter a coesão do país, e a legitimidade governativa da família real. Ora, em 2015, o cenário económico e político saudita alterou-se e, MBS, quem de facto governa a Arábia Saudita, afastou-se da segmentação tradicional em volta da instituição dinástica, do tribalismo, e da doutrina *wahabita* para promover um sentimento de pertença nacional que una os sauditas em volta da refundação económica do país, e da sua pessoa como a única com legitimidade para liderar esse processo. O discurso identitário saudita sempre foi bastante volátil e se adaptou às circunstâncias do momento, para melhor servir os interesses do Estado. MBS quer projetar a ideia de uma Arábia Saudita próspera, desenvolvida, moderna, mais aberta e liberal, preparada para o futuro, e já não tão

condicionada pelo pacto político-religioso que originou o contrato social que manteve a sua família tanto tempo no poder. Os Al-Saud, pelo menos até à atualidade, sempre souberam adaptar-se às circunstâncias e manter a coesão do Reino, apesar das suas múltiplas contradições.

Assim, chegamos ao final do capítulo 3 da nossa dissertação, depois de feita a nossa análise das dimensões política, económico-social e histórico-simbólica do nível de análise interno. Desta forma, compreendemos como o ano de 2015 veio romper com o passado a vários níveis e foi um ano absolutamente transformador para a Arábia Saudita. Envoltos num mar de contradições, a Arábia Saudita, governada por MBS, vive numa tentativa constante de equilíbrio entre as forças da tradição conservadora e as da mudança reformista.

IV. O NÍVEL DE ANÁLISE REGIONAL

Passemos à análise da dimensão regional. A Arábia Saudita é uma monarquia árabe sunita que está inserida no seu contexto regional, o do Médio Oriente e o do Golfo Pérsico, e a sua Política Externa não pode obviamente estar desligada deste contexto. Ao olharmos para o nível de análise regional, veremos como as condicionantes regionais afetam a Arábia Saudita, e como a Arábia Saudita quer afetar a própria região onde está inserida. Perguntamos que acontecimentos, condicionantes, ou características regionais justificam o caminho que a Arábia Saudita está a seguir? Que efeitos quer a Arábia Saudita provocar no seu contexto regional? Como é que o contexto regional está a afetar a própria Arábia Saudita e os seus objetivos?

4.1 A dimensão política e geoestratégica

Para a nossa análise da dimensão política e geoestratégica do nível de análise regional, queremos saber quais serão os próximos grandes desafios geopolíticos e geoestratégicos que a Arábia Saudita terá de enfrentar a nível regional para manter o seu *status quo* de potência regional no Médio Oriente, a par com o conflito regional com o Irão que decorre nos palcos do Iémen, da Síria e do Iraque. Pretendemos saber se a Arábia Saudita, em 2015, alterou a linha de PE regional até aí seguida por si ou se esta se manteve. Iremos, também, abordar a questão da nova pareceria estratégica Riade-Abu Dhabi, cujos príncipes parecem partilhar da mesma visão regional, assim como da aliança circunstancial com Israel. Queremos igualmente saber qual será o papel do Red Sea Council e do CCG na prossecução dos objetivos regionais sauditas, e o que se pode perspetivar em termos da Guerra-Fria que enforma o antagonismo Irão-Arábia Saudita no Médio Oriente? Em suma, perguntamos, regionalmente, qual é o papel que a Arábia Saudita quer ter, a partir de 2015, e porquê? E quais são as dificuldades que encontra?

4.1.1 Um novo Rei, uma nova Política Externa

Em que assentava a Política Externa saudita no reinado anterior ao de Salman? Quais eram os principais objetivos de política externa do reinado de Abdullah? Segundo Ana Santos Pinto:

«Analisando a ação do regime saudita, em particular a partir da segunda metade do século XX, é possível identificar três pilares fundamentais, com implicações na formulação da política externa: ser o guardião dos locais mais sagrados do Islão (Meca e Medina); deter uma das maiores reservas de petróleo do mundo; e contar com o apoio das sucessivas administrações americanas.» (Pinto, 2011)

A autora identifica estes três pilares fundamentais da política externa saudita em 2011. E prossegue:

«A relação de proximidade entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos da América constitui um pilar fundamental do regime e da política externa saudita.» (Pinto, 2011)

A autora faz ainda uma identificação dos principais desafios à política externa do regime saudita, segundo as linhas definidas nas décadas anteriores:

«[...] a manutenção de uma aliança privilegiada com os Estados Unidos; a promoção do processo de paz israelo-palestiniano; a estabilização do Iraque e a contenção do Irão.» (Pinto, 2011)

Em relação aos três pilares fundamentais da política externa saudita do reinado anterior, acima elencados, observamos como, com a transição para o reinado de Salman em 2015, o primeiro pilar se manteve, o segundo pilar está em risco, apesar de se manter atualmente, e o terceiro pilar já não se verifica, pois a Arábia Saudita já não conta com o apoio incondicional da administração americana pois esta demitiu-se do seu papel no Médio Oriente e virou-se para a Ásia. A Política Externa Saudita perdeu um dos seus pilares. Verificamos atualmente que a relação de proximidade entre a Arábia Saudita e os Estados Unidos já não constitui um pilar fundamental do regime de MBS nem da sua política externa. Sabemos que a questão palestina e o conflito entre Israel e a Palestina foram determinantes para a definição das relações internacionais sauditas, mas atualmente (e como veremos mais à frente) os principais desafios regionais da Arábia Saudita já não passam pela promoção do processo de paz israelo-palestiniano, estando Israel cada vez mais próximo da Arábia Saudita, apesar da estabilização do Iraque e a contenção do Irão se manterem como desafios atuais.

Possuindo o estatuto de maior economia árabe do Médio Oriente, o peso regional da Arábia Saudita é indiscutível. Em 2015, com a chegada do novo monarca ao poder, a Arábia Saudita inaugurou a sua nova doutrina de PE, a “doutrina Salman” criada por oposição à “doutrina Obama”, que defendia a viragem americana para o *pivot* asiático, menos engajamento militar, ações à distância (guerra cirúrgica, utilização de *drones* e de serviços de informação) assim como o diálogo com o Irão.

«O sentimento de abandono de Riade pelo seu aliado estratégico americano destabiliza a liderança saudita. A Administração Obama mostrou-se reticente a apoiar a antiga ordem regional árabe dominada pela Arábia Saudita e pelo regime egípcio de Mubarak. (Dazi-Héni, 2017, p. 258)

A administração Obama viu nas Primaveras Árabes (2011) uma boa oportunidade para virar a página da antiga ordem regional árabe e virar a página do isolamento regional

e internacional do Irão. Esta inflexão da política americana no Médio Oriente, que os presidentes seguintes Trump e Biden também continuarão, fez crescer o sentimento de insegurança saudita e a necessidade de procurar novas parcerias e novos aliados regionais e internacionais. De facto, a Arábia Saudita foi posta perante diferentes desafios regionais: o ressurgimento do Irão enquanto *player* regional, a inflexão da aliança com o aliado americano, os conflitos regionais, os desafios que encontra a doutrina *wahabita* face ao *jihadismo*, e a queda abrupta do preço do petróleo. A Arábia Saudita viu-se assim confrontada com a urgente necessidade de encontrar um novo sistema de alianças regionais, que responda aos desafios que terá de enfrentar na nova ordem regional.

«Ao apoiar-se em aliados locais fracos na Síria, no Iémen, no Iraque e no Líbano [...], a diplomacia intervencionista do Reino não convence. Ao contrário, o Irão, consistente na sua estratégia de influência e de defesa dos seus interesses regionais pode contar com parcerias fiáveis e eficazes no Iraque, na Síria e no Líbano.»

Ora, isto pode explicar a necessidade que a Arábia Saudita teve de fazer uma demonstração de força e de poder, de demonstrar ao Irão que não poderia sair vitorioso em todas as frentes, e decidiu por em marcha uma panóplia de alianças tático-militares, e assim, em março de 2015, nascia a coligação árabe-sunita (que começou com apenas 9 Estados árabes e hoje conta com 41 nações) para lutar contra os *houthis* no Iémen e combater o terrorismo. Para MBS, o decisor unilateral da intervenção saudita no Iémen, o objetivo era impor a Arábia Saudita como o centro da identidade árabe e sunita na região, através do estabelecimento de alianças híbridas sem nenhum fim político coerente, bastava que houvesse o denominador comum da vontade de conter o Irão. Aqui vemos como o pragmatismo realista, agressivo e circunstancial, incoerente se for necessário, é a nova marca da diplomacia regional saudita de MBS.

A “doutrina Salman” vem inaugurar a nova diplomacia regional saudita, finalmente emancipada do seu “tutor” americano. Há dois principais objetivos que a “doutrina Salman” pretende atingir. O primeiro é a Arábia Saudita impor-se como a principal referência no Médio Oriente através da utilização dos mecanismos do CCG, e através de alianças bilaterais híbridas com países como o Egipto, a Jordânia ou até mesmo Israel, bastando que o único denominador comum seja a vontade de conter regionalmente o Irão. O segundo objetivo perseguido pela “doutrina Salman” é que a Arábia Saudita cumpra o seu papel de defensora dos interesses da comunidade árabe-muçulmana na região, um papel “natural” devido ao facto de, no seu território, se encontrarem as duas cidades santas do Islão. Seria impensável que a Arábia Saudita fizesse qualquer tipo de

pacto ou de acordo, ou chegasse a qualquer tipo de entendimento com Israel, principalmente depois de todo o financiamento que já gastou com a causa palestina. Todavia, o discurso do “papel de defensora dos interesses da comunidade árabe-muçulmana na região” é um ato discursivo mais feito para dentro do que para fora. É um ato discursivo que pretende unir os sauditas em volta deste seu “papel”, e projetar o Estado saudita como um Estado grandioso, um Estado que é “pessoa de bem” pois defende os interesses de toda a comunidade muçulmana, a *Umma*. A PE saudita, atualmente, é realista e pragmática, e fará as alianças e acordos *ad hoc* que forem necessários à sua sobrevivência, sem olhar a ideologias. A “doutrina Salman” pretende que sejam desenvolvidos os meios necessários para isolar o Irão e os seus aliados, restabelecendo assim algum equilíbrio regional. Um dos instrumentos-chave da nova diplomacia saudita será o CCG. Será através dos seus mecanismos que a Arábia Saudita irá fazer tudo para proteger os interesses árabe-sunitas na região, face à possibilidade da formação de um “arco xiita”, tentando contrabalançar com um “arco sunita” liderado por si-própria. E é por isso é que o Iémen, mas também a Síria e o Iraque são tão importantes para a segurança regional da Arábia Saudita.

O reino sunita entrou numa “nova era” da sua Política Externa, através da “doutrina Salman” e da sua nova abordagem, mais pragmática do que nunca, concentrada em objetivos concretos e de curto-médio prazo, cujo principal objetivo é a sobrevivência do Estado, que está cada vez mais “cercado” pelos seus inimigos regionais.

4.1.2 Novas parcerias, alianças circunstanciais e a reformulação das prioridades

Foi no dia 5 de dezembro de 2017 que foi anunciada a parceria estratégica bilateral entre a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos e, em *Jeddah*, no dia 6 de junho de 2018 teve lugar o seu primeiro conselho de cooperação. Nesta reunião foi formalmente apresentada a estratégia do eixo Riade-Abu-Dhabi, que passa pela elaboração de uma abordagem comum e complementar dos dois Estados nos domínios político, económico e securitário, que inclui 44 projetos em várias áreas estratégicas a serem lançados num período de 5 anos.

«Animados pela mesma vontade de pousar os fundamentos da sua nova abordagem diplomática intervencionista na região, MBS e MBZ apresentam objetivos complementares. O principal ponto forte do eixo Riade-Abu-Dhabi reside no facto de cada um saber o que precisa do outro para projetar o seu poder. Por agora, MBZ é o artesão e o líder da estratégia de projeção de poder do duopólio» (Dazi-Héni, 2017, p. 234).

Mohammad Bin Zayed (Figura 24) possui os conhecimentos necessários e o *savoir-faire* para movimentar as redes de influência das potências estrangeiras como os Estados Unidos e a França, mas também como os países da Ásia e de África, o que acaba por lhe conferir alguma legitimidade para estar à frente e conduzir a nova diplomacia emirato-saudita na região do Golfo. MBZ lidera a luta contra a influência da Irmandade Muçulmana tanto à escala regional como internacional, enquanto MBS encabeça a luta do enfraquecimento do Irão, através da sua política hostil ao Irão que o elevou à posição de maior ameaça do Médio Oriente.

No entanto, apesar das ambições dos dois príncipes-herdeiros serem complementares a vários níveis e convergirem na perfeição para a condução de uma política firme e intransigente do Islão político contra o Irão, é preciso notar que os dois príncipes não discutem nenhum assunto que possa por em causa o seu entendimento a longo-prazo e por fim a este entendimento “perfeito”. Os dois príncipes, ambiciosos e obstinados, poderão muito bem ver o seu entendimento chegar ao fim quando as bases que o motivaram já não estiverem presentes, ou se as ambições regionais de um afrontarem as do outro. O eixo Riade-Abu-Dhabi é por isso um entendimento circunstancial, com um objetivo concreto, baseado no projeto de transformação da região do Golfo, e nas preocupações securitárias dos dois intervenientes. Enquanto as duas partes permanecerem interessadas nos objetivos comuns a sua aliança bilateral terá hipóteses de dar frutos, pelo menos a curto-médio prazo. O eixo Riade-Abu-Dhabi quer praticar a sua diplomacia intervencionista e agressiva na região do Golfo Pérsico, do Médio Oriente e do Corno de África.

«Com as Primaveras Árabes que fizeram do Islão político um ator incontornável, nomeadamente no Egipto, e a ascensão ao poder de Mohammad Bin Salman, e a sua estreita relação com Mohammad Bin Zayed, que consideram a Irmandade Muçulmana como a pior das ameaças, o continente africano, em particular o Corno de África, tornou-se um local estratégico fundamental» (Dazi-Héni, 2017, p. 269)

Ilustrativa da nova importância geopolítica e geoestratégica da região africana para a Arábia Saudita, foi a nomeação, em 2018, de um Ministro dos Assuntos Africanos (Ahmad Abd al Aziz Qattan, antigo embaixador no Egipto).

«[os países do Corno de África] desempenham um papel considerável na Política Externa saudita: por um lado, os países africanos são vistos como oportunidades, sendo os alvos de investimentos de larga-escala, particularmente na agricultura, e pela exportação da ideologia puritana sunita. Por outro lado, a Arábia Saudita preocupa-se com a capacidade dos seus rivais regionais firmarem alianças com países do Mar Vermelho, e assim inverterem a balança do poder e ameaçarem o interesse nacional saudita. (Neil Partrick, 2018, p. 92)

O eixo Riade-Abu-Dhabi está a concentrar esforços e a reforçar as suas posições nos portos do Mar Vermelho (Figura 25) (por onde passam diariamente à volta de 3 milhões de barris de petróleo) e nos países do Corno de África, indo além da tradicional presença saudita que usava o seu *soft power* através da cooperação com atores locais a troco de dinheiro. Atualmente os objetivos da interação da Arábia Saudita com os países do Corno de África passam por:

«[...] prevenir algum tipo de desafio à dinastia Al-Saud, garantir a segurança do Mar Vermelho, negar parcerias estratégicas ao Irão, limitar a influência do Qatar na região e investir em mecanismos que garantam segurança alimentar e hídrica à Península Arábica.» (Neil Partrick, 2018, p. 101)

A coordenação entre MBS e MBZ está obviamente e intrinsecamente ligada à sua implicação conjunta no conflito do Iémen, mas também é motivada pela estratégia conjunta do Qatar com a Turquia (países que apoiam a Irmandade Muçulmana e que são inimigos dos EAU). De facto, a presença de Ancara e de Doha na região do Corno de África manifesta-se através de investimentos e do estabelecimento de contratos comerciais, mas também através de ajuda humanitária na forma de ONG's islâmicas. Há, mesmo de que de forma pouco explícita, uma rivalidade e uma competição estratégica e geopolítica entre os eixos Riade-Abu-Dhabi e Ancara-Doha em relação à região do Corno de África. Além disso, a presença do eixo Riade-Abu-Dhabi no Corno de África é mais uma forma de evitar e de prevenir que o Irão ou os seus aliados ali se implantem. Podemos concluir que a região do Corno de África, nomeadamente os territórios do Djibouti, Eritreia, Somália, Sudão e Etiópia, tornaram-se participantes do ambiente geopolítico do Golfo Pérsico, e o ambiente securitário do Corno de África e do Golfo são atualmente mais interdependentes do que alguma vez foram.

A Arábia Saudita nunca teve oficialmente relações diplomáticas, políticas ou económicas com o Estado de Israel (Figura 26). A Arábia Saudita e Israel partilham várias preocupações de segurança e interesses estratégicos, e ambos consideram o Irão e o programa nuclear iraniano como uma grande ameaça e sabem que o Irão com capacidade nuclear seria absolutamente desastroso para os dois. A maior preocupação de Israel é a sua segurança física, enquanto a Arábia Saudita possui múltiplas preocupações relativamente à sua segurança externa e à sua estabilidade interna.

«No entanto, esta congruência continuada e crescente nos interesses e nas perceções das ameaças não faz da Arábia Saudita e de Israel parceiros.» (Neil Partrick, 2018, p. 158)

Tanto Israel como a Arábia Saudita desejam conter a influência regional do Irão e dos seus aliados, mas uma cooperação direta entre os dois Estados nesta matéria

permanece pouco provável. Os dois Estados percebem o *Hamas*, a Irmandade Muçulmana, o Estado Islâmico, o *Hezbollah* e a *Al-Qaeda* como ameaças aos seus interesses e à sua segurança e, para a Arábia Saudita, estas organizações, e nomeadamente a facção egípcia da Irmandade Muçulmana, constituem ameaças diretas à ordem política e ao sistema monárquico saudita. A Arábia Saudita sempre aceitou tacitamente as ações militares israelitas contra o *Hezbollah* na Síria, por exemplo.

Visto que a Arábia Saudita foi o país que mais gastou a financiar a causa palestina desde sempre, perguntamos, no meio de tanto pragmatismo qual é o lugar da causa palestina na Política Externa saudita? Ficou esquecida? Ficou remetida para segundo plano? Vejamos.

As Primaveras Árabes (2011) fizeram que o mundo árabe se confrontasse com várias crises, e a questão palestina deixou de ser uma prioridade para vários Estados árabes, nomeadamente para a Arábia Saudita. Porém, seria falso considerar que a questão palestina foi mergulhada na sombra do esquecimento. O conflito israelo-palestino é o conflito mais antigo do Médio Oriente atual e do panorama internacional contemporâneo. Tradicionalmente, a Arábia Saudita nunca quis ter um papel ativo nas negociações de paz israelo-palestinas, relegando esse papel para o Egito e para a Jordânia, países que assinaram tratados de paz com o Estado judaico. Por estas razões é que, por mais que, atualmente, israelitas e sauditas não escondam os seus contactos, jamais a Arábia Saudita irá por em causa o seu apoio incondicional à Jerusalém árabe.

«A ascensão ao poder de MBS e a sua visão regional inspiram-se no seu mentor dos Emirados, MBZ, para quem os negócios, a eficácia e a força são Lei, e não há lugar para a emoção que poderia suscitar a questão palestina. Mas a Arábia Saudita não é Abu-Dhabi. A sua dimensão de guardião das cidades santas do Islão e a tradição saudita de financiamento da causa palestina não podem ser hipotecadas.» (Dazi-Héni, 2017, p. 239)

Em relação à causa palestina e à relação com Israel, podemos afirmar que há um “conflito geracional” ou pelo menos, uma divergência na escolha da abordagem que a Arábia Saudita atual deve ter com Israel. O Rei prefere uma abordagem mais ideológica, enquanto o príncipe uma abordagem mais pragmática. O Rei declarou o seu apoio incondicional aos palestinos e a Jerusalém-Este como capital da Palestina.

Já MBS e MBZ não escondem o seu distanciamento da causa palestina, indo de encontro à tendência geracional que a considera uma causa perdida, no entanto, era pouco provável que MBS agisse de forma a contrariar a posição do Rei.

4.1.3 O papel do CCG e do Red Sea Council na nova diplomacia saudita

O CCG constitui, para a Arábia Saudita, um dos instrumentos de influência através do qual a monarquia sunita pretende desenvolver a sua diplomacia regional, já que é ela que o preside.

«Anteriormente a Arábia Saudita havia já tentado uma “saudização” da Península Arábica. Hoje, continua na mesma via mas por outros meios. Ela exerce uma liderança através da sua preponderância económica e política.» (Raisi, 2018, p. 145)

As divergências entre os estados-membros do CCG existem, e não apenas de forma subtil.

O Qatar (Figura 27) é um Estado que se relaciona mal com os seus vizinhos, havendo contendas a nível territorial tanto com a Arábia Saudita, como com o Bahrein, como com os Emirados Árabes Unidos. O Qatar é, atualmente, um ator importante na geopolítica do Médio Oriente, que aposta forte no seu *soft power*. Além disso o Qatar faz questão de estar próximo das grandes potências internacionais, como a França, os EUA e Israel, porque sabe da necessidade de se “libertar” das tensões e rivalidades da geopolítica regional, a fim de conseguir desempenhar um papel preponderante no Médio Oriente e no Golfo.

«As suas ações e estratégias individualistas fazem do Qatar um fator de instabilidade na região. Além disso é o país do CCG que tem as melhores relações com o Irão, país com o qual partilha os campos de exploração de gás.» (Raisi, 2018, p. 151)

A Arábia Saudita sempre tentou gerir as divergências entre os membros do CCG dentro do âmbito do CCG, enquanto isso não beliscasse o seu estatuto nem o *staus-quo* das monarquias do Golfo. No entanto, em 2017, quando o Qatar decide aproximar-se da Irmandade Muçulmana a Arábia Saudita encetou o seu isolamento diplomático, e o CCG conheceu a pior crise desde a sua criação.

«[...]o futuro desta instituição multilateral parece, mais que nunca, ameaçado pela vontade dual de Riade e Abu-Dhabi de exercer uma liderança bilateral mais dura, em detrimento de um entendimento colegial que se tornou moribundo.» (Dazi-Héni, 2017, p. 224)

O sultanato de Omã (Figura 28) caracteriza-se por uma Política Externa bastante neutra, discreta, autónoma e multipolar. O sultanato de Omã tem uma certa tradição de neutralidade nas questões regionais. Essa neutralidade manifestou-se pela última vez quando Mascate decidiu não fazer parte da coligação militar árabe sob comando saudita para bombardear os *houthis* do Iémen.

«O sultanato apresenta uma diplomacia distinta que não está subordinada a nenhuma potência da região nem mesmo a nenhuma potência internacional. Neste sentido, depois da revolução islâmica iraniana o sultanato manteve relações cordiais com o Irão, o grande rival dos outros países do Golfo. A sua vontade de negociar com o Irão é provavelmente o que distingue Omã dos outros estados-membros do CCG.» (Raisi, 2018, p. 152)

Mantendo-se inteligentemente o mais longe possível da esfera de influência saudita, a prudência da diplomacia do sultanato de Omã em relação à Arábia Saudita destaca-se da dos outros Estados do Golfo.

Os seis estados-membros do CCG têm tentado ultrapassar as limitações da estrutura do CCG que lhes causam tantos entraves, seja convidando outros países a aderir à organização, seja reforçando os laços da organização com os EUA. Deste modo acabam a delegar a sua segurança a potências estrangeiras e exteriores à região, em vez de cooperarem com os outros parceiros regionais ou tentarem que as suas contendas sejam resolvidas dentro do seio da organização, que não tem demonstrado a sua eficácia.

O emirado do Bahrein (Figura 29) é o mais pequeno Estado do mundo árabe. A Arábia Saudita, consciente da importância geoestratégica do Bahrein, sempre manifestou o seu apoio a este Estado, atentando a qualquer tipo de tentativa de desestabilização do arquipélago. Localizado a meio caminho entre o estreito de Ormuz (Figura 30) e o *Shatt al-Arab* (“a Costa dos Árabes”) (Figura 31), o arquipélago do Bahrein ocupa uma posição estratégica no Golfo Pérsico.

Atualmente, a monarquia do Bahrein enfrenta múltiplos desafios internos devido à forte contestação das suas populações xiitas. Por esta razão é que o Irão fez do Bahrein um instrumento de desestabilização da Arábia Saudita, ao promover-se como “defensora dos xiitas do mundo”(Figura 32) a república iraniana intervém diretamente na política interna do arquipélago. Sabendo da importância geopolítica deste território, o Irão pretende agitar a população xiita para desestabilizar o regime.

A localização geográfica do Bahrein faz deste arquipélago um elemento-chave da política securitária regional saudita. Atualmente o Bahrein é o país do Golfo Pérsico mais instável, onde uma minoria sunita no poder governa mais um milhão de xiitas. Ora, a Arábia Saudita não está disposta a aceitar a criação de um estado xiita às suas portas, principalmente depois das Primaveras Árabes terem acentuado o fosso entre sunitas e xiitas.

Foi neste sentido que a Arábia Saudita decidiu intervir militarmente no Bahrein em 2011.

O retraimento americano do Médio Oriente, iniciado durante a administração Obama, levou o CCG a adotar um papel mais intervencionista na região. A nova diplomacia do CCG caracteriza-se pelo seu intervencionismo mais ofensivo, apesar de exercido, por vezes, de forma bastante confusa e desordenada. A linha tradicional de *soft power* financeiro e religioso do CCG foi substituída por um intervencionismo híbrido que combina ações militares unilaterais e multilaterais e vários tipos de ajuda económica e humanitária. Foi o que aconteceu na Síria, um intervencionismo militar e humanitário para conter o Irão e o *Hezbollah*, que apoiam o regime de Assad. Foi o que aconteceu com a intervenção no Bahrein, o eixo Riade-Abu-Dhabi pretendeu mostrar a Teerão que se tratava de uma “linha vermelha” a não ser ultrapassada. Foi o que aconteceu no Iémen, quando a Arábia Saudita decidiu intervir através de uma coligação árabe-sunita para impedir o avanço dos *houthis*, e o CCG apoiou esta decisão.

A antiga lógica institucional multilateral do CCG está atualmente a transformar-se numa lógica bilateral renovada, dominada pelo intervencionismo agressivo do eixo Riade-Abu-Dhabi.

Em dezembro de 2018 a Arábia Saudita reuniu com representantes de seis países – o Egipto, a Somália, o Iémen, o Djibuti, o Sudão e a Jordânia – e propôs a criação de um agrupamento de Estados do Mar Vermelho e do Corno de África, com o objetivo de impedir que qualquer tipo de potência exterior possa desempenhar um papel negativo nesta região estratégica. Esta região, em particular, é percecionada pela Arábia Saudita como estando particularmente ameaçada, seja pelas movimentações do Irão, dos *houthis*, da Turquia, do Qatar ou mesmo de potências internacionais exteriores como a China, os EUA, França ou Itália.

Decorrente destas reuniões e conversações preliminares de 2018 ocorridas em Riade por iniciativa saudita, no dia 6 de Janeiro de 2020, foi assinado o Tratado que inaugurou e instituiu o *Council of the Arab and African Countries of the Red Sea and the Gulf of Aden*, mais conhecido apenas por Red Sea Council e composto por oito Estados, nomeadamente a Arábia Saudita, o Egipto, o Djibuti, a Eritreia, a Jordânia, a Somália, o Sudão e o Iémen.

O Red Sea Council, uma instituição multilateral dos países costeiros do Mar Vermelho, cujo objetivo é promover a cooperação em questões de segurança e a estabilidade da região, é um projeto ambicioso principalmente por reger um dos espaços marítimos mais disputados do mundo. Que papel poderá ter este novo bolco de países africanos e árabes num espaço marítimo tão disputado, dividido e saturado de intromissões exteriores? E que papel quererá a Arábia Saudita desempenhar nele?

O Mar Vermelho constitui uma artéria económica vital, pois mais de 10% das trocas económicas mundiais passam pelo Mar Vermelho todos os anos, seja pelo canal do Suez ou pelo estreito de Bab-el-Mandeb. Além disso, esta região tem um grande potencial de crescimento, com projeções que indicam um crescimento populacional de 620 milhões para 1.3 mil milhões até 2050 e um aumento concomitante no PIB (Dunne, 2021). Porém, atualmente esta área ainda está subdesenvolvida e, ao mesmo tempo que o seu potencial político, económico e militar começa a ser reconhecido, também aumenta o risco de conflito e de instabilidade no Mar Vermelho e no Corno de África. Na última década as águas do Mar Vermelho tornaram-se palco de rivalidades geopolíticas intensas.

O Red Sea Council pode ser visto como mais uma tentativa da Arábia Saudita controlar a sua vizinhança e conter os seus inimigos regionais, no âmbito da sua nova diplomacia regional intervencionista ofensiva. Esta estratégia poderá continuar a dar frutos, desde que a Arábia Saudita continue a financiar os Estados do litoral do Mar Vermelho e do Corno de África como tem feito e a conseguir mantê-los convencidos que há uma sinergia e uma convergência de interesses entre os dois.

Atualmente, podemos dizer que o principal vetor de insegurança e fonte de instabilidade no Mar Vermelho é a guerra no Iémen. Além de ter criado uma enorme crise humanitária, o conflito no Iémen rapidamente se transformou na maior ameaça ao fluxo do trânsito marítimo que passa pelo Mar Vermelho. As forças *houthis* lançaram dezenas de ataques a navios internacionais desde a costa do Iémen e, mais recentemente, evoluíram para a utilização de *drones* marítimos.

As rivalidades que existem entre os estados do Golfo Pérsico rapidamente se transpuseram para o Mar Vermelho, o que levou a uma corrida aos aliados, à invocação de lealdades históricas, a uma corrida ao controlo de áreas portuárias e de bases militares e navais na costa africana do Mar Vermelho pelos Estados do Golfo. Os Estados do Golfo pretendem fomentar e aprofundar as suas relações de natureza clientelista com os Estados costeiros do Mar Vermelho e Corno de África, prontos a explorar o potencial em recursos

(incluindo os recursos humanos) e o potencial económico da região, que inclui petróleo, gás natural e exploração mineira, entre outras oportunidades.

À medida que as rivalidades do Golfo se foram transpondo para a região do Mar Vermelho, também o envolvimento e a intensidade das atividades securitárias e militares sofreram um aumento exponencial na região. Em 2015 os EAU estabeleceram uma base naval no porto de *Assab* na Eritreia, de onde estão ser lançados ataques navais e aéreos às forças *houthis* do Iémen. A Arábia Saudita, além de já possuir a base naval *King Faisal Naval Base* em Jeddah, também tomou o controlo dos portos de *Al-Mokha* e de *Al-Khokha* no Iémen em 2019, expandindo significativamente a sua presença naval no Mar Vermelho.

As potências internacionais, elas também, procedem a fazer a sua presença naval sentir-se nas águas do Mar Vermelho. Há, em 2021, mais de 12 complexos navais operados por pelo menos 11 países no Mar Vermelho, além de outros países que usufruem de direitos de utilização portuária em diversos portos dessas águas. O Djibuti (Figura 33) é, aos dias de hoje, um ponto-chave e convergente da presença militar naval internacional, pois lá podem ser encontradas bases navais militares dos EUA, França, Itália, Japão e China. Estes países “prolongaram a sua presença” depois das operações internacionais anti pirataria, e hoje é cada vez mais visível o seu interesse noutros propósitos geopolíticos e geoestratégicos, nomeadamente fazer parte da disputa pelo controlo das águas do Mar Vermelho. A Arábia Saudita assinou, em 2017, um acordo com o Djibuti que lhe permitirá estabelecer uma base naval militar que irá apoiar a guerra contra os *houthis* no Iémen, mas também ter mais um acesso ao Estreito do Bab el-Mandeb (cada vez mais ameaçado pelos *houthis*) e ao Golfo de Aden (Figura 34). O Egipto cedeu, em 2017, o controlo das ilhas de Tiran e Sanafir (Figura 35) à Arábia Saudita, o que causa grandes preocupações a Israel e à Jordânia quanto ao seu acesso ao Mar Vermelho, mas principalmente a Israel, que não é membro do Red Sea Council.

4.1.4 A Guerra Fria do Médio Oriente, o que se pode perspetivar?

Os dois antagonistas aproveitam a existência de crises já existentes na região para incitar e promover conflitos em territórios que já possuem essa predisposição com o objetivo de se enfraquecerem mutuamente. Tentando reduzir a influência um do outro na região, a guerra por procuração e a estratégia de desgaste são as mais usadas pelos dois antagonistas para se tentarem aniquilar, ou, pelo menos, conter um ao outro.

A reaproximação do Irão ao Ocidente em 2015, depois da conclusão do acordo entre o Irão e os EUA, acabou por acentuar ainda mais a conflitualidade entre os dois antagonistas e a violência e a agressividade dos confrontos.

O Irão tornou-se, para os EUA, um possível parceiro do Médio Oriente com o qual seria possível cooperar. Este novo contexto ofereceu ao Irão, agora com mais margem de manobra, uma oportunidade para explorar ainda mais as fraturas e as linhas de divisão que operam na região, permitindo que a presença iraniana se implante ainda mais no Iraque, na Síria ou no Líbano, favorecendo assim o Irão no contexto do antagonismo Irão-Arábia Saudita.

A Arábia Saudita assistiu com grande preocupação à assinatura do acordo em 2015. O decisor saudita começou a tomar uma série de medidas. A primeira foi querer emancipar-se do “guarda-chuva securitário americano” (Raisi, 2018, p. 234) provando que o reino sunita é capaz de liderar os seus aliados para defender os seus interesses e a sua segurança. A segunda medida foi entrar numa espécie de guerra de provocação verbal em que, através da retórica, o Irão era apontado como responsável supremo por todo o caos e instabilidade do Médio Oriente. A guerra de provocação verbal e o assassinato do *cheikh* xiita serviram para mandar uma mensagem ao Irão e ao mundo, a Arábia Saudita já não estaria disposta a tolerar qualquer tipo de tentativa de desestabilização do reino e não hesitaria em “resolver os seus problemas de desestabilização interna”, mesmo com as consequências internas nefastas que isso trouxe à própria Arábia Saudita. Finalmente, a terceira medida passou por fazer com que alguns países árabes, como o Bahrein e o Sudão, rompessem os seus laços diplomáticos com o Irão e se posicionassem de forma clara sob a liderança regional saudita.

«Assistimos, portanto, a uma nova Arábia Saudita mais táctica, que não hesita em usar meios de pressão e uma diplomacia de influência.» (Raisi, 2018, p. 235)

A estabilização política do Iémen através dos mecanismos das Nações Unidas falhou, e em 2014 a guerra civil intensificou-se. Para a Arábia Saudita, a tomada de Sanaa pelos *houthis* demonstrou a implicação direta do Irão no conflito. Para restabelecer o governo de Hadi, e eliminar os *houthis*, a Arábia Saudita, mais precisamente o príncipe-herdeiro, decidiu agir.

«À cabeça de uma coligação militar de vários países muçulmanos sunitas, Riade despoletou a 25 de março de 2015 a operação Decisive Storm à qual irá suceder a operação Restoring Hope um mês depois. Estas duas operações não atingirão nenhum dos objetivos fixados. O presidente Hadi [...] é finalmente transferido para Riade no fim de março de 2015.» (Frison-Roche, 2020, p. 48)

Em 2019 o conflito internacionalizou-se ainda mais. Em setembro as forças *houthis* reivindicaram um ataque feito com *drones* que incidiu em instalações petrolíferas sauditas, demonstrando que a Arábia Saudita não é “intocável”. As visões da Arábia Saudita e dos EAU em relação ao Sul do Iémen são cada vez mais divergentes, o decisor saudita está interessado em, acima de tudo, conseguir contornar a ameaça iraniana no Estreito de Ormuz fazendo com que o seu petróleo circule pelo Oceano Índico.

Em 2021 os combates intensificaram-se e a sua violência escalou ainda mais drasticamente. Desde fevereiro que as forças *houthis* se estavam a dirigir para a região de *Mareb*, o último bastião das forças leais a Hadi no Norte do Iémen, já quase totalmente controlado pelos *houthis*. A cidade de *Mareb* é o último reduto da resistência das tribos, do exército nacional e da coligação no Iémen do Norte. *Mareb* é atualmente a capital informal do governo, a sua perda seria trágica e significaria uma derrota para a Arábia Saudita e os seus aliados no norte do Iémen, e uma vitória para os *houthis* e para o Irão. Visivelmente em vantagem desde setembro de 2021, os avanços dos *houthis* deram frutos e culminaram numa batalha sangrenta em *Mareb*. No entanto, desde os últimos meses que as ofensivas *houthis* se tornaram mais intensas e mais violentas, causando muitas perdas humanas para o lado das forças governamentais, das tribos, e da coligação. No âmbito do antagonismo Irão-Arábia Saudita, no terreno de confrontação indireta do Iémen, a situação parece favorecer, atualmente, e apesar de forma não muito clara, mais o Irão, ficando a posição saudita em desvantagem.

A partir da intervenção militar russa contra o Estado Islâmico na Síria, em 2015, o conflito interno escalou para um conflito regional. O regime de Bachar al-Assad é financiado pelo Irão e é apoiado por diversas milícias iranianas, pelo *Hezbollah*, e pela Rússia. As forças de oposição nacionalista sunita foram apoiadas e financiadas pela Arábia Saudita. Em 2016 estas forças nacionalistas acabaram dizimadas em combate e foram substituídas por milícias islâmicas apoiadas pelo Qatar e pela Turquia, atualmente acantonadas em Idlib.

Entre dezembro de 2019 e março de 2020, mais de 3 milhões de pessoas foram bombardeadas pelas forças de Assad e pelas forças russas em Idlib (Figura 36). A população síria está a ser apanhada no fogo cruzado entre o exército turco e o exército sírio, apoiado pela aviação russa e as milícias iranianas. A 6 de outubro de 2019 os americanos retiraram parcialmente de *Jazîra* depois de terem suspenso o apoio às forças

rebeldes (esta ação americana foi percebida como uma traição dos EUA para com as forças curdas que lutaram ao seu lado contra o Estado Islâmico).

O conflito na Síria continua a ter contornos de guerra civil, guerra essa que, ao que tudo indica em 2021, será ganha por Bashar Al-Assad, às custas da sua população. No entanto, vários atores locais não se dão por vencidos e continuam a luta contra o regime, seja o Estado Islâmico ou os insurgentes internos. As potências internacionais como os EUA, a Turquia, a Rússia, ou Israel continuam a ingerir-se permanentemente no conflito, contribuindo para mais insegurança e mais conflito na Síria. No âmbito do antagonismo Irão-Arábia Saudita, no terreno de confrontação indireta da Síria, a situação parece favorecer mais o Irão, ficando a posição saudita em desvantagem.

A queda de Saddam Hussein fez do Iraque um estado xiita, dominado pelo Irão. A Arábia Saudita apoiou as fações sunitas marginalizadas criando no país um clima insurrecional. As eleições que levaram os xiitas ao poder foram o gatilho que despoletou o antagonismo Irão-Arábia Saudita no Iraque, pois o “crescente xiita” estava assim concretizado fazendo os alarmes de pânico soar em Riade. O Iraque é muito importante para a diplomacia regional do Irão que quer a todo o custo manter os xiitas no poder. A Arábia Saudita percebe as ações do Irão no Iraque como ameaçadoras à sua segurança interna e regional, assim como uma ameaça ao seu projeto de hegemonia regional.

«A guerra contra o Estado Islâmico teve um papel de legitimação e de reforço dos grupos armados no espaço político iraquiano, tanto nas instituições do estado como nas práticas de governança local de vários territórios.» (Beaumont, 2020, p. 106)

O enquadramento fechado do poder por partidos xiitas, o surgimento e consolidação de milícias no espaço político, e o posicionamento iraquiano entre o imperialismo americano e o imperialismo iraniano – manifestaram-se de forma clara na sequência de acontecimentos que ocorreram em 2019. Essa sequência de acontecimentos foi, primeiro, a demissão de um primeiro-ministro iraquiano motivada pela contestação popular; segundo, a repressão violenta dos manifestantes pelas milícias e; terceiro, o assassinato em Bagdad de uma figura de primeiro plano tanto para o Iraque como para o Irão, o general Soleimani.

O Iraque da era pós-Saddam, destruído pela longa guerra civil entre xiitas e sunitas, pendeu claramente para o lado do Irão, por isso podemos afirmar que, no âmbito do antagonismo Irão-Arábia Saudita, no terreno de confrontação indireta do Iraque, a situação parece favorecer mais o Irão, ficando a posição saudita em desvantagem.

4.2 A dimensão histórico-simbólica

4.2.1 As Primaveras Árabes e as suas consequências

Em 2011 o Médio Oriente foi sacudido pelas Primaveras Árabes, um acontecimento histórico que mudaria para sempre a região. As Primaveras Árabes deixaram marcas e consequências que continuam presentes na atualidade regional do Médio Oriente. Em 2011, a Tunísia, a Líbia, o Egito, o Iémen e a Síria conheceram grandes movimentos populares de contestação nas ruas. As populações exigiam a Democracia e o pluralismo. Os regimes autocráticos de Ben Ali, Khadafi, Mubarak e Ali Abdullah caíram com a queda dos seus ditadores. O vazio de poder deixado pela queda destas autocracias, à exceção da Tunísia, não foi preenchido pelas reformas democráticas exigidas nas ruas. As Primaveras Árabes falharam e deram lugar ao Inverno Árabe, que levou movimentos islâmicos conservadores ao poder. O Bahrein foi o único estado do Golfo onde se registaram protestos da população xiita, rapidamente reprimidos pela intervenção militar da Arábia Saudita no âmbito do CCG, para assegurar a continuidade da monarquia sunita do Bahrein e impedir a sua permeabilidade às influências do Irão. No rescaldo das Primaveras Árabes a Arábia Saudita tomou a dianteira da reação, e os países do CCG alinharam-se sob a égide contrarrevolucionária da Arábia Saudita. As monarquias do Golfo aderiram a um discurso mais securitário, autoritário e nacionalista, e quiseram demonstrar força e união perante o desmoronamento da ordem regional que conheciam. A sublevação dos xiitas no Bahrein, assim como a deterioração das relações entre o bloco xiita e o bloco sunita que ocorreu com as Primaveras Árabes levou a Arábia Saudita a financiar grupos *jihadistas* sunitas que pudessem conter a influência xiita na Síria, no Iraque e no Afeganistão, pensando que se livraria deles uma vez que deixassem de ter utilidade. Foi desta forma que a Arábia Saudita – e a sua atuação na Síria e no Iraque – estiveram na origem do nascimento do Estado Islâmico, que em 2014 a monarquia sunita se viu obrigada a combater ao lado dos EUA e do Irão, pois o feitiço acabou por virar-se contra o feiticeiro.

4.2.2 Tribalismo e política étnica

No passado recente a proximidade geográfica entre a Península Arábica e o Corno de África deixou de ser considerada uma vantagem política, económica ou cultural, e passou a ser uma desvantagem em termos de segurança para os estados do Golfo. Para o petróleo saudita conseguir chegar aos mercados mundiais, as vias marítimas devem estar abertas e o contágio ideológico deve ser evitado a todo o custo. Por isso a política regional

saudita para o Corno de África não tem em consideração as realidades políticas locais, apenas persegue um objetivo principal – assegurar a segurança, material e não-material, do reino. Na região do Corno de África, onde abundam fenómenos como a guerra, o colapso do Estado, ou a secessão, a Arábia Saudita foi habilmente capaz de conter os danos destes fatores aos seus interesses e quando os promoveu foi por razões ideológicas e de *realpolitik*. Os investimentos que os países do Golfo têm vindo a fazer no Corno de África são, usualmente, projetos megalómanos com elevadas expectativas de lucro a curto-prazo e que demonstram uma falta de compreensão das reais necessidades dos países africanos e não agem em coordenação com as entidades locais de desenvolvimento.

«Estes desenvolvimentos são sintomáticos da abordagem da Arábia Saudita aos projetos de segurança hídrica e alimentar e aos investimentos na agricultura no Corno de África, que muitas vezes combinam a ideia de que se podem ultrapassar os obstáculos necessários com dinheiro, e uma arrogância etnocêntrica visível pela falta de interesse nas perceções africanas desses projetos.» (Neil Partrick, 2018, p. 107)

As famílias reais das monarquias do Golfo afirmam a sua legitimidade governativa através do discurso tribal, a tribo é vista como um elemento de pertença e de distinção essencial aos regimes autoritários do Golfo Pérsico.

O tribalismo deixou de ser uma forma de subsistência económica e passou a representar um tipo de comportamento baseado em costumes e valores comuns, assim como uma crença comum no sistema social hierárquico tribal.

«Enquanto os Estados forem fortes e autoritários, as tribos permanecerão enfraquecidas. As experiências da Líbia, do Iraque e do Iémen mostraram que as redes tribais podem reemergir enquanto atores políticos quando o Estado está enfraquecido, apesar de não necessariamente sob a forma das antigas elites tribais. Mas este enfraquecimento do Estado é improvável nos países do CCG.» (Hertog, 2018)

No entanto, momentos de crise podem despoletar a necessidade de se recorrer à política tribal, o que demonstra que os grupos tribais ainda podem ser muito relevantes na política regional do Médio Oriente. O caso do Qatar é paradigmático. MBS e MBZ, no âmbito da sua nova diplomacia regional ofensiva, usaram as tribos contra o Qatar, através da sua mobilização, agitação e manipulação para melhor servir a sua agenda regional, tentar enfraquecer o Qatar e a sua posição no CCG, e perturbar a estabilidade do seu sistema político.

Através da implementação de projetos e investimentos megalómanos e grandiosos, que privilegiam o lucro a curto-prazo, os países do Golfo, onde se inclui a Arábia Saudita, não têm em consideração as reais necessidades dos atores africanos e demonstram a sua arrogância etnocêntrica. Essa arrogância etnocêntrica é exercida tanto

nos Estados africanos do Corno de África, como perante os seus próprios migrantes domésticos, que são tratados como um problema de segurança. A Arábia Saudita pretende assegurar a sobrevivência e continuidade das monarquias sunitas tribalo-dinásticas, como ela própria, e usa os mecanismos do CCG e do Red Sea Council em seu proveito para tentar impedir qualquer tipo de cenário geopolítico desfavorável que possa por em causa essa continuidade. O conceito de “tribo” é indissociável da política doméstica e regional dos estados do Golfo, estados esses que afirmam a sua legitimidade através do próprio discurso tribal. Nos anos 90 do século XX assistiu-se a um duplo reaparecimento do tribalismo no Golfo. Por um lado enquanto ferramenta de distinção social para as populações nativas se distinguirem das não-nativas. Por outro lado o tribalismo voltou a emergir numa lógica mais política e conflitual, demonstrando que os grupos tribais podem ser ainda muito relevantes na política regional do Médio Oriente, como ficou provado com o exemplo do Qatar. A política tribal que o eixo Riade-Abu-Dhabi praticou em relação ao Qatar é mais um exemplo dessa nova diplomacia pragmática, agressiva, não-ideológica e etnocentricamente arrogante, que vê nos grupos tribais uma oportunidade para enfraquecer e dividir um Estado, se ele não se comportar conforme os seus interesses.

V. O NÍVEL DE ANÁLISE GLOBAL

Para o nível de análise global queremos saber como é que a Arábia Saudita, a partir de 2015, se relaciona com o ambiente internacional vigente e com o Sistema Internacional em geral. A multipolaridade do mundo atual reforça a importância deste nível de análise. Queremos igualmente saber como é que o sistema internacional influencia a própria Arábia Saudita e as suas escolhas em PE.

Como já vimos no capítulo III desta dissertação, um Estado, quando confrontado com uma ameaça de ordem regional, irá procurar a proteção oferecida por uma potência externa (à região), enfrentando as consequências dessa dependência no Sistema Internacional, e assumindo os custos domésticos dessa escolha. Ora, a Arábia Saudita a partir de 2015 e não só, está confrontada com mais do que uma ameaça de tipo regional. São múltiplas as fontes de insegurança e de perigo a nível da região para o Reino sunita, mas inevitavelmente o Irão ocupa o primeiro lugar da lista das ameaças regionais que se apresentam, atualmente, a MBS. É por isso necessário e imperativo que uma potência exterior à região seja ela qual for (veremos mais à frente) queira desempenhar o papel de protetora da Arábia Saudita e ajudá-la a conter e enfraquecer o Irão, e a lidar com os demais problemas regionais. A Arábia Saudita está, como sempre esteve, disposta a pagar o preço da dependência pois esta é, mesmo assim, a melhor solução que se lhe apresenta em termos de continuidade. O ambiente mais perigoso, ameaçador e preocupante para a Arábia Saudita, é, sem dúvida, o ambiente regional por isso é natural que o ambiente global sirva para tentar inverter essa tendência, sirva para procurar possíveis aliados e soluções que possam ajudar a reduzir a instabilidade e insegurança a nível regional.

5.1 A dimensão político-estratégica

Para analisar a dimensão político-estratégica do nível de análise global vamos atentar nas relações bilaterais entre a Arábia Saudita e os EUA, a China, e a Rússia, as maiores potências internacionais com quem a Arábia Saudita se relaciona. Veremos como têm evoluído os gastos em Defesa da Arábia Saudita, e como se têm refletido, se se refletem, as mais recentes opções da administração Biden no fluxo de armamento de Washington para Riade.

5.1.1 A Arábia Saudita e os Estados Unidos da América

Os EUA sempre tiveram uma questão de não somenos importância a resolver no que ao Médio Oriente diz respeito, desde 1948: não deixar que a sua relação com a Arábia

Saudita – a nível militar e estratégico – desequilibre a balança da vantagem estratégica de Israel no Médio Oriente a nível militar. É nesse contexto que, em 2008, os Estados Unidos aprovaram o *Qualitative Military Edge*, que já existia informalmente, para garantir que não haveriam desequilíbrios da vantagem militar qualitativa atribuída a Israel. A *special relationship* entre a Arábia Saudita e os EUA está, desde 1948, condicionada pelo apoio americano a Israel e pelo *lobby* da *American Israel Public Affairs Committee*. É desta forma que, mesmo num contexto de dissuasão do Irão, os EUA, mais precisamente o seu Presidente, devem avaliar cautelosamente a quantidade e qualidade das armas que são vendidas e enviadas para o Golfo, podendo desequilibrar a balança da vantagem do Estado judeu em termos de *hard power*. Ilustrativo é o exemplo da recusa americana durante a administração Obama, no âmbito do *Qualitative Military Edge*, de fornecer aviões *F-35* e bombas *BU-28 bunker buster* ao Concelho de Cooperação do Golfo. Além disso, há indícios de que todas as armas americanas sofisticadas destinadas ao Golfo Pérsico passam, num primeiro momento, por uma pré-negociação com Israel (Ekovich, 2016). A *special relationship* dos americanos parece ser mais com Israel do que com a Arábia Saudita, se falarmos em *hard power*. A Arábia Saudita e as outras monarquias do Golfo também desenvolveram os seus aparelhos de influência em solo americano, como o *Arab American Institute*, e financiam *Think Tanks* como o *Meridean International Center*, o *Middle East Policy Council* ou o *Middle East Institute*, mas a influência destas instituições não é de todo comparável à força de influência do *lobby* judeu.

Contrariando a visão simplista e superficial que que perceciona a relação como apenas fundada sobre o princípio do “*oil for security*”, argumentamos que o papel atribuído à Arábia Saudita pelos EUA no contexto da Guerra-Fria revela que o Reino Saudita foi mais que uma peça-chave para a vitória do anticomunismo, e que, ao longo dos anos, os EUA empenharam-se na defesa do Reino Saudita contra vários tipos de ameaça, seja a União Soviética, o Iraque, o Iémen ou o Egipto. O contexto da Guerra-Fria já não é o contexto atual, e naturalmente as decisões que foram tomadas nesse contexto deixaram uma herança que pode já não fazer sentido na atualidade. O peso do conservadorismo religioso sunita, por exemplo, outrora considerado pelos americanos como uma vantagem estratégica perante o avanço mundial do comunismo, transformou-se, no contexto atual, numa ameaça à estabilidade do Médio Oriente.

«Consequentemente, Washington encontra-se perante uma escolha estratégica. Pode escolher distanciar-se do Reino por estimar o seu regime corrupto, moralmente falho, democraticamente ilegítimo e irremediavelmente sectário. [...] Uma segunda opção mais

prudente (o apanágio da abordagem realista) consiste em encorajar a família real a adotar políticas moderadas que acompanhem a evolução da jovem sociedade saudita.» (Ekovich, 2016, p. 108)

O caminho escolhido pelas administrações americanas do pós-Guerra-Fria enquadra-se na segunda opção elencada por Ekovich. A diplomacia americana critica regularmente – mas de forma discreta e fora do espaço público – a atuação do Estado Saudita.

Barack Obama ocupou o cargo de Presidente dos EUA entre 2009 e 2017. Foi por isso durante a sua administração que ascendeu, em 2015, o novo monarca saudita com uma nova orientação de PE que, não rompendo totalmente com os pressupostos do passado, servia para tentar responder aos novos pressupostos da “Doutrina Obama”, que se queria voltar para o continente Asiático, deixando o seu velho aliado Al-Saud bastante preocupado com a sua segurança e continuidade.

«Talvez mais preocupante para os Estados Unidos seja a campanha aérea saudita no Iémen iniciada em Março de 2015, sobre a qual foram postos ao corrente com muito pouca antecedência [...]. A operação militar coaduna-se com o encorajamento americano aos países do CCG, e especialmente à Arábia Saudita, de tomarem a dianteira dos seus problemas de segurança.» (Neil Partrick, 2018, p. 370)

A intervenção militar de 2015 no Iémen, lançada unilateralmente por MBS, voltou a colocar os americanos numa posição delicada. Os EUA viram um dos seus parceiros-estratégicos-chave do Médio Oriente - a Arábia Saudita - imiscuir-se num conflito armado aparentemente irresolúvel, no qual o armamento americano provocou a pior crise humanitária da atualidade e serviu a destruição do Iémen e da sua população. Nesta fase inicial, apesar das preocupações de Obama, os EUA exprimem o seu apoio ao aliado saudita e às suas tentativas de repor o governo sunita de Hadi, Obama fez chegar apoio militar e logístico às operações dos sauditas.

As conversações sobre o programa nuclear do Irão de 2015 voltaram a por à prova a resistência da aliança dos Estados Unidos com a Arábia Saudita, que não recebeu a notícia com entusiasmo. A administração Obama parecia – nos bastidores - estar plenamente ciente que o Acordo não servia para inaugurar uma nova era das relações diplomáticas Irão-EUA, tinha um objetivo prático, tornar o Irão menos perigoso, reduzir a insegurança produzida pelo Irão no Sistema Internacional.

A visita oficial de Barack Obama à Arábia Saudita em 2015 (Figura 37), fez aparecer uma certa ambiguidade nas relações EUA-Arábia Saudita. Obama afirmou que os EUA “permanecem comprometidos com a segurança dos seus aliados, apesar da

abertura ao Irão” (Ekovich, 2016). Esta estratégia ficou conhecida como *Double Track* e consistia em continuar a garantir a segurança dos aliados, encetando o diálogo com o Irão.

«Durante a campanha eleitoral americana, o candidato democrata ligou a necessidade de concentração de esforços no Afeganistão à luta contra o terrorismo e radicalismo. O Afeganistão não tem a importância estratégica do Iraque, mas o palco afegão-paquistanês tornou-se o ponto fulcral da atuação de grupos extremistas que constituem uma ameaça, não só para a região como para o mundo. Obama identificou o ressurgimento da Al-Qaeda e dos talibã no Afeganistão e Paquistão como uma das maiores ameaças à segurança dos EUA. Acreditando que o conflito afegão tinha sido negligenciado em prol da guerra no Iraque [...] Obama anunciou que o Afeganistão seria uma prioridade da sua presidência. (Maria do Céu Pinto, 2009)

Obama fez do Afeganistão a sua prioridade. A queda do Afeganistão sunita dos talibã, assim como a queda do Iraque sunita de Saddam Hussein vieram alterar o equilíbrio da balança do poder da região por completo, e foram um duro golpe regional para a Arábia Saudita. O poder iraniano podia projetar-se mais, e a posição da Arábia Saudita ficava enfraquecida na região e no Sistema Internacional. A Arábia Saudita percebe as ações americanas no Iraque como tendo “entregue voluntariamente” o Iraque ao Irão. De forma assumida, os americanos escolheram pagar o preço da invasão do Iraque, que seria ver o Iraque transformar-se num Estado xiita permeável às influências iranianas, e prejudicar o seu aliado saudita na prossecução dos seus próprios interesses regionais e da sua segurança.

Foi durante o mandato de Obama que as relações entre os dois países sofreram a maior inflexão. No entanto, em mais de 70 anos de “*special relationship*”, foi durante os dois mandatos de Obama que se registaram os maiores volumes de vendas de armas, equipamentos militares e formação de forças armadas e de segurança à Arábia Saudita. Ou seja, numa altura em que se iniciava o governo do Rei atual e em que a Arábia Saudita entrava no conflito do Iémen, os EUA faziam a sua maior venda de armas de sempre ao Reino saudita.

Donald J. Trump ocupou o cargo de Presidente dos EUA entre 2017 e 2021. Trump veio romper com as políticas do seu antecessor, e quis demonstrar a sua amizade e proximidade para com a Arábia Saudita do clã Salman. Para a administração Trump, deixar cair a aliança com os sauditas representaria o risco de um novo choque petrolífero, assim como o risco de ver a Arábia Saudita virar-se ainda mais para a China e para o mercado de armas chinês, pois esta é uma tendência que se está já a verificar. Os americanos observaram com alguma estranheza e perplexidade a aproximação da Arábia Saudita a Israel e ao Paquistão. Este último representa a oportunidade da Arábia Saudita

fazer concorrência nuclear ao Irão, num cenário em que a administração Obama se quis aproximar do Irão, deixando os sauditas “desprotegidos” e numa situação delicada, que seria revistada com Donald Trump.

Em 2017 Donald Trump visitou a Arábia Saudita na sua primeira viagem oficial ao estrangeiro enquanto Presidente dos EUA (Figura 38) , o que veio demonstrar que, para a nova administração americana, a relação com a Arábia Saudita era novamente prioritária. A administração Trump não pôs em causa o processo de retraimento americano dos conflitos na região do Médio Oriente iniciado por Obama, mas, ao contrário do seu antecessor que trouxe o Irão de volta à cena internacional, a 8 de Maio de 2018 Trump retirou os EUA do Acordo de 2015 sobre o Programa Nuclear Iraniano por ser um “mau acordo”. O Acordo não seria suficiente para o novo Presidente que queria ir mais longe e voltar a impor sanções ao Irão, que, para a sua administração tal como para a Arábia Saudita, era tido como responsável último de todos os males do Médio Oriente. Trump voltou a isolar o Irão, o que agradou muito a Riade. Esta “política de pressão máxima” ao Irão não visava tanto empurrá-lo a querer negociar sobre a questão nuclear mas sim obrigá-lo a modificar a sua política regional (Burdy, 2020). Donald Trump, no Médio Oriente, posicionou-se claramente a favor de Israel, da Arábia Saudita, dos EAU, e contra o Irão.

Na perspetiva saudita o cálculo seria “abdicar” da questão palestiniana (que já vimos não ser um problema, a nível informal pelo menos, para os líderes da nova geração como MBS e MBZ) em troca do isolamento total do Irão. A Arábia Saudita posicionou-se ao lado dos EUA e de Israel para tentar conter o Irão, pois o Irão é uma ameaça existencial profunda à sobrevivência do Estado Saudita, ao contrário da questão palestiniana, que podia ser secundarizada. Em 2019 a Arábia Saudita já não se mostrou tão disponível para apoiar o *Ultimate Deal*, pois seria muito pouco provável que a Arábia Saudita de facto apoiasse o plano de paz inverosímil e delirante de Jared Kushner.

No âmbito do caso do assassinato de Jamal Kashoggi (2018), Donald Trump tentou encobrir a responsabilidade pessoal de MBS, e reteve o relatório da CIA que atestava da responsabilidade do príncipe como mandante do homicídio. A relação de Washington com Riade foi posta em causa pelo Congresso americano – mas não pelo Presidente. Donald Trump exerceu o seu primeiro veto presidencial em PE a uma lei que exigia o fim do apoio americano à guerra no Iémen (Burdy, 2020). Em Julho de 2019, Trump vetou 3 resoluções do Congresso que pretendiam impedir vendas astronómicas de

armamento à Arábia Saudita e aos EAU, e no ano anterior bloqueou uma resolução do Conselho de Segurança da ONU elaborada pela Grã-Bretanha que exigia responsabilidades pelos crimes de guerra cometidos no Iémen. A administração Trump protegeu o regime saudita, e a figura de MBS, no plano interno, através de sucessivos bloqueios legislativos mas principalmente impedindo a desclassificação do relatório da CIA, e no plano externo, através da venda e fornecimento de armas, mantendo o apoio militar à Arábia Saudita no Iémen, e através da diplomacia nas instituições internacionais.

Se a estratégia de Obama tinha passado por um afastamento do Médio Oriente através da reintegração do Irão no Sistema Internacional para equilibrar o peso regional de Israel e da Arábia Saudita, a estratégia de Trump passava por manter a distância e navegar os acontecimentos através de Israel, da Arábia Saudita e dos Emirados, três atores que voltaram a ocupar o lugar de parceiros vitais dos Estados Unidos. A PE de Trump para o Médio Oriente foi muitíssimo favorável à Arábia Saudita tanto regionalmente como internacionalmente. A estratégia dos EUA passava pelo estabelecimento de um triângulo cujos vértices seriam os Estados Unidos, Israel, e Golfo Pérsico para fazer face ao eixo Ancara-Doha (que compete com o eixo Riade-Abu-Dhabi no Mar Vermelho e Corno de África). Os EUA de Trump já não queriam ser os “polícias do mundo”, mas não deixaram cair MBS e MBZ na guerra do Iémen, nem deixaram de fornecer armas americanas para alimentar este conflito que destrói o Médio Oriente sem resolução à vista.

Joe Biden foi eleito Presidente dos Estados Unidos em 2020 e tomou posse do seu mandato em Janeiro de 2021. Eleito pelo partido democrático, Joe Biden escolheu reverter muitas políticas do seu antecessor, apesar de manter o caminho da retirada americana do Médio Oriente iniciada por Obama para se virar para a Ásia. A via escolhida por Biden de continuar a libertar os EUA dos gastos e esforços que envolvem a presença americana no Médio Oriente pôs os países do Golfo e nomeadamente a Arábia Saudita muito apreensivos. Será, muito provavelmente, necessário, que a Arábia Saudita encontre outro (ou outros) *player* mundial disponível a desempenhar o papel que os EUA desempenhavam até agora. As melhores hipóteses parecem ser a China e a Rússia.

A estratégia de Biden para o Médio Oriente foi apelidada de *Ruthless Pragmatism*, e passa por concentrar os esforços desse “pragmatismo impiedoso” nas questões da Síria e do Iémen. A administração Biden é claramente mais hostil à monarquia saudita do que o seu antecessor, mas está ciente que a guerra do Iémen não tem fim à vista e que os EUA ainda precisam de se abastecer em petróleo saudita, por isso o Estado Saudita não pode,

na prática, ser descartado por esta administração americana. A nova administração já não personaliza tanto a relação entre os dois estados, tendo o novo Presidente escolhido dirigir-se apenas e diretamente ao Rei, recusando-se a dialogar com MBS. Esta atitude de Biden serve para mandar um sinal à Arábia Saudita, particularmente à figura de MBS, agora remetido a uma posição de *persona non grata* para falar com os Estados Unidos.

Como seria de esperar, as promessas e afirmações de Biden durante a campanha eleitoral contrastam com a realidade que se lhe apresentou à chegada à Casa Branca. Durante a campanha eleitoral de 2019, Biden afirmou que faria da Arábia Saudita um “estado pária” do Sistema Internacional, e que, ao contrário de Obama, não lhe venderia mais armas e faria com que “pagassem o preço” pelo homicídio de Khashoggi (Alex Emmons, 2019). Biden afirmou claramente que a sua PE seria uma PE anti-Trump, “que não acomodaria ditaduras às custas do interesse nacional e da segurança dos EUA”. Além disso, em 2019 Biden defendeu que se fosse eleito os EUA iriam “reavaliar a relação com a Arábia Saudita, para garantir que está alinhada com os valores e prioridades dos EUA” (Dunne, 2021).

«Em março, as promessas que Biden fez durante a campanha depararam-se com a realidade da Política Externa, e a realidade ganhou. Perante a decisão de sancionar ou não MBS depois da publicação de um relatório do serviço de informações que culpava o príncipe-herdeiro do assassinato de Khashoggi, Biden objetou. Em vez disso, o Departamento de Estado impôs restrições à obtenção de visas aos 76 indivíduos envolvidos na conspiração e estabeleceu o “Khashoggi Ban” [impede a obtenção de visas a indivíduos envolvidos na perseguição de dissidentes e jornalistas em nome de qualquer Estado]» (Dunne, 2021)

O relatório da CIA sobre o envolvimento de MBS no assassinato do jornalista saudita que tinha sido retido por Donald Trump, teve luz verde para ser desclassificado e mostrado ao mundo já durante a administração de Biden. O novo Presidente demonstrava assim que não estaria disposto a abafar as ilegalidades do regime saudita. No entanto, depois da revelação do conteúdo do relatório que provava a responsabilidade de MBS, Biden nada fez para que a Arábia Saudita assumisse a responsabilidade, não decretou sanções e não usou os mecanismos internacionais disponíveis para o fazer, o que lhe rendeu muitas críticas. Obviamente que a Arábia Saudita não “levou a bem” a revelação do relatório da CIA, e as relações entre os dois países esfriaram nesta altura. Ironicamente, Donald Trump fez declarações à *Fox News* em que afirmou que a atuação do novo Presidente tinha sido “interessante” e “correta” (Dunne, 2021), o que vem demonstrar a incoerência de Biden. Esta incoerência tem uma razão de ser, como veremos.

Joe Biden já demonstrou que quer que os Estados Unidos voltem a entrar no Acordo sobre o Programa Nuclear do Irão, do qual se retiraram durante a administração Trump. O que obviamente desagradou à Arábia Saudita e ao Golfo, e contribuiu para reforçar a sensação de “abandono” desses países perante os EUA. Perante este cenário, em que a unipolaridade hegemónica dos EUA está a desaparecer e a multipolaridade no Sistema Internacional começa a fazer-se sentir cada vez mais, a Arábia Saudita percebeu muito rapidamente a necessidade de encontrar alternativas.

«É compreensível, portanto, que a Arábia Saudita tenha começado a fortalecer os seus flancos políticos ao por fim a velhas contendas, explorar reaproximações com inimigos, e expandir laços com os rivais dos EUA, a China e a Rússia, para o caso das relações com Washington sofrerem um grande reverso.» (Dunne, 2021)

Nesta procura de alternativas ao velho aliado da *special relationship*, com quem a relação já não é tao especial em 2021, a Arábia Saudita – neste caso, MBS - lançou-se numa ofensiva diplomática à procura de soluções. Expandiu contactos com um grande número de estados regionais, voltou a falar com a Turquia, finalizou a contenda que durava há 4 anos com o Qatar, e, surpreendentemente, começou a desenvolver conversações diretas com o Irão em Bagdad. Este pragmatismo não-ideológico de MBS e da sua diplomacia demonstra que o príncipe-herdeiro coloca a sobrevivência do regime e da dinastia Al-Saud acima de tudo. Os tempos são difíceis para a monarquia absoluta dos Al-Saud, que precisa de se adaptar ou poderá sucumbir. Esta procura de novas alternativas, que, no entendimento americano, fomenta o diálogo e a cooperação entre Estados da região, permitindo a redução da conflitualidade que, por sua vez, permite a redução do contingente americano no terreno, é ideal à agenda de PE de Biden.

Em fevereiro de 2021 Biden anunciou o fim do apoio americano à guerra levada a cabo pela Arábia Saudita no Iémen. Anunciou também o fim da venda de armas ofensivas ao Reino Saudita, mantendo o fornecimento e venda de armas defensivas para defesa da Soberania e da integridade territorial da Arábia Saudita. Além disso, a nova administração americana retirou as milícias rebeldes *houthis* da lista americana de organizações terroristas, um “presente” que tinha sido oferecido por Trump a MBS, a poucos dias de abandonar o cargo. Esta mudança na PE americana não significa nem é sinónimo, no entanto, de que a guerra no Iémen esteja mais perto do fim. Revela mais uma crise das relações entre a Arábia Saudita e os EUA, em que os EUA já não estão dispostos a compactuar com as ações ofensivas e extremadas de MBS, nem a proteger as ilegalidades do regime saudita, apesar de não poderem descartar a Arábia Saudita, por

enquanto. Em Riade, por sua vez, aumenta cada vez mais a desconfiança perante esta administração americana e as suas escolhas de PE. Talvez por isso, em fevereiro de 2021, MBS tenha tentado conceder “um presente” a Joe Biden, libertando a ativista Loujain al-Hathloul, para mostrar a sua boa-fé perante a nova administração. É provável que Joe Biden use a condição de receber concessões significativas da parte dos sauditas, no que toca à falta de Direitos Humanos do regime, para lhes conceder o apoio político e securitário de que necessitam. Se os Sauditas forem procurar fontes alternativas de segurança e de negócios, como já estão efetivamente a fazer, isso também não representa um grande problema no entendimento americano, que apenas precisa, atualmente, de continuar a ter livre acesso ao petróleo saudita e a ter na Arábia Saudita um parceiro estratégico do Médio Oriente, a par com Israel. Os dois aliados nunca precisaram tão pouco um do outro, nem estiveram tão afastados, apesar de continuarem “juntos”.

Para os EUA põe-se ainda a questão de como irão lidar com MBS quando o Rei morrer e forem obrigados a lidar de facto com o atual príncipe-herdeiro. É daí que vem a “incoerência” de Joe Biden em não querer sancionar nem responsabilizar diretamente MBS pelo homicídio de Khashoggi. Biden sabe que não pode “queimar todas as pontes” até ao próximo Rei da Arábia Saudita, isso não seria prudente, por isso tenta manter uma relação distante, mas uma relação.

A vantagem ainda está do lado dos EUA, pois a Arábia Saudita continuará a precisar da sua proteção, pelo menos a curto-médio prazo, e Biden ainda tem bastante poder negocial para impor as suas preferências aos sauditas. A Arábia Saudita, talvez a preparar o seu próximo passo, tem multiplicado as declarações de apoio e de apreço aos Estados Unidos. A relação, que afinal parece nunca ter sido tão especial assim, exceto a bordo do *Quincy* e enquanto os americanos precisavam mesmo do petróleo saudita, parece estar nos seus piores dias, pelo menos desde o embargo petrolífero da década de 70.

Depois de termos analisado as relações entre os EUA e a Arábia Saudita, nomeadamente durante as três últimas administrações americanas, concluímos que, se os padrões que prevaleceram em 76 anos de aliança e de relações bilaterais se mantiverem, será provável que os dois lados continuem a percecionar a sua aliança e cooperação como necessária, gerindo pontos de fricção e resistindo às vozes que se levantam de ambos os lados exigindo a reavaliação desta parceria. As relações entre os Estados Unidos e a Arábia Saudita entraram numa nova era da sua aliança de 76 anos quando foi publicado o relatório da CIA sobre o assassinato de Khashoggi. Abriu-se um novo precedente nas

relações bilaterais dos EUA com a Arábia Saudita, mas a mudança da administração atual foi mais em relação à figura de MBS do que em relação ao Estado Saudita *per se*. A Arábia Saudita, em 2021, permanece um aliado da linha da frente dos Estados Unidos, um parceiro estratégico e importante. Atualmente, os EUA continuam a precisar de comprar petróleo, vender armas e ter parceiros estratégicos fortes no Médio Oriente. A Arábia Saudita continua cercada por inimigos, a precisar de proteção e de segurança em relação à sua região. Não há interesse real de nenhuma das partes em por fim a esta aliança - que nasceu fruto de um conjunto específico de circunstâncias – mas que já dura há 76 anos.

5.1.2 A Arábia Saudita e a China

A primeira manifestação concreta de cooperação securitária entre a China e a Arábia Saudita aconteceu em 1985 com a compra de 36 mísseis de médio alcance CSS-2 *East Wind* pela Arábia Saudita à China. A Arábia Saudita decidiu comprar estes mísseis a Pequim depois da recusa dos americanos em fornecer armamento mais ofensivo a Riade, no âmbito da vantagem estratégica em *hard power* atribuída a Israel. A Arábia Saudita precisava de armamento para se posicionar e tentar dissuadir o Irão, por isso esta compra à China foi vital para os interesses geopolíticos e geoestratégicos do Reino. Ela foi, no entanto, mantida em segredo até meados de 1988, a cooperação securitária com a China era secreta, pois a Arábia Saudita não desejava revelar a natureza e a verdadeira extensão das suas putativas capacidades militares (Kéchichian, 2016). Como seria de esperar, o aliado americano não concordou com esta cooperação nem com a venda dos mísseis quando descobriu em 1988. No entanto e de forma realista, Washington preocupava-se, nesta altura, com a possibilidade desta compra inicial abrir as portas à aquisição de grandes quantidades de armamento convencional chinês pela Arábia Saudita. A descoberta americana da cooperação securitária secreta da Arábia Saudita com a China fez os americanos reagir, e rapidamente decidiram autorizar vendas adicionais de armamento ao Reino Saudita. Poderíamos pensar que tudo isto pode ter sido calculado estrategicamente pelo Rei Faysal como uma forma de pressionar os americanos a venderem mais e melhores armas à Arábia Saudita, não tendo reais intenções de encetar uma cooperação real com a China (até porque isso iria criar muitos problemas com os EUA, ainda mais durante a Guerra Fria).

«A Arábia Saudita reconhece que os esforços de Pequim em rever as suas relações com o mundo árabe assentam primeiramente em considerações económicas, mesmo se

percecionam a China como um potencial parceiro numa variedade de assuntos, incluindo para compra de armamento.» (Kéchichian, 2016)

Apesar da relação da China com o Médio Oriente girar em volta da sua iniciativa económica da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative*) lançada em 2013, e do facto de se ter tornado, em 2015, o maior importador de petróleo mundial, o interesse da China pela região do Médio Oriente não se limita ao campo económico nem aos mercados energéticos. Ao mesmo tempo que a Nova Rota da Seda se expande, a China começou a compreender a necessidade de se envolver política e securitariamente na região onde já se envolvia economicamente, para melhor assegurar e proteger os seus interesses económicos. A ordem unipolar que emergiu do pós-Guerra-Fria foi o fator que acabou por moldar a abordagem da China à região do Médio Oriente. Com a hegemonia dos EUA, a China quis desenvolver-se sem alterar o *staus-quo*, no entanto, com retirada americana da região, a China parece estar a ser chamada a desempenhar um papel mais ativo. O maior interesse político da China no Médio Oriente é manter relações estáveis com as suas maiores potências, para aumentar a sua influência política sobre elas. Além disso, a China é uma acérrima defensora dos princípios da Soberania do Estado, da Integridade Territorial do Estado e do princípio da não-ingêrência nos assuntos internos de outros Estados, e defende esses princípios para os seus parceiros e aliados do Médio Oriente. Em Julho de 2019 a China estabeleceu “campos de reeducação” para a população *uyghur* em *Xinjiang* e foi muito criticada por algumas potências Ocidentais, todavia, a Arábia Saudita, o Irão, Omã, e a Síria (entre outros) apoiaram os “esforços chineses de desradicalização daquela região autónoma”. Para garantir e assegurar os seus interesses a China apostou no aprofundamento ainda maior dos laços e da cooperação comercial e económica, e na expansão das parcerias estratégicas a estados-chave da região (Camille Lons, 2019), como a Arábia Saudita.

«A 28 de outubro de 2016, a China e a Arábia Saudita organizaram os seus primeiros exercícios conjuntos ao nível do contra terrorismo, e os dois países trabalham para reforçar a sua parceria económica.» (Amir-Aslani, 2017, p. 151)

O ano de 2016 parece ter sido o ano da mudança para o pouco envolvimento chinês na geopolítica do Médio Oriente. Em novembro desse ano foi recebido, pelo atual Rei em Riade, um enviado especial do presidente chinês Xi Jinping, com quem ficou acordado um plano quinquenal para a cooperação da China com a Arábia Saudita em termos de Segurança. Este plano serve para cimentar o estatuto da Arábia Saudita como um parceiro vital da China no Médio Oriente e no Golfo (Ramani, 2016).

Será que a China está realmente disposta a “substituir os EUA” e a despenhar esse papel? Veremos.

«Nos últimos anos aumentou o interesse da Arábia Saudita em adquirir tecnologia militar chinesa, pois Pequim está disposta a vender armas a Riade sem os impedimentos geopolíticos das vendas americanas. Em particular, a Arábia Saudita vê a China como um potencial fornecedor importante de mísseis altamente sofisticados e armas tecnológicas ofensivas.» (Ramani, 2016)

Se pensarmos no caso dos mísseis *CSS-2 East Wind* dos anos 80, podemos olhar para a situação mais recente da expansão de uma possível cooperação securitária entre Pequim e Riade como uma forma do Estado Saudita pressionar os EUA a reagir, e a vender armas mais sofisticadas e de carácter mais ofensivo à monarquia saudita. A cooperação securitária com a China pode estar a desenvolver-se para, na verdade, receber vantagens dos dois lados. Não esqueçamos que a Arábia Saudita precisa de comprar armamento ofensivo e sofisticado, para fazer face ao Irão, continuar a lutar no Iémen e defender-se a si própria na região. Esta possível cooperação securitária com a China pode, também, ser vista como uma forma da Arábia Saudita enfraquecer a parceria da China com o Irão.

Em Janeiro de 2016 o Presidente chinês, Xi Jinping, esteve durante dois dias na Arábia Saudita (Figura 39). Recebido à chegada ao aeroporto por MBS, o Presidente chinês afirmou que a sua visita seria “amigável e frutífera, conduzindo a elevar a cooperação em várias áreas a outro nível, e elevar a cooperação entre a China e os países do CCG”. A China e a Arábia Saudita assinaram um memorando de entendimento para a construção de um reator nuclear (BBC, 2016). Apesar de parecer evidente que a importância estratégica da Arábia Saudita aumentou bastante para a China, não será muito provável que esta se vire totalmente para a Arábia Saudita em desfavor do Irão e do Paquistão, que também fazem parte da sua estratégia. A expansão da cooperação, ao nível da segurança, entre a Arábia Saudita e a China, por mais incipiente e inicial que seja, é um desenvolvimento geopolítico significativo e ainda pouco analisado do Médio Oriente. Se a relação da Arábia Saudita e dos EUA continuar a seguir a via começada por Obama, com a qual o atual Presidente americano está perfeitamente alinhado, poderá haver a consolidação efetiva de uma parceria de segurança entre Pequim e Riade, a China poderá começar a tornar-se um parceiro de segurança vital para a Arábia Saudita a médio-longo prazo. Estes desenvolvimentos ficam dependentes da qualidade da relação da Arábia Saudita com o seu (ainda) parceiro de segurança e defesa por excelência, o aliado americano. Na visão saudita, visto que a China não pode dar garantias em relação ao Irão,

seria altamente improvável que a monarquia saudita se desligasse totalmente de Washington para privilegiar Pequim.

A relação securitária da Arábia Saudita com China fica dependente da qualidade da relação com os EUA, o seu parceiro de segurança por excelência, de quem a Arábia Saudita não está, para já, disposta a abdicar.

5.1.3 A Arábia Saudita e a Rússia

O ano de 2015 fica marcado como o ano em que a Rússia de Vladimir Putin passou a ter um papel mais ativo na região do Médio Oriente, entrando no conflito civil da Síria para proteger o regime de Bachar Al-Assad sendo que Moscovo e Riade defendem campos opostos nesse conflito. A Rússia está – desde 2014– a tentar ter um papel mais ativo na região do Médio Oriente, e a vontade conjunta de fazer subir o preço do petróleo foi o pano de fundo de uma reaproximação entre Riade e Moscovo. Esta reaproximação entre a Rússia e Arábia Saudita - no ano da chegada do clã Salman ao poder e da intervenção russa na Síria - parece ter como base, do lado russo, mais uma preocupação com o mercado petrolífero do que uma verdadeira vontade de cooperar mais com a Arábia Saudita. As operações militares da Rússia na Síria obrigaram a Riade a reconhecer Moscovo como um dos principais e mais relevantes atores do Médio Oriente, com quem a Arábia Saudita deve procurar cooperar no âmbito da sua renovada diplomacia.

O papel mais ativo que a Rússia adquiriu na região logo a partir de 2015 não passou incólume ao Estado Saudita. MBS - na qualidade de vice-príncipe-herdeiro e ministro da Defesa - dirigiu-se a S.Petersburgo em Junho de 2015 (Figura 40), na esperança de conseguir um novo *élan* nas relações bilaterais e até mesmo tentar obter uma inflexão russa no conflito sírio. Desde 2015, ano do início do governo do atual monarca, que a Rússia e a Arábia Saudita parecem estar mais “próximas” e com mais margem de entendimento. A Arábia Saudita opôs-se à imposição de sanções à Rússia no âmbito dos seus avanços na Ucrânia e na Crimeia, a Rússia por sua vez decidiu abster-se (em pleno conflito sírio, que opõe a Arábia Saudita à Rússia que apoia Bachar Al-Assad) na votação da resolução do Conselho de Segurança da ONU que reconhecia a legitimidade do governo do Iémen e condenava a violência perpetrada pelos houthis. Outro terreno de entendimento tem sido o desacordo mútuo em relação ao posicionamento americano no Médio Oriente, à visão “positiva” das Primaveras Árabes, e em relação ao abandono americano do Egipto de Mubarak.

Em 2017 seguiu-se a visita do Rei Salman a Moscovo (Figura 41), a primeira visita oficial de um Rei da Arábia Saudita àquele Estado, o que nos indica que algo possa ter mudado, a Arábia Saudita demonstrou que a Rússia era um *player* relevante e até incontornável na sua região. Vemos que a Rússia tenta aproveitar o espaço vazio deixado pelos americanos para se afirmar como uma potência hegemónica incontornável do Médio Oriente, com quem as suas potências irão ter de dialogar. No âmbito deste novo impulso geopolítico da Rússia, Moscovo sabe que a cooperação com a Arábia Saudita deve ser reforçada, a par com a cooperação com outros atores regionais.

«O Kremlin aproveita a crise mundial de confiança nos EUA, provocada pela sua saída do Afeganistão, para demonstrar a sua hegemonia militar e tomar o lugar de Washington, procurando criar uma nova ordem regional.» (Hafidi, 2021)

Percebemos então que a Rússia não é a China, a Rússia está realmente interessada e disposta a rever o *status quo* para criar uma nova ordem regional pós-EUA, e não apenas a nível comercial e económico.

Em 2018, durante a cimeira do G20 na Argentina, e numa altura em que MBS estava numa posição frágil a nível internacional por causa do homicídio de Khashoggi, vimos o famoso *high-five* entre Putin e MBS (Figura 42). Este gesto entre os dois homens, inesperado, veio criar a impressão de um relacionamento “perfeito” entre os dois dirigentes. De facto, Moscovo nunca usou o caso de Khashoggi para ostracizar a Arábia Saudita ou o próprio MBS, e o gesto inesperado e informal era para Putin uma forma de demonstrar que a Rússia estaria disposta a criar uma relação duradoura com a Arábia Saudita e com MBS, sem deixar que as questões de Direitos Humanos travassem as suas relações bilaterais. A Rússia espera capitalizar a crescente desconfiança de Riade sobre Washington, demonstrando a sua disponibilidade para apoiar e proteger o seu novo aliado regional.

A Arábia Saudita, como sabemos, está focada na sua Guerra-Fria com o Irão, o seu maior inimigo regional, inimigo esse que é parceiro da Rússia na Síria e compra armamento ao Kremlin. Os sauditas estão, desde 2015, a tentar que a balança russa penda menos para o lado do Irão e mais para o seu. Mas a estratégia saudita não tem resultado visto a estratégia regional de Moscovo passar por criar e manter contactos iguais com ambas as partes não deixando nenhuma em vantagem em detrimento da outra. Os esforços russos para atingir um acordo internacional de paz para o Iémen cessaram em 2018, concomitantemente com a vontade russa de renovar as relações com a Arábia Saudita e com o *high-five* a MBS. No ano de 2019 deu-se a primeira visita de Vladimir Putin à

Arábia Saudita desde 2007 (Figura 43), a primeira desde a tomada de posse do Rei atual, enviando mais uma vez um sinal de entendimento e mais proximidade entre a Arábia Saudita e a Rússia.

Foi em Agosto de 2021 que teve lugar, em Moscovo, a sétima edição do fórum técnico-militar internacional *Army 2021*. Foi nessa ocasião que o vice-ministro da Defesa saudita, o príncipe Khaled Bin Salman (Figura 44), anunciou a assinatura de um acordo cujo objetivo seria o desenvolvimento da cooperação militar conjunta dos dois países. Anunciou também que, durante a sua reunião com o ministro da Defesa russo Sergey Shoygu, foram discutidos os meios através dos quais se iriam reforçar os mecanismos de cooperação estratégica e militar entre os dois estados. E ainda, no âmbito da exposição *Army 2021*, a Rússia e a Arábia Saudita concluíram um acordo segundo o qual a Rússia irá fornecer os famosos sistemas de lançamento de mísseis antiaéreos *S-400*, mais conhecidos como *Triumph* e muito usados pelos russos na Síria, à monarquia saudita. A compra deste equipamento, bastante sofisticado, suscitou evidentemente a preocupação dos americanos (Hafidi, 2021).

«A relação entre a Arábia Saudita e os EUA pode ser caracterizada por momentos de tensão e de recuo, mas Washington não encontrará um melhor aliado que Riade e o facto da Arábia Saudita estar à procura de alternativas com a Rússia constitui, em si, uma cartada através da qual o reino exerce uma certa pressão sobre os Estados Unidos para evitar que as relações entre eles se deterioreem irremediavelmente.» (Yusuf, 2021)

Há duas razões pelas quais seria ilusório pensar que a Arábia Saudita pudesse estabelecer uma aliança geopolítica de carácter permanente com a Rússia. Primeiro, a Rússia não tem tanto *hard power* no Médio Oriente em geral e na Península Arábica em particular, como os Estados Unidos. Segundo, a PE russa é favorável ao Irão, o que evidentemente é um entrave para os sauditas. Enquanto estes fatores se mantiverem inalterados não será possível substituir Washington por Moscovo.

Foi aliás no contexto de tensão originada pelos acontecimentos de 2021, que MBS, numa tentativa de demonstrar à comunidade internacional, nomeadamente a Joe Biden, a sua disponibilidade para dialogar com os seus inimigos e reduzir a hostilidade regional, se dirigiu a Bagdad onde, de forma inédita, encetou conversações informais com o Irão. Se este gesto ocorreu com o objetivo único de fazer uma demonstração de uma nova face do regime aos EUA ou se ocorreu devido a uma verdadeira disponibilidade para abrir as portas ao diálogo com o Irão, ainda não sabemos, apesar da hipótese mais verosímil ser a primeira. Fica assim confirmado o “pragmatismo selvagem” da nova diplomacia saudita

e de MBS. A posição da Arábia Saudita é cada vez mais delicada no Sistema Internacional e na sua região. Tal como acontece com a China, este novo impulso cooperativo entre Riade e Moscovo pode, na verdade, constituir mais uma tentativa saudita de “chantagear” os americanos, agitando a bandeira do perigo do armamento e da influência russa, para continuar a obter vantagens e armamento sofisticado americano, enquanto continuar a ser possível. Além disso, uma maior cooperação com a Rússia poderia levar os EUA a elevar o seu compromisso com Riade e reduzir as críticas ao Reino Saudita. As relações bilaterais entre a Arábia Saudita e a Rússia estão, na verdade, dependentes dos desenvolvimentos da relação entre a Arábia Saudita e o seu aliado americano.

5.1.4 Quem fornece armas à Arábia Saudita?

Segundo podemos ler no Relatório *Military Balance 2018*:

«Há problemas na obtenção de dados corretos em termos de gastos em Defesa, o que significa que não é possível oferecer um gráfico com os gastos de Defesa regionais. Todavia, há Estados-chave que providenciam pistas sobre as suas tendências orçamentais em Defesa, particularmente a Arábia Saudita, que possui o maior orçamento em Defesa da região.» (Military Balance 2018, 2018, p. 319)

De 2015 em diante os três principais fornecedores de armamento à Arábia Saudita mantiveram-se os EUA, a Grã-Bretanha, e França. A Arábia Saudita, que tornou o primeiro importador de armas mundial em 2014, continua a preencher o primeiro lugar na tabela de clientes dos Estados Unidos, por sua vez o maior exportador de armas do mundo. Entre 2016 e 2020 os EUA venderam mais 175% de armas à Arábia Saudita do que entre 2011 e 2015, correspondente ao período da administração Trump, durante o qual 24% da exportação total de armamento americano se destinou à Arábia Saudita. Período esse em que se verificou, igualmente, uma intensificação do fluxo de armas que entraram no Médio Oriente na ordem dos 25%. Este aumento deve-se à agravação do conflito no Iémen, além dos conflitos sírio e iraquiano, no âmbito do aprofundar da instabilidade regional provocada pelas guerras por procuração entre a Arábia Saudita e o Irão. Apesar da nova aproximação da Rússia à monarquia saudita, os novos desenvolvimentos a nível da cooperação securitária de 2021 entre os dois estados são demasiado recentes para que se possam obter dados concretos sobre eles. O mesmo se verifica ao nível da mais recente cooperação política e securitária com a China. A mudança de rota da PE americana inaugurada por Obama não se refletiu, nem se reflete ainda numa real desaceleração do fluxo de armas que chega à Arábia Saudita. O Estado Saudita, que tem reduzido incrementalmente as suas despesas orçamentais no domínio da

Defesa a partir de 2016, continua a precisar substancialmente dos americanos para obter o armamento necessário à sua segurança interna e regional.

5.2 A dimensão económico-social

A economia da Arábia Saudita é a maior do Médio Oriente e a Arábia Saudita faz parte das economias mais competitivas do mundo. A Arábia Saudita é o único Estado do Médio Oriente, o único Estado árabe, e o único Estado da OPEP a fazer parte do grupo do G20, e isso demonstra o reconhecimento da crescente importância da Arábia Saudita nas arenas da economia e da finança globais.

Em 2020 a Arábia Saudita tornou-se o primeiro país árabe a organizar uma cimeira do G20. A organização da cimeira do G20 em Riade, era uma oportunidade única para a Arábia Saudita projetar uma boa imagem internacional de si-própria, desenvolver *soft power*, e mostrar ao mundo a imagem de uma Arábia Saudita moderna, estável, aberta e desenvolvida. Além disso, a organização da cimeira permitiria apresentar ao mundo a “nova Riade” de MBS, e consolidar ainda mais sua legitimidade enquanto futuro Rei e líder político saudita. Todavia, estes planos não se concretizaram devido à pandemia de Covid-19, que obrigou a que a cimeira tivesse que decorrer virtualmente.

A pandemia de Covid-19 atingiu fortemente o Médio Oriente. A Arábia Saudita, por possuir os recursos económicos e materiais necessários, aproveitou esta crise sanitária para projetar uma boa imagem regional e global de si-própria. A Arábia Saudita geriu de forma exemplar a questão das peregrinações e demonstrou as suas capacidades em termos de saúde pública, segundo a própria OMS. A monarquia saudita fez, igualmente, uso dos mecanismos de ajuda externa enviando material médico para a China, para o Paquistão, e para a Palestina, além de participar no financiamento da OMS. A Arábia Saudita usou a pandemia como uma oportunidade de, na arena regional e internacional, demonstrar a sua “nova maturidade política” na gestão desta crise sanitária (Ossyane Henni, 2020).

Do lado Ocidental foram muitas as críticas, nomeadamente por parte de organizações de Direitos Humanos, pela realização do evento poder legitimar as más práticas e violações dos Direitos Humanos exercidas pelo governo Saudita. Governo esse que quis promover o evento do G20 como “inspirador para o mundo” ao mesmo tempo que restringia ainda mais a liberdade de expressão e de imprensa, prendia jornalistas, e enfrentava os rumores ainda não confirmados do assassinato e desmembramento de Khashoggi em Istambul (Hoffman, 2020).

«A Human Rights Watch pediu ao primeiro-ministro do Canadá Justin Trudeau que, durante a cimeira, desafiasse a Arábia Saudita sobre os seus “flagrantes abusos” e a Amnistia Internacional apelou similarmente ao governo britânico que pressionasse a Arábia Saudita a libertar as ativistas de Direitos Humanos que estão presas.» (Hoffman, 2020)

Este contexto acabou por reforçar a vontade saudita de, através da organização da cimeira, posicionar-se como um membro ativo e relevante da economia e dos mercados globais, e de demonstrar ao recentemente eleito Joe Biden que a Arábia Saudita está disposta a negociar e a conceder nos assuntos que sejam de interesse mútuo. A organização física da cimeira do G20 poderia ter sido útil a MBS para, além das razões acima elencadas, ter desviado as atenções da imprensa mundial das suas ações desastrosas no Iémen e da imprudência da sua PE regional.

«Não há privacidade durante uma sessão na internet, [...] o valor de uma cimeira física está em coisas que não são transferidas através de um ecrã, como as conversas íntimas que o príncipe-herdeiro poderia ter.» (Northam, 2020)

A ajuda externa é uma das ferramentas mais importantes da diplomacia económica de qualquer Estado. A Arábia Saudita usa os lucros da venda de petróleo, os chamados *petrodólares*, para desenvolver a sua diplomacia económica e, ao desenvolver os seus mecanismos de ajuda externa e expandir os seus alvos, consegue com isso obter múltiplas vantagens. A Arábia Saudita usa maioritariamente os três modelos de ajuda externa seguintes: ajuda externa estratégica, ajuda externa orientada para o desenvolvimento, e ajuda externa humanitária. A diplomacia económica da Arábia Saudita está associada igualmente ao expansionismo da ideologia *wahabita* pelo mundo, o que é visto como tendo trazido múltiplas ameaças e problemas de segurança ao Sistema Internacional.

«Graças aos seus consideráveis lucros do petróleo, os países do Golfo foram gradualmente adquirindo a capacidade de assistir outros países em desenvolvimento. Por exemplo, a Arábia Saudita, enquanto maior economia dos países do Golfo, foi-se tornando gradualmente um membro importante dos [Estados] dadores de ajuda externa internacionais.» (Li, 2019, p. 2)

A diplomacia económica é uma atividade diplomática levada a cabo por um Estado na ótica de salvaguardar os seus interesses através da obtenção de vantagem económica. A ajuda externa tornou-se uma ferramenta indispensável da diplomacia económica saudita. Desde 2015 que a Arábia Saudita providencia, através de modalidades diferentes de ajuda externa, assistência ao nordeste da Síria, ao Iraque do norte e ao Iémen, numa tentativa de estabilizar a região (desde que isso seja feito, evidentemente, em alinhamento com os seus interesses) e impedir o avanço da influência do Irão. A ajuda externa que o Reino Saudita providencia serve igualmente para projetar a imagem de si-

mesmo como uma grande potência e conservar o seu estatuto de “guardião do Islão” através da “diplomacia do rial saudita”. Desde a implementação dos mecanismos de ajuda externa saudita na década de 1970, que o sistema de ajuda externa se divide em dois mecanismos: a assistência oficial para o desenvolvimento, e a assistência não-oficial. A assistência não-oficial é, no fundo, uma forma da Arábia Saudita poder financiar Estados e organizações de forma secreta, escapando ao escrutínio internacional, sem ter de prestar contas sobre as suas atividades de financiamento pelo mundo. Todavia, é possível, com os dados disponíveis, afirmar que a maior parte da ajuda externa saudita se destina às regiões da Ásia e de África.

A diplomacia económica da Arábia Saudita possui dois principais objetivos – expandir os seus interesses económicos, e usar a economia como uma forma de compensar as falhas na diplomacia política e militar do Reino, para aumentar a sua segurança e as suas possibilidades de continuidade política. A maior preocupação e o maior foco em termos de segurança para a Arábia Saudita é a sua região, por isso os seus mecanismos de ajuda externa foram-se desenvolvendo em vários níveis a partir da sua própria região (Li, 2019). O primeiro nível, digamos assim, é o anel de países em torno do Golfo Pérsico, seguidamente o grupo que inclui a totalidade dos países árabes, e finalmente o conjunto dos países de confissão muçulmana. A Arábia Saudita quer, através da ajuda externa, garantir a sua própria segurança e a aumentar a estabilidade regional.

Outro enfoque da diplomacia económica saudita tem passado pela região da Ásia central, e pela promoção de uma diplomacia pan-Islâmica, através do financiamento da construção de Mesquitas e Madraças que promovem a doutrina *wahabita*. A isto se acrescentam os empréstimos financeiros atribuídos diretamente a alguns Estados daquela região, e a assistência financeira promovida através de instituições como o *Saudi Fund for Development*.

Os principais objetivos dos mecanismos de ajuda externa que a diplomacia económica da Arábia Saudita promove são políticos e económicos. A ajuda externa é essencialmente uma ferramenta política através da qual o Estado que “ajuda” promove os seus interesses e até um certo grau de dependência no Estado que “recebe”, além disso, o objetivo dos mecanismos de ajuda externa passa igualmente pela importação facilitada, pelo Estado que “ajuda”, de produtos e bens do Estado que “recebe”. A Arábia Saudita, ao aportar ajuda externa a Estados de onde provém um grande volume das suas importações, está na verdade a beneficiar e ter lucros económicos através dessa ajuda

externa. Podemos afirmar que uma parte da PE saudita, que envolve a sua diplomacia económica, passa pela promoção dos seus interesses económicos internos noutros Estados, de onde espera obter algum tipo de vantagem, nomeadamente em importações e abastecimento alimentar e hídrico.

«Pelo facto da Arábia Saudita ter cada vez menos terra cultivável e água acessível, a sua taxa de auto-suficiência é de, aproximadamente, apenas 20%. Por isso apoia-se largamente nas importações para fazer face às suas necessidades domésticas. A situação torna a ajuda externa da Arábia Saudita focada em países com os quais há uma forte complementaridade económica com Riade, para compensar a sua escassez de produtos agrícolas. Tal como outros países árabes, a Arábia Saudita vê o Sudão como um futuro abastecedor importante. [...] Por ter investido vigorosamente na agricultura do Sudão, conseguiu compensar, de alguma forma, o seu défice alimentar.» (Li, 2019, p. 8)

O ano de 2015 - ano da mudança do líder político da Arábia Saudita e da entrada no conflito do Iémen - foi um ano em que os montantes alocados para ajuda externa a outros Estados, nomeadamente aos Estados de confissão muçulmana, foram especialmente avultados. A ajuda externa é, acima de tudo, uma ferramenta política e estratégica. Usada para promover a influência saudita “tirando espaço” às outras possibilidades de influência, como a iraniana por exemplo, e usada para a Arábia Saudita ter - em Estados-chave que correspondem às suas próprias necessidades e escassez - uma possibilidade de abastecimento e de importação facilitada que lhe permite suprir as suas necessidades domésticas.

A 23 de Novembro de 2020 decorreu uma reunião entre o ex-secretário de estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo e MBS, na província saudita de *Tabuk*, onde está a ser erigida a cidade futurista NEOM. Esta reunião foi parte da “nova diplomacia da NEOM”, uma estratégia diplomática de MBS para atrair investimento externo para a Arábia Saudita.

«O local da reunião revela a importância estratégica da cidade NEOM para a Política Externa de MBS.» (Dogan, 2021)

De facto, o megaprojeto pessoal de MBS, a NEOM, é um instrumento-chave da consolidação do seu poder pessoal enquanto líder da Arábia Saudita e tem servido, nos últimos anos, como rampa de lançamento das iniciativas diplomáticas de MBS. A cidade terá uma zona económica independente com o seu próprio sistema legal e fiscal, desenhada para atrair novos investimentos, nomeadamente na área tecnológica.

O que torna a NEOM diferente de outros megaprojetos do mesmo género é o seu papel enquanto ferramenta de *soft power* da diplomacia económica saudita. A NEOM é, podemos afirmá-lo, um verdadeiro instrumento da PE da Arábia Saudita, e não apenas

um megaprojeto de construção que visa projetar a Arábia Saudita como “uma nação do futuro”. A NEOM serve, igualmente, para expandir as oportunidades de PE do Estado Saudita, que procura atrair investidores e fundos de investimento externos para o seu território. Durante a visita do Rei Salman à Rússia em 2017, o *Russian Investment Fund* anunciou um investimento astronómico na NEOM e facilitou o acesso e negociações entre companhias de alta-tecnologia russas e o governo saudita.

«Por exemplo, a Arábia Saudita planeava apresentar o seu megaprojeto às maiores economias mundiais na cimeira do G20 em 2020, ao organizar visitas, por parte dos líderes mundiais, à NEOM. Durante a conferência do G20, o primeiro-ministro britânico Boris Johnson afirmou que teria gostado de visitar a NEOM e que ela representa um futuro mais verde para todos.» (Dogan, 2021)

A Arábia Saudita tem tentado, no últimos anos, imprimir uma imagem “futurista e turística” à NEOM para tentar promover o megaprojeto saudita como uma alternativa ao Emirado do Dubai. A NEOM entrou em competição direta com o Dubai, enquanto polo de investimento tecnológico e financeiro do Golfo Pérsico, tendo a vantagem de estar situada num local mais atrativo do que o Dubai geográfica e climatericamente.

Para a construção da NEOM se concluir com sucesso é intrinsecamente necessário, à Arábia Saudita, dialogar com o Estado de Israel. Por essa razão é que os acordos de normalização das relações entre os EAU e o Bahrein, o Sudão e Israel acabam por ser benéficos para a Arábia Saudita (Dogan, 2021). Por este processo de normalização não poder decorrer nem ser feito diretamente entre a Arábia Saudita e Israel (como já vimos), são os EAU, neste caso MBZ, quem faz o papel de intermediário para que se abra o diálogo e a possibilidade de mais cooperação entre a Arábia Saudita e Israel, nomeadamente em relação à construção da NEOM. Em 2017 o Egipto cedeu as ilhas de Tiran e Sanafir à Arábia Saudita, em troca da possibilidade da economia egípcia ser beneficiada pela NEOM. O plano seria, através da expansão da *Saudi Highway 392*, a construção de uma ponte para ligar o Egipto à Arábia Saudita. Todavia, para que esta ponte se construa é necessário negociar com Israel.

«A NEOM não pode florescer se um acordo com Israel não se realizar.» (Dogan, 2021)

Esta é mais uma das razões pelas quais se assiste a uma nova postura tanto da Arábia Saudita como dos EAU perante Israel. De facto, não só a Arábia Saudita precisa de continuar a realizar a sua estratégia diplomática internacional de relações públicas, como também necessita que outros Estados árabes, seus parceiros, providenciem as condições necessárias ao estabelecimento de relações normalizadas com Israel.

No entanto, existe a possibilidade de que a construção da NEOM seja prejudicial às relações entre a Arábia Saudita e os EAU, ou entre MBS e MBZ. Depois de ficar demonstrado que os dois Estados possuem interesses que não se complementam e divergem em relação ao Iémen, abre-se agora a possibilidade dos dois se enfrentarem em termos de competição pelo acesso aos mercados económicos da região.

«Uma das abordagens mais óbvias é o desvio de negócios dos Emirados, a economia mais diversificada do Golfo. As novas taxas impostas aos bens de consumo dos EAU em Julho motivaram um corte de 33% nas importações sauditas. [...] A competição poderá intensificar-se em 2022.» (Carlstrom, 2021)

A “diplomacia da NEOM” é uma ferramenta económica que a Arábia Saudita usa na prossecução dos seus interesses de PE, para projetar poder e atrair investimento externo, nomeadamente a nível global.

5.3 A dimensão histórico-simbólica

Passemos à análise da dimensão histórico-simbólica do nível de análise global. Nesta última subsecção do capítulo 5 iremos abordar a má imagem internacional que a Arábia Saudita tem projetado de si-própria a nível global desde 2015, devido às más escolhas de MBS e da sua PE. Há dois grandes fatores que têm prejudicado a imagem da Arábia Saudita na arena e na imprensa internacionais: a condução desastrosa de MBS da participação da Arábia Saudita na guerra do Iémen, e o homicídio encomendado pelo Estado de um cidadão saudita exilado nos EUA, nas instalações de um consulado saudita na cidade de Istambul. O homicídio de Jamal Kashoggi, em 2018, foi um acontecimento-chave que projetou uma péssima imagem da Arábia Saudita da qual MBS não se conseguiu livrar em 2022. Além disso, moldou as relações entre a Arábia Saudita e as administrações americanas, e teve um eco enorme a nível global servindo para “mostrar ao mundo” a verdadeira face do regime saudita. Apesar de se apresentar na arena internacional como um Estado moderno, mais aberto, e liberal, não conseguiu impedir a revelação, com provas irrefutáveis, do comportamento despótico e inaceitável de MBS para com os dissidentes do regime. Vigiados no estrangeiro através de tecnologias que usam *spyware* para entrar nos seus dispositivos, são perseguidos e até mandados assassinar, por ele-próprio.

De 2018 em diante a reputação internacional da Arábia Saudita entrou em queda livre devido a múltiplos fatores, mas o principal foi a descoberta do homicídio e desmembramento do dissidente saudita em Istambul, mandado matar pessoalmente por MBS. A comunidade internacional reagiu, em choque, perante a revelação das práticas

desumanas perpetradas pelo regime saudita. A má imprensa internacional da Arábia Saudita foi muito significativa principalmente pela forma desajeitada e incoerente como a própria liderança saudita lidou com o sucedido. A Arábia Saudita negou todas as responsabilidades, depois acusou pessoas criando um julgamento de fachada que decorreu à porta fechada e acabou sem grandes condenações, MBS negou qualquer tipo de responsabilidade, depois reconheceu que teve conhecimento da operação, depois a CIA concluiu a sua responsabilidade como mandante do homicídio. A comunidade internacional demonstrou o seu desagrado. Em 2019 uma declaração conjunta das Nações Unidas reunia 36 países que pediam às autoridades sauditas que:

“Tomassem medidas significativas para garantir que todos os membros do público, incluindo jornalistas e ativistas dos Direitos Humanos, possam exercer livremente a sua liberdade de expressão, de opinião e de associação, incluindo online, sem medo de represálias” (Legner, 2020)

O Parlamento Europeu aprovou várias resoluções de protesto contra o homicídio de Khashoggi, as detenções arbitrárias, e as práticas de tortura da Arábia Saudita. Além do descontentamento da comunidade internacional demonstrado através dos mecanismos de protesto disponíveis, houve vários Estados que embargaram a venda de armas ao Reino, o Congresso americano elaborou várias propostas nesse sentido, além de ter condenado as violações de Direitos Humanos perpetradas pela Arábia Saudita no Iémen e os abusos contra dissidentes. Em relação à cimeira do G20 que deveria ter-se realizado em Riade em 2020, tanto o Parlamento Europeu como o Congresso americano, como os parlamentares de vários Estados do G20 pediram aos seus representantes que boicotassem a cimeira, enviando uma mensagem clara de que, desta vez, não se retomaria o *“business as usual”*. Finalmente, em Outubro de 2020 a Arábia Saudita perdeu a oportunidade de obter um assento no *Human Rights Council* das Nações Unidas, mais um sinal dado pela comunidade internacional de que as más práticas do regime saudita prejudicaram em muito a sua imagem e credibilidade na arena global.

Em 2021 assistimos à visita, em território saudita, de autoridades governamentais tanto dos EUA como da União Europeia, na ótica da possibilidade de firmar acordos comerciais com o Estado Saudita. A ideia seria retomar o *“business as usual”*. No entanto, em Dezembro de 2021 as autoridades francesas emitiram um comunicado explicando que tinham detido por engano um homem que se pensava estar envolvido no homicídio de Jamal Khashoggi. Este acontecimento fez com que, mais uma vez, os holofotes da comunidade e imprensa internacionais se virassem para a Arábia Saudita,

para o seu príncipe-herdeiro, e para as práticas desumanas do seu regime, que persegue e mata os seus dissidentes, até em território estrangeiro.

Apesar de tudo a Arábia Saudita está, em 2022, a emergir de forma lenta mas consistente da sombra daquele crime que manchou a reputação de MBS por toda a comunidade internacional. Foi em Dezembro de 2021 que o Presidente francês Emmanuel Macron visitou a Arábia Saudita (Figura 45), tornando-se o primeiro líder ocidental a visitar o príncipe-herdeiro. Além disso, nesse mesmo mês realizou-se, pela primeira vez em solo saudita, o *Formula One Grand Prix* e o *Red Sea International Film Festival*. Se até 2018 os cinemas eram proibidos na Arábia Saudita, estes dois eventos puderam decorrer no âmbito do programa cultural do Plano *Vision 2030*, que pretende modernizar social e economicamente a Arábia Saudita até 2030.

«Centenas de milhões [de dólares] estão a ser injetados nos objetivos do Plano *Vision 2030*, que passa por trazer este tipo de eventos que produzem atenção positiva para a Arábia Saudita.» (Cathrin Schaer, 2021)

As organizações de Direitos Humanos criticaram e denunciaram esta tática do governo saudita para “lavar” a sua imagem internacional, denunciando os abusos e as atrocidades cometidas e abafadas pelo regime. Se o homicídio de Jamal Khashoggi ocorreu em 2018, só em 2021 é que a imagem internacional da Arábia Saudita se começou a reabilitar, e de forma lenta, através do seu esforço diplomático internacional. Só em 2021 é que as trocas comerciais e diplomáticas entre a Arábia Saudita e a comunidade internacional se tornaram novamente mais proeminentes (Cathrin Schaer, 2021). No entanto – na diplomacia de bastidores – os negócios da compra e venda de armas nunca pararam, houve sempre negociações nesse sentido. Em 2020 a Arábia Saudita foi a maior compradora de armamento francês, e retomou a compra de armamento alemão e canadense.

Em Outubro de 2021 foi o próprio Rei Saudita, já com 86 anos, quem liderou a comitiva saudita na cimeira do G20 em Roma. Terá sido esta uma estratégia deliberada para “desviar as atenções de MBS” enquanto *persona non grata* da comunidade internacional?

Da parte dos EUA assiste-se, apesar do Presidente Joe Biden não falar diretamente com MBS, a uma lenta e progressiva melhoria nas relações diplomáticas com a Arábia Saudita a partir de 2021. Nesse ano John Kerry (*US government climate envoy*) e Jake Sullivan (*US national security adviser*) visitaram a Arábia Saudita e encontraram-se

pessoalmente com MBS. Como afirmam alguns analistas do *US Council on Foreign Relations*:

«Nenhum país do mundo iria “atirar borda-fora” estas considerações de realpolitik a longo-prazo por causa de um homicídio num consulado, por mais horrível que seja. Pode ter havido o desejo de isolar os sauditas por um momento, mas agora houve definitivamente um descongelamento das relações.» (Cathrin Schaer, 2021)

Além disso, é evidente que não seria do interesse dos EUA que a Arábia Saudita se vire demasiado para a China ou para a Rússia, por isso os EUA não irão descartar a Arábia Saudita mesmo se “não gostam” de MBS.

Hiba Zayadin, investigadora do *Human Rights Watch*, afirma que apesar de notar os avanços feitos em termos de reformas sociais, direitos das mulheres e dos trabalhadores, e das reformas anunciadas do sistema judicial e do trabalho, “este foi o pior período de repressão da história da Arábia Saudita moderna” (Cathrin Schaer, 2021). O regime saudita procura atrair os olhares da comunidade internacional para a sua componente de negócios, para o setor do entretenimento e do desporto, ao mesmo tempo que decorre uma campanha de silenciamento violento e repressivo de qualquer tipo de voz crítica que se levante contra o governo saudita.

«A maioria dos analistas concorda que, enquanto o Plano Vision 2030 trouxe mais liberdades sociais - como o direito de conduzir para as mulheres, ou a abertura de locais a ambos os sexos – a liberdade política diminuiu na Arábia Saudita. O Reino permanece uma autocracia. [...] Até há pouco tempo, ainda havia quem pudesse criticar o governo saudita publicamente. [...] Mas isso mudou.» (Cathrin Schaer, 2021)

A estratégia saudita passa pela organização de eventos com projeção internacional combinada com medidas “progressistas” e reformas sociais superficiais, que sejam suficientes para desviar as atenções das violações e abusos de Direitos Humanos que ocorrem. Essas violações e abusos, próprias de um regime autocrático e autoritário, agravaram-se ainda mais desde 2015. Desde 2015, aproximadamente, que decorre o pior período em termos de liberdade política, de expressão e de imprensa, ao mesmo tempo que decorrem um número significativo de mega eventos com projeção internacional que “dão a imagem” de um país desenvolvido e liberal. A Arábia Saudita recorreu, como outros Estados fazem atualmente, a firmas de relações públicas cujo objetivo é melhorar a reputação e o capital de confiança dos seus clientes. Enquanto cliente deste tipo de empresas, o Estado Saudita atrai para o seu território todo o tipo de celebridades internacionais, mas igualmente atletas, políticos, figuras do entretenimento, no fundo, pessoas que podem trazer benefícios à reputação da Arábia Saudita por causa da sua própria reputação.

De facto, atualmente, a Arábia Saudita parece ser um país menos austero, menos fechado e com mais liberdades do que alguma vez foi. Mas isso é ilusório, longe dos holofotes assiste-se ao período mais repressivo da história do Reino saudita. Qualquer pessoa que ponha em causa ou questione a liderança de MBS ou as suas políticas, arrisca ser detido e acusado de “ameaçar a segurança nacional” (Gardner, 2020). As decapitações continuam a ocorrer a grande ritmo desde 2015, agravando-se ainda mais a partir de 2017 (coincidentemente com a ascensão de MBS à posição de príncipe-herdeiro). Contrastando com a sua reputação a nível internacional, a nível interno MBS continua, atualmente, a granjear o apoio da facção mais jovem da população saudita, apesar deste otimismo e apoio estar totalmente dependente da promessa de um futuro económico próspero. A Arábia Saudita permanece, apesar da sua reputação, um *player* económico relevante e os membros da comunidade internacional não a podem descartar ou isolar do Sistema Internacional. O Reino da Arábia Saudita é percecionado, pela comunidade internacional, como “um parceiro constrangedor e embaraçoso” com quem se tem de dialogar por razões económicas e securitárias. Desde 2015 e da sua ascensão a líder da Arábia Saudita que MBS é tido como responsável de ações “desastrosas”, “impetuosas” e “violentas” (Carlstrom, 2021). O desastre da intervenção da Arábia Saudita no Iémen, só se agravou com a pandemia de Covid-19 deixando milhões de pessoas sem acesso a medicamentos nem tratamento médico, sem acesso a alimentação nem água potável, e sob constantes bombardeamentos aéreos que destroem milhões de vidas. O homicídio encomendado de um dissidente saudita em Istambul e a posterior postura e mensagens incoerentes e contraditórias do Estado Saudita só prejudicaram ainda mais a má imagem internacional da Arábia Saudita. A contenda e o bloqueio do Qatar, as ações estranhas em relação ao Primeiro-Ministro libanês Saad Harari, a relação demasiado próxima e informal com Jared Kushner, o então conselheiro sénior da Casa Branca e genro de Trump, assim como o tratamento infligido aos dissidentes internos e aos ativistas dos Direitos Humanos prejudicaram muitíssimo a reputação internacional de MBS, e da Arábia Saudita. A postura inconfiável e impetuosa do príncipe-herdeiro levou a um retraimento do investimento externo na Arábia Saudita passando de 8,1 mil milhões de dólares em 2015 para 1,4 mil milhões de dólares em 2017 (Carlstrom, 2021).

«Em 2021 houve, de longe, muito menos manchetes calamitosas. Isto é, em parte, devido ao facto da Arábia Saudita ter recuado de uma Política Externa que era belicosa mas sem lucros.» (Carlstrom, 2021 , p. 77)

Ao iniciar um caminho de diversificação das suas fontes de segurança devido ao afastamento dos Estados Unidos, a PE da Arábia Saudita transformou-se a partir de 2021, através de uma nova postura que procura mostrar-se aberta ao diálogo na sua região e a nível global contrastando totalmente com a postura inicial de MBS, extremada, imprudente e impetuosa. A contenda com o Qatar foi terminada, o diálogo com o Irão e a Turquia foi retomado, os laços económicos com a China são mais fortes, e há desafios económicos cada vez maiores que se apresentam ao Estado Saudita. A sua PE, fortemente pragmática, irá, naturalmente, adequar-se às novas circunstâncias.

Chegamos ao fim da nossa análise do nível global. A estratégia saudita de chantagear os americanos com a sua “nova vontade” de diversificar as suas fontes de armamento e de cooperação política e securitária, aliada às concessões que MBS tem feito aos EUA, como a libertação da ativista Loujain Al-Hathloul, assim como a aparente “acalmia” da sua impulsividade e imprudência, e da sua PE regional, parece estar a dar frutos. As relações entre os EUA e a Arábia Saudita ainda estão longe da rutura, mesmo se entraram num novo paradigma. A retirada do apoio americano à guerra no Iémen e a vontade expressa do seu Presidente em não vender mais armamento ofensivo à Arábia Saudita, é mais um sinal de que as relações se deterioraram. A administração Biden abriu um precedente, e deixou o seu aliado saudita desprotegido na arena internacional e regional, pressionando-o para que encontrasse outras opções, procurasse novos aliados, obrigando-o a reduzir a sua hostilidade regional e a imprudência das suas escolhas. Os mecanismos de ajuda externa da diplomacia económica saudita são uma forma de desenvolver *soft power* e obter ganhos económicos a vários níveis em Estados-chave, na ótica dos interesses políticos e económicos da Arábia Saudita. Além disso, a PE da Arábia Saudita está, e estará cada vez mais, ligada à visão económica e social que MBS pretende desenvolver. Apesar de um esforço diplomático astronómico de relações públicas para tentar devolver uma boa imagem internacional à Arábia Saudita – principalmente pelas suas ações no Iémen e pelo homicídio de Khashoggi – conseguido através de iniciativas culturais com projeção internacional, em 2022 a reputação saudita ainda não está totalmente reabilitada. Os abusos e as violações dos Direitos Humanos do regime saudita são encobertos por um “manto de modernidade, desenvolvimento económico e tecnológico” que, ao ser projetado na arena global, visa dar uma imagem positiva, moderna e liberal tanto da Arábia Saudita como do seu líder.

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação que se propôs no começo desta dissertação pressupunha uma análise compreensiva da PE da Arábia Saudita de 2015 em diante, onde se procurou compreender e analisar possíveis tendências de continuidade e/ou mudança em PE. Para isso procuramos compreender que características novas apresenta, desde 2015, a PE da Arábia Saudita, assim como procuramos saber em que medida essas características representam uma verdadeira rutura com o passado, tendo em conta as interações entre os diferentes contextos, ou níveis de análise, pois é através deles que os agentes e a PE operam (interno, regional e global). A nossa abordagem metodológica, uma combinação entre APE e análise de Dinâmicas de Segurança no Médio Oriente, foi sendo desenvolvida ao longo desta dissertação tendo sempre a Teoria das Relações Internacionais como quadro teórico de base.

A investigação desenvolvida ao longo desta dissertação permite-nos concluir que, a partir de 2015, a forma como a estratégia da “mudança dentro da continuidade”, encetada pelo atual governo Saudita, moldou a sua PE foi total. A PE da Arábia Saudita, podemos afirmá-lo, foi totalmente subordinada a esta estratégia, pois será ela que permitirá a sobrevivência do Estado e a continuidade da dinastia vigente. As ameaças a essa continuidade, como já vimos, estão fortemente presentes nos três níveis de análise, mas principalmente no nível interno e regional. O contexto interno, regional, e global no qual a Arábia Saudita se movimenta justificam a utilização desta estratégia para assegurar, numa linha teórica realista, a prossecução do interesse próprio do Estado Saudita, que é sobreviver e não ser aniquilado pelas múltiplas ameaças que o rodeiam. A estratégia da “mudança dentro da continuidade” está presente nos três níveis de análise que usamos ao longo desta dissertação na medida em que pudemos observar e comprovar da sua utilização pelo Estado Saudita tanto a nível interno, como regional como global. Ao longo da elaboração desta dissertação fomos postos perante a evidência inegável de que a estratégia da “mudança dentro da continuidade” é uma estratégia política transversal do Estado Saudita, é “a estratégia” por excelência do atual governo, que pretende assegurar a todo o custo a sua sobrevivência no contexto pós-2015.

A paz social e a estabilidade do regime Al-Saud depende, desde a criação do Estado Saudita, do sistema redistributivo e dos *handouts* distribuídos pelo Estado à população. O sistema redistributivo sempre esteve na base da estabilidade política, económica e social da Arábia Saudita. O território saudita, fragmentado, diverso, enforma

múltiplas identidades, valores, e práticas. Nunca se uniformizou cultural e politicamente dando origem às bases identitárias para se construir uma identidade nacional saudita. Das origens da formação do Estado Saudita ficaram marcas que caracterizam e influenciam o Estado Saudita na atualidade. A monarquia saudita mantém, como sempre manteve, as diferentes tribos e fações com interesses divergentes unidas em torno de si-própria e das vantagens que distribui. A coesão político-social sempre dependeu totalmente da redistribuição dos lucros do Estado e da repressão de qualquer tipo de dissidência que ameaçasse a instituição dinástica, foram estas as duas grandes ferramentas que permitiram que, atualmente, ainda sejam os Al-Saud a estar à cabeça do Estado. A última monarquia absoluta do mundo, e o único país cujo nome emana da família que o governa, vê a sua sobrevivência e hipóteses de continuidade completamente dependentes da obtenção de lucros e recursos financeiros do Estado. A base da legitimidade política e governativa da monarquia saudita sempre foi a redistribuição de dividendos do Estado para colmatar a falta de lealdade e coesão da sua população em relação à instituição dinástica. A legitimidade da instituição monárquica saudita está ligada à conquista militar e ao expansionismo de uma organização tribal que se tornou administradora de todas as outras, e não à existência de um sentimento de pertença nacional que reúna o conjunto dos sauditas em torno da lealdade política ao seu Rei. O sucesso e sobrevivência da Arábia Saudita sempre estiveram ligados à capacidade do Estado obter e distribuir capitais, e saber gerir as ameaças que emanam do seu contexto regional. O Estado Saudita obteve esses capitais através da relação cunhada em 1945 com os Estados Unidos. Foi a relação especial com os EUA que permitiu que a Arábia Saudita conseguisse sustentar toda a sua estrutura económico-social, da qual dependem o sistema redistributivo e a capacidade de distribuir *handouts*. O Estado Saudita foi moldado por esta relação de dependência dos Estados Unidos, a existência da Arábia Saudita é indissociável da sua relação com os EUA.

A rivalidade da Arábia Saudita com o Irão é estrutural, e deriva do período pré-estatal e pré-moderno da formação do seu Estado. A Arábia Saudita “nasceu das cinzas” do Império Otomano, as duas entidades políticas nunca foram compatíveis, pois a existência de uma ameaçava diretamente a outra. A Revolução iraniana de 1979 agravou ainda mais o antagonismo político, cultural e religioso entre o Irão e a Arábia Saudita. Podemos afirmar que, desde a sua formação, a entidade estatal saudita é indissociável da sua incompatibilidade (territorial, política, cultural, social, religiosa e étnica) com a

entidade estatal iraniana. Esta incompatibilidade é profunda e estrutural por isso é natural que a Arábia Saudita veja o seu sucesso no insucesso do Irão e vice-versa. As duas entidades políticas são absolutamente e estruturalmente incompatíveis, como é visível depois da análise da formação e consolidação do Estado Saudita.

Ao longo desta dissertação vimos em que medida a crise do *distributive welfare state* saudita ameaça a sobrevivência e permanência da dinastia Al-Saud no poder; observamos o contexto regional de rivalidade estrutural entre o Irão e a Arábia Saudita e identificamos quais as estratégias de *hard* e *soft power* usadas pela monarquia saudita para se continuar a impor como potência hegemónica do Médio Oriente; identificamos ainda quais as diferenças e o que se alterou na relação Arábia Saudita-EUA com a passagem da administração Obama para a administração Trump, da administração Trump para a administração Biden e o que isso implicou para o Sistema Internacional. Vimos ainda que estratégias de PE estão a ser desenvolvidas pelo atual governo face à possível perda de legitimidade da família Al-Saud; em que medida o objetivo da permanência no poder da dinastia Al-Saud conduziu a mudanças na sua PE; e em que medida essas mudanças foram ditadas, também, por imperativos de manutenção da Arábia Saudita como potência hegemónica regional.

O ano de 2015 foi um ano transformador e de viragem para a Arábia Saudita, nomeadamente em termos de PE. À primeira vista o ano de 2015 parece ter vindo “romper com o passado” a vários níveis, no entanto, não houve cortes radicais com o passado nem nenhuma mudança de carácter altamente revolucionário motivada pelos acontecimentos novos de 2015. O Estado Saudita reagiu a esses acontecimentos como sempre foi seu apanágio desde a sua criação, adaptando-se. Podemos afirmar que, de 2015 em diante, vimos uma Arábia Saudita a reagir às mudanças que alteraram o seu contexto interno, regional e global, empenhada em adaptar-se e em levar ações a cabo que lhe permitissem assegurar os seus interesses, sendo que o último é a sobrevivência do Estado. O decisor político saudita foi obrigado por um conjunto de circunstâncias a tomar decisões pragmáticas baseadas na conjuntura do momento, numa tentativa permanente de equilíbrio entre as forças transformadoras e as forças tradicionais, entre o “novo” e o “velho”, entre manter a coesão e a estabilidade do Reino ao mesmo tempo que responde aos novos desafios do presente e do futuro, e que assegura a continuidade do Estado. Por estas razões é que, inúmeras vezes, as decisões tomadas em PE (e não só) pela Arábia Saudita desde 2015 pareceram incoerentes e contraditórias. As incoerências e

contradições presentes na PE da Arábia Saudita desde 2015 são fruto da sua tentativa de adaptação ao seu novo contexto, perseguindo permanentemente o objetivo de se adaptar para sobreviver. A PE da Arábia Saudita não se adaptou com o objetivo da mudança, mas da continuidade. Adaptou-se porque foi necessário para o Estado continuar a existir. Subordinada à estratégia da “mudança dentro da continuidade”, a PE é um dos instrumentos através dos quais a Arábia Saudita quer navegar o seu novo contexto interno, regional e global. Com a chegada do novo monarca em 2015, a linha tradicional de PE perseguida pela Arábia Saudita rompeu-se. Perante o seu novo contexto, a PE da Arábia Saudita tornou-se mais pragmática, mais agressiva, concentrada em objetivos concretos, de curto-médio-prazo, e em entendimentos de ordem circunstancial. Esta nova abordagem fica conhecida como “Doutrina Salman” e o seu principal objetivo é a sobrevivência do Estado perante uma multiplicidade de desafios que ameaçam a sua continuidade.

A nível interno a estratégia da “mudança dentro da continuidade” é visível através da chegada de um novo monarca que rompeu com a tradição sucessória que até aí tinha vigorado, a do sistema adélfico, para assegurar a continuidade e sobrevivência do Estado através da elevação de MBS, um príncipe-herdeiro jovem, mais preparado para os desafios da atualidade e com perfil autoritário, a próximo Rei da Arábia Saudita. Essa estratégia é igualmente visível a nível económico e social, através das transformações do mercado de trabalho, da promoção de medidas de austeridade, da fiscalidade e do Plano *Vision 2030* que visa “refundar” a economia Saudita. Perante a situação da entrada da Arábia Saudita em défice orçamental pela primeira vez na sua história em 2015, o Estado Saudita finalmente compreendeu a urgência de diversificar a sua economia que dependia totalmente do petróleo e iniciou o seu caminho nesse sentido. Para sobreviver e assegurar a sua continuidade perante os desafios económicos e sociais que se lhe apresentam, a Arábia Saudita alterou a sua estrutura económica e social no sentido de se adaptar às mudanças ao mesmo tempo que quer preservar a estabilidade e a longevidade da monarquia. A nível interno a estratégia da “mudança dentro da continuidade” traduziu-se num afastamento da segmentação tradicional em volta da instituição dinástica, do tribalismo, e da doutrina *wahabita*, para no seu lugar promover um sentimento de pertença nacional que una os sauditas em volta da refundação económica do país, que entrou na “nova era do pós-petróleo” promovendo MBS como a única figura legítima na liderança desse processo, consolidando a sua legitimidade enquanto futuro Rei saudita.

A nível regional a estratégia da “mudança dentro da continuidade” é visível através da aproximação informal da Arábia Saudita a Israel, apesar de haver um alinhamento cada vez mais forte nos seus interesses o Estado Saudita não pode deixar cair oficialmente a causa palestiniana nem irá secundarizar a importância da sua identidade árabe e de guardião dos locais sagrados do Islão para cooperar formalmente com Israel. É igualmente visível através da utilização do CCG como instrumento de legitimação da agenda diplomática regional da Arábia Saudita, sendo que a partir de 2015 a diplomacia do CCG se tornou mais ofensiva e adotou um intervencionismo mais híbrido, deixando o seu papel tradicional de *soft power* financeiro e religioso, alinhando-se com a nova doutrina e as novas orientações da PE Saudita. O CCG é um dos instrumentos através dos quais a Arábia Saudita irá promover a estratégia da “mudança dentro da continuidade” a nível regional, ao proteger os interesses das monarquias tribalo-dinásticas do Golfo. Esta estratégia é igualmente visível através da instituição e utilização do *Red Sea Council* como instrumento de legitimação da agenda regional da Arábia Saudita. Instituído em 2020, é através dele que a Arábia Saudita quer promover os seus interesses (sendo que o seu interesse primordial é assegurar a estabilidade e continuidade do Estado) no Mar Vermelho e Corno de África. A Arábia Saudita vê o CCG e o *Red Sea Council* como instrumentos diplomáticos de continuidade, pois protegem a hegemonia regional saudita e os seus interesses no novo contexto pós-2015. A parceria estratégica entre a Arábia Saudita e os EAU é igualmente demonstrativa de uma nova abordagem pragmática e circunstancial ao sistema de alianças e à política regional. Foi em 2015 que se assistiu ao fim do isolamento diplomático do Irão e à sua aproximação aos EUA de Obama, o que foi obviamente percebido como “uma traição” pelos sauditas. Perante um contexto regional e global que favorecia o Irão, deixando a Arábia Saudita desprotegida, o Estado Saudita, para assegurar a sua sobrevivência e continuidade, viu-se obrigado a reagir firmemente na proteção dos seus interesses vitais e assumiu uma postura ofensiva ao tomar a decisão unilateral de invadir o Iémen. Na ótica da questão do dilema de segurança trazida pela Teoria Realista das Relações Internacionais, diremos que o Estado Saudita assumiu uma postura realista ofensiva ao invadir unilateralmente o Iémen, numa tentativa de demonstração internacional do seu poder para defender os seus próprios interesses regionais sem os EUA. A invasão do Iémen foi uma reação ofensiva da Arábia Saudita à aproximação dos EUA ao Irão, para proteger os interesses sunitas e assegurar a sua própria continuidade combatendo o expansionismo do Irão. A nível regional podemos concluir que, a partir de 2015, a “estratégia da mudança dentro da continuidade” levou a

Arábia Saudita a romper com a sua linha tradicional de PE e assumir uma postura mais ativa e agressiva na defesa dos seus interesses e da sua segurança. A sua PE tornou-se mais pragmática, realista, não-ideológica e adaptável às circunstâncias, na prossecução da defesa dos interesses árabe-sunitas que lhe permite assegurar a sua própria sobrevivência e continuidade no novo contexto pós-2015.

A nível global a estratégia da “mudança dentro da continuidade” manifesta-se de várias formas. A relação e a aliança com os EUA continuará a ser vital para a sobrevivência e continuidade do Estado Saudita como o conhecemos hoje, pois sabemos como a existência da Arábia Saudita (moderna) é indissociável da sua relação com o seu aliado americano. No entanto, perante a mudança de paradigma da PE americana para o Médio Oriente inaugurada por Obama, a PE da Arábia Saudita adaptou-se ao seu novo contexto. Procurou possíveis novos parceiros económicos e de segurança na China e na Rússia, numa lógica de duplos ganhos, para obter mais concessões e vantagens da parte dos EUA, agitando a bandeira do perigo da compra de armamento chinês e russo forçando os EUA a continuar a fornecer armamento ofensivo que permite ao Estado Saudita assegurar a prossecução dos seus interesses regionais para sobreviver. A Arábia Saudita nunca quis substituir a aliança com os EUA pela cooperação económica e securitária com outros grandes *players* mundiais, apenas quis demonstrar a sua relevância para esses mesmos *players*, forçando os EUA a reconhecer a importância e relevância – no contexto atual – da sua aliança e “relação especial” com a Arábia Saudita. A aproximação e cooperação securitária da Arábia Saudita com a China e a Rússia desenvolveu-se na ótica da preservação da aliança com os EUA, essencial à sua sobrevivência e continuidade no contexto pós-2015. O Estado Saudita é e continuará a ser o maior importador de armas do mundo e não pode abdicar da compra de armas ofensivas pois é da sua obtenção que depende a sua segurança interna e regional. Apesar dos sinais dados pela atual administração americana, e das novas parcerias com a Rússia, a China e a França, o objetivo da Arábia Saudita é continuar a ter acesso à compra de armamento sofisticado americano, para assegurar a prossecução dos seus interesses regionais e garantir a sobrevivência do Estado. A diplomacia económica da Arábia Saudita está subordinada à estratégia da “mudança dentro da continuidade”. O Reino usa todos os mecanismos económico-financeiros de que dispõe para assegurar a sua continuidade protegendo os seus interesses económico-financeiros, que asseguram, eles também, a sobrevivência e continuidade do Estado. A diplomacia económico-financeira da Arábia Saudita é uma

ferramenta política e estratégica da sua PE, através da qual o Estado pretende continuar a demonstrar a sua crescente importância e peso na arena económica global, que lhe permitirá atrair os investimentos externos necessários ao desenvolvimento da sua economia da era do pós-petróleo e assim assegurará a continuidade e sobrevivência do Estado no novo contexto pós-2015. A estratégia da “mudança dentro da continuidade” pode ser igualmente identificada através do esforço diplomático e de relações públicas desenvolvido pelo Estado Saudita para reabilitar a sua frágil reputação e credibilidade internacionais, ao mesmo tempo que entrou no período mais repressivo da sua história moderna. Como sabemos, a coesão e unidade do Estado foi mantida desde a sua criação através da repressão das dissidências e da redistribuição dos lucros do Estado. A repressão das dissidências foi ferozmente reforçada no contexto pós-2015, denotando uma óbvia preocupação do Estado em manter a sua coesão e estabilidade e, em última análise, garantir a sua sobrevivência num contexto em que o sistema redistributivo está em crise e ameaça a coesão, estabilidade e paz social da Arábia Saudita.

Ao longo da elaboração desta dissertação identificamos algumas questões possíveis para investigações futuras, como: Quando o atual Rei da Arábia Saudita morrer e for oficialmente substituído por MBS, como irá o Estado Saudita gerir a dicotomia continuidade/mudança perante um monarca com problemas de legitimidade doméstica e internacional? Qual será, para o Estado Saudita, o desfecho do conflito do Iémen? O que é que esse desfecho acarreta para a política regional do Médio Oriente? Conseguirá a Arábia Saudita traçar uma PE mais coerente, sem contradições, e mais consolidada a médio-longo prazo? Irá a Arábia Saudita conseguir distanciar-se, a longo prazo, dos EUA? De que forma? Quais serão os próximos passos nas manobras de “aproximação” da Arábia Saudita à China e à Rússia? Conseguirá MBS imprimir nas camadas mais jovens da população uma verdadeira identificação com o Estado e com a sua própria liderança, evitando assim a quebra do pacto político-religioso que sustenta a estrutura político-social da Arábia Saudita que legitima o reinado absoluto e autocrático dos Al-Saud? Conseguirá a instituição dinástica saudita sobreviver às mudanças do novo contexto e do futuro ou estará a Arábia Saudita perto de um momento de transformação das suas estruturas políticas? A queda dos Al-Saud a longo prazo é, realmente, “inevitável”?

Ao longo da elaboração deste trabalho a maior dificuldade que encontrámos foi a falta de dados empíricos e estatísticos fiáveis relacionados com o sistema político e económico

saudita. Como seria de esperar de um regime autocrático fechado e ditatorial que luta pela sua continuidade, as informações e dados fornecidos pelo Estado Saudita não refletem, muitas vezes, a realidade política, económica e social da Arábia Saudita. Refletem o retrato que a Arábia Saudita quer dar de si-própria, principalmente na arena global, projetando poder através da manipulação dos seus dados (por exemplo: diminuir a percentagem de população xiita e aumentar a percentagem de população sunita presente no seu território).

Consideramos que a presente dissertação pode vir colmatar algumas lacunas presentes na literatura existente sobre o nosso caso de estudo, por ser um tema tão contemporâneo e atual. Ao analisarmos a PE da Arábia Saudita de 2015 em diante, explorámos um tema pouco estudado na literatura científica, e esperamos ter contribuído, através deste trabalho, para uma visão mais clara dos objetivos perseguidos em PE pela Arábia Saudita no novo contexto interno, regional e global que encontra de 2015 em diante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 2020, C. R. (2020). *Saudi Arabia 2020 Human Rights Report* . United States Department of State: Bureau of Democracy, Human Rights and Labor .
- (26 de outubro de 2021). Obtido de NEOM official website : <http://www.neom.com/en-us>
- Ababsa, M. (Setembro de 2020). Syrie: la reconquête territoriale du régime de Bachar al-Assad face au défi turc. *Questions Internationales - Moyen Orient: des guerres sans fin*, pp. 33-42.
- Aglionby, J. (17 de Janeiro de 2017). *Djibouti finalising deal for Saudi Arabian military base - Riyadh to gain Horn of Africa foothold in effort to strengthen regional security role*. Obtido de Financial Times: <https://www.ft.com/content/c8f63492-dc14-11e6-9d7c-be108f1c1dce>
- Alex Emmons, A. C. (21 de Novembro de 2019). *Joe Biden, in departure from Obama policy, says he would make saudi arabia a “pariah”*. Obtido de The Intercept: <https://theintercept.com/2019/11/21/democratic-debate-joe-biden-saudi-arabia/>
- Al-Nasser, F. (16 de Agosto de 2017). *Awamiya: Inside Saudi Shia town devastated by demolitions and fighting*. Obtido de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-40937581>
- Al-Sarihi, A. (20 de Março de 2019). Climate Change and Economic Diversification in Saudi Arabia: Integrity, Challenges, and Opportunities. *Policy Paper nº1*.
- Alyas, F. (Dezembro de 2018). U.S.-Saudi Arabia Relations. *Council on Foreign Relations*. Obtido em 3 de 3 de 2019, de <https://www.cfr.org/backgrounder/us-saudi-arabia-relations>
- Amir-Aslani, A. (2017). *Arabie Saoudite. De l'influence à la décadence*. Paris : Éditions l'Archipel .
- Andrew Scobell, A. N. (2016). *China in the Middle East - The Wary Dragon* . Santa Mónica, California, EUA: Rand Corporation .
- Azhar, S. (Março 2021). *Saudi Prince pushes on with \$500 billion megacity as U.S. points the finger over Khashoggi killing*. (Reuters, Ed.) Obtido de <https://www.reuters.com/article/us-saudi-neom-idUSKBN2AW1HY>
- Barry Buzan, O. W. (2003). *Regions and Powers - The Structure of International Security* . Cambridge University Press.
- BBC, N. (19 de Janeiro de 2016). *China's President Xi visits Saudi Arabia to improve ties*. Obtido de <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-35351391>
- Beaumont, R. (Setembro de 2020). Irak, l'État captif. *Questions Internationales - Moyen Orient: des guerres sans fin*, pp. 104-109.
- Belenkaya, M. (8 de Julho de 2020). *Russia-Saudi Roller Coaster: From a High Five to a Price War*. Obtido de Carnegie Endowment for International Peace:

<https://carnegieendowment.org/2020/07/08/russia-saudi-roller-coaster-from-high-five-to-price-war-pub-81896>

- Bell, J. (16 de Novembro de 2020). *What to expect from Saudi Arabia's virtual G20 summit*. Obtido de Al-Arabiya : <https://english.alarabiya.net/features/2020/11/16/What-to-expect-from-Saudi-Arabia-s-virtual-G20-summit0>
- Blanc, T. (12 de 1 de 2018). Arabie Saudite (1): La réforme autoritaire Saoudienne. Une refonte politico-économique du pouvoir. *Les Clefs du Moyen Orient, Analyses de l'actualité*. Obtido de <https://www.lesclesdumoyenorient.com/Arabie-saoudite-1-la-reforme-autoritaire-saoudienne-Une-refonte-politico.html>
- Bunzel, C. (2016). *The Kingdom and the Caliphate: Duel of Islamic States*. Carnegie Endowment for International Peace .
- Burdy, J.-P. (2020). La «résistance maximale» de l'Iran à la «pression maximale» de Donald Trump. *Questions Internationales - Moyen Orient: des guerres sans fin* , 66-73.
- Camille Lons, J. F.-T. (21 de Outubro de 2019). *China's great game in the Middle East*. Obtido de European Council on Foreign Relations : https://ecfr.eu/publication/china_great_game_middle_east/
- Capdepuy, V. (2008). Proche ou Moyen Orient? Géohistoire de la notion de «Middle East». (Belin, Ed.) *Revue Espace Géographique* , Tome 37 , pp. 225-238. Obtido de <https://www.cairn.info/revue-espace-geographique-2008-3-page-225.htm>
- Carlstrom, G. (2021). On best behavior: Saudi Arabia reins in its disastrous foreign policy as economic challenges mount . *The Economist* , p. 77.
- Cathrin Schaer, K. K. (7 de Dezembro de 2021). *Saudi Arabia fights to rehabilitate its image after Khashoggi murder*. Obtido de D.W.: <https://www.dw.com/en/saudi-arabia-winning-fight-to-rehabilitate-image/a-60044292>
- (s.d.). *CIA World Factbook 2021*. Obtido de <https://www.cia.gov/the-world-factbook/countries/saudi-arabia>
- Cook, S. A. (7 de Janeiro de 2022). *Biden's Middle East Strategy Is Ruthless Pragmatism*. Obtido de Foreign Policy : <https://foreignpolicy.com/2022/01/07/biden-middle-east-saudi-arabia-syria-yemen-strategy/>
- Cooke, M. (2 de agosto de 2018). *Tribal Modern: Branding New Nations in the Gulf*. Obtido de LSE Middle East Center Blog : <https://blogs.lse.ac.uk/mec/2018/08/02/tribal-modern-branding-new-nations-in-the-gulf/>
- Custers, D. (7 de abril de 2021). *Red Sea Multilateralism: Power Politics or Unlocked Potential*. Obtido de Stimson : <https://www.stimson.org/2021/red-sea-multilateralism-power-politics-or-unlocked-potential/>
- Daou, M. (22 de outubro de 2021). *Yémen : pourquoi les Houthis veulent s'emparer à tout prix de la ville de Marib*. Obtido de France 24:

<https://www.france24.com/fr/moyen-orient/20211022-y%C3%A9men-pourquoi-les-houthis-veulent-s'emparer-%C3%A0-tout-prix-de-la-ville-de-marib>

- Daoud, K. (20 de novembro de 2015). L'Arabie Saoudite, un DAESH qui a réussi. *The New York Times*.
- Dazi-Héni, F. (2017). *L'Arabie Saoudite en 100 questions* . Paris : Éditions Tallandier .
- Dieckhoff, A. (Setembro de 2020). Israel/Palestine: un conflit devenu périphérique. *Questions Internationales - Moyen Orient: des guerres sans fin* , pp. 24 - 29.
- Dogan, A. (3 de Março de 2021). *Saudi Arabia's Neom Diplomacy* . Obtido de Carnegie Endowment for International Peace : <https://carnegieendowment.org/sada/83975>
- Doraï, K. (Setembro de 2020). Conflits et migrations au Moyen-Orient. *Questions Internationales - Moyen Orient: des guerres sans fin*, pp. 162-169.
- Doyle, M. W. (2016). *Foreign Policy Theories, Actors, Cases* . Em A. H. Steve Smith. Oxford University Press.
- Duclos, M. (15 de Abril de 2020). *Le Covid-19 est-il un game-changer pour le Moyen-Orient et le Maghreb ?* Obtido de Institut Montaigne : <https://www.institutmontaigne.org/blog/le-covid-19-est-il-un-game-changer-pour-le-moyen-orient-et-le-maghreb>
- Dunne, C. W. (2 de Junho de 2021). *A Tough Nut to Crack: Rebalancing the US-Saudi Relationship*. Obtido de Arab Center Washington D.C.: <https://arabcenterdc.org/resource/a-tough-nut-to-crack-rebalancing-the-us-saudi-relationship/>
- Eisner , M. (Julho 2021). *Saudi Arabia is planning a futuristic city of clean energy and flying taxis. Don't build it with abusive labor practices*. Obtido de <https://edition.cnn.com/2021/07/13/opinions/saudi-arabia-neom-workers-eisner-qadri/index.html>
- Ekovich, S. (2016). L'Arabie Saoudite et les États Unis: une alliance ambivalente et perenne. *CAIRN Matières et Reflexion*, pp. 101-116.
- Flockhart, T. (2016). *Constructivism and foreign policy*. Em A. H. Steve Smith, *Foreign Policy: theories, actors, cases*. Oxford University Press .
- Fourmont-Dainville, G. (2005). *Géopolitique de l'Arabie Saoudite - La guerre interieure*. Bonchamp-Lès-Laval: Ellipses Éditions.
- Frison-Roche, F. (Setembro de 2020). L'avenir incertain du Yémen. *Questions Internationales - Moyen Orient: des guerres sans fin* , pp. 45- 52.
- Gardner, A. (2 de agosto de 2018). *On Tribalism and Arabia*. Obtido de LSE Middle East Center Blog : <https://blogs.lse.ac.uk/mec/2018/08/02/on-tribalism-and-arabia/>
- Gardner, F. (13 de Maio de 2020). *Saudi Arabia: Just how deep are its troubles?* Obtido de BBC News: <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-52588971>

- Gaub, F. (2016). *War of words, Saudi Arabia vs. Iran* . European Union Institute for Security Studies .
- Giorgio Cafiero, C. B. (26 de Fevereiro de 2021). *Will Biden push Saudi Arabia closer to Russia?* Obtido de Daily Sabah : <https://www.dailysabah.com/opinion/op-ed/will-biden-push-saudi-arabia-closer-to-russia>
- Haass, R. (27 de Fevereiro de 2021). *A Realist Reset for US-Saudi Relations*. Obtido de Council on Foreign Relations : <https://www.cfr.org/article/realist-reset-us-saudi-relations>
- Hafidi, M. (24 de Agosto de 2021). *La nouvelle géopolitique de la Russie au Moyen-Orient*. Obtido de Atalayar - entre deux rives : <https://atalayar.com/fr/content/la-nouvelle-g%C3%A9opolitique-de-la-russie-au-moyen-orient>
- Halliday, F. (2005). *The Middle East in International Relations. Power, Politics and Ideology*. UK : Cambridge University Press.
- Hertog, S. (25 de Julho de 2018). *The Political Decline and Social Rise of Tribal Identity in the GCC*. Obtido de LSE Middle East Center Blog : <https://blogs.lse.ac.uk/mec/2018/07/25/the-political-decline-and-social-rise-of-tribal-identity-in-the-gcc/>
- Hinnebush, R. (2003). Foreign Policy Making in the Middle East. Em *The International Politics of the Middle East*.
- Hinnebush, R. (2015). Foreign Policy Analysis in the Arab World. Em V. M. Klaus Brummer (Ed.), *Foreign Policy Analysis Beyond North America* (pp. 77-99). Lynne Rienner Publishers.
- Hoffman, A. (4 de Dezembro de 2020). *G20 in Riyadh: Saudi Arabia's Global Moment*. Obtido de Moshe Dayan Center for Middle Eastern and African Studies : <https://dayan.org/content/g20-riyadh-saudi-arabias-global-moment>
- Hudson, V. M. (2016). The history and evolution of foreign policy analysis. Em A. H. Steve Smith, *Foreign Policy Theories, Actors, Cases*. Oxford University Press.
- Ibish, H. (31 de 01 de 2020). *Gulf Countries Strike a Delicate Balance on Trump's Israeli-Palestinian Proposal* . Obtido de Arab Gulf States Institute in Washington : <https://agsiw.org/gulf-countries-strike-a-delicate-balance-on-trumps-israeli-palestinian-proposal/>
- INSEE. (2015). *Prix du pétrole et des matières premières importées – septembre 2015*.
- Katz, M. N. (27 de Agosto de 2021). *Saudi Arabia is trying to make America jealous with its budding Russia ties*. Obtido de Atlantic Council : <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/menasource/saudi-arabia-is-trying-to-make-america-jealous-with-its-budding-russia-ties/>
- Kéchichian, J. A. (9 de fevereiro de 2016). *Saudi Arabia and China: The Security Dimension*. Obtido de The Middle East Institute : <https://www.mei.edu/publications/saudi-arabia-and-china-security-dimension>

- Legner, J. (10 de Novembro de 2020). *Saudi Arabia's image-building efforts suffer another setback*. Obtido de Al-Jazeera : <https://www.aljazeera.com/opinions/2020/11/10/saudi-arabias-image-building-efforts-suffered-another-set-back>
- Levallois, A. (2016). Iran, Arabie Saoudite: la guerre froide. (L'Harmattan, Ed.) *Confluences Méditerranée*, n°97, 9-13.
- Li, Y. (2019). *Saudi Arabia's Economic Diplomacy through Foreign Aid: Dynamics, Objectives and Mode*. Shangai International Studies University : Routledge.
- Louër, L. (Setembro de 2020). Arabie Saoudite et Émirats arabes unis: un nouvel axe régional. *Questions Internationales - Moyen Orient: des guerres sans fin*, pp. 96-101.
- Luce, S. S. (12 de Novembro de 2020). *U.S.-Saudi ties were especially close under Trump. Under Biden, that looks likely to change*. Obtido de NBC News : <https://www.nbcnews.com/news/world/less-privileged-personal-how-u-s-saudi-ties-may-soon-n1247439>
- Maisel, S. (2015). *The resurgent tribal agenda in Saudi Arabia*. Arab Gulf States Institute in Washington.
- Maria do Céu Pinto, S. C. (3 de abril de 2009). Os desafios no Médio Oriente para a administração Obama. *IPRI-NOVA*, Working Paper n°41.
- Mason, R. (3 de Setembro de 2021). *Saudi-Russian Military Cooperation: Signaling or Strategy?* Obtido de The Arab Gulf States Institute in Washington: <https://agsiw.org/saudi-russian-military-cooperation-signaling-or-strategy/>
- Mendes, P. E. (Dezembro de 2007). A raíz e o fruto na Análise de Política Externa: uma perspetiva eclética. *Revista de Relações Internacionais*, 16 , pp. 129-144.
- Messuzière, Y. A. (Setembro de 2020). Dix ans après les printemps arabes, le Moyen-Orient dans la tourmente. *Questions Internationales - Moyen Orient: des guerres sans fin*, pp. 119-124.
- Michaelson, R. (Maio 2021). *"It's being built on our blood": the true cost of Saudi Arabia's \$500bn megacity*. Obtido de The Guardian: <https://www.theguardian.com/global-development/2020/may/04/its-being-built-on-our-blood-the-true-cost-of-saudi-arabia-5bn-mega-city-neom>
- (2018). *Military Balance 2018*. Londres: International Institute for Strategic Studies.
- Neil Partrick, M. P.-K. (2018). *Saudi Arabian Foreign Policy - Conflict and Cooperation*. (N. Partrick, Ed.) I.B. Tauris & Co. Ltd.
- Northam, J. (19 de Novembro de 2020). *Saudi Arabia Will Host Virtual G20 Summit This Weekend*. Obtido de NPR : <https://www.npr.org/2020/11/19/936567295/saudi-arabia-will-host-virtual-g20-summit-this-weekend?t=1642963006949>
- Nour, A. (2014). *L'Orient et l'Occident: A l'heure d'un nouveau «Sykes-Picot»*. Alger, Argélia: Alem El Afkar .

- Novel, B. (15 de maio de 2020). *Renouveau coopératif en mer Rouge*. Obtido de raison d'état : <https://raisondetat.com/tag/mer-rouge/>
- Ossyane Henni, D. S. (20 de Maio de 2020). *L'Arabie Saoudite face au COVID-19 : l'ambition contrariée*. Obtido de Ifri : <https://www.ifri.org/fr/publications/editoriaux-de-lifri/larabie-saoudite-face-covid-19-lambition-contrariee>
- Ottaway, D. (1 de Março de 2021). *Dawn of a New Era in U.S.-Saudi Relations*. Obtido de Wilson Center: <https://www.wilsoncenter.org/article/dawn-new-era-us-saudi-relations>
- Patrick, N. (2009). *Nationalism in the Gulf States*. The Center for Study of Global Governance, Kuwait Programme on Development, Governance, and Globalisation in the Gulf States .
- Peterson, J. E. (12 de julho de 2018). *Tribe and State in the Contemporary Arabian Peninsula*. Obtido de LSE Middle East Center Blog : <https://blogs.lse.ac.uk/mec/2018/07/12/tribe-and-state-in-the-contemporary-arabian-peninsula/>
- Pieter D. Wezeman, A. K. (Março de 2021). *Trends in International Arms Transfers, 2020*. Obtido de SIPRI Fact Sheet : https://sipri.org/sites/default/files/2021-03/fs_2103_at_2020.pdf
- Pinto, A. S. (2011). Capítulo 3: Arábia Saudita. Em M. R. Freire, *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança* (pp. 77-95). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Pinto, A. S. (2013). Mudanças Políticas no Mundo Árabe: a Never Ending Spring? *IDN Cadernos*, nº10, pp. 29-46.
- Raisi, L. A. (2018). *Iran-Arabie Saoudite: Le choc des Titans*. (É. E. Bonnier, Ed.) Paris: Encre d'Orient.
- Ramani, S. (16 de novembro de 2016). *China and Saudi Arabia's Burgeoning Defense Ties*. Obtido de The Diplomat : <https://thediplomat.com/2016/11/china-and-saudi-arabias-burgeoning-defense-ties/>
- Rigoulet-Roze, D. (2007). La Saoudisation de l'emploi: un défi démographique autant que socioéconomique, sinon politique. *Revue européenne des migrations internationales*, vol. 23.
- Rigoulet-Roze, D. (2016). Le Yémen: défi de la politique régionale et de voisinage de Ryad. Em S. Wesser, *Orients Stratégiques*, nº3 - *L'Arabie Saoudite entre évolution et révolution*. L'Harmattan.
- Sanders, G. (5 de Fevereiro de 2021). *Arms Trade Reform Options for the New Administration and Congress*. Obtido de Center for Strategic and International
- Shihabi, N. A.-O. (2018). Women Behind the Wheel, Activists behind bars: Paradoxes on the path to Reform in Saudi Arabia. *Arabia Foundation*.

- Sloan, D. (6 de Março de 2021). *US relationship with Saudi Arabia is a tightrope for Biden*. Obtido de DW: <https://www.dw.com/en/us-relationship-with-saudi-arabia-is-a-tightrope-for-biden/a-56796052>
- Smith, H. D. (2016). *Foreign Policy - Theories, Actors, Cases* (3 ed.). UK: Oxford University Press .
- Sur, S. (Janeiro-Fevereiro de 2018). L'âme de l'islam, le corps du roi, les fruits du pétrole. *Questions Internationales*, 89, 5.
- Tharoor, I. (18 de Dezembro de 2019). *Trump's most consistent foreign policy: Defending Saudi Arabia*. Obtido de The Washington Post: <https://www.washingtonpost.com/world/2019/12/18/trumps-most-consistent-foreign-policy-defending-saudi-arabia/>
- Watch, H. R. (2 de Outubro de 2020). *Saudi Arabia: 'Image Laundering' Conceals Abuses*. Obtido de Human Rights Watch : <https://www.hrw.org/news/2020/10/02/saudi-arabia-image-laundering-conceals-abuses>
- Wohlforth, W. C. (2016). *Foreign Policy Theories, Actors, Cases*. Em A. H. Steve Smith. Oxford University Press.
- Ylonen, A. (20 de fevereiro de 2020). *The Red Sea Council: Some Reflections*. Obtido de Changing World - Center for International Studies : <https://blog.cei.iscte-iul.pt/red-sea-council-reflections/>
- Yusuf, M. (27 de Setembro de 2021). *Après le retrait des « Patriot », quels choix s'offrent encore à Riyad ? (Analyse)*. Obtido de Agence Anadolu : <https://www.aa.com.tr/fr/analyse/apr%C3%A8s-le-retrait-des-patriot-quels-choix-s-offrent-encore-%C3%A0-riyad-analyse/2375921>
- Zerrouky, M. (4 de dezembro de 2021). *Sultan Al-Arada, le visage de la bataille de Marib, le « Verdun » de la guerre du Yémen*. Obtido de Le Monde : https://www.lemonde.fr/international/article/2021/12/04/sultan-al-arada-le-visage-de-la-bataille-de-marib-le-verdun-de-la-guerre-du-yemen_6104699_3210.html

Anexos

Capítulo I

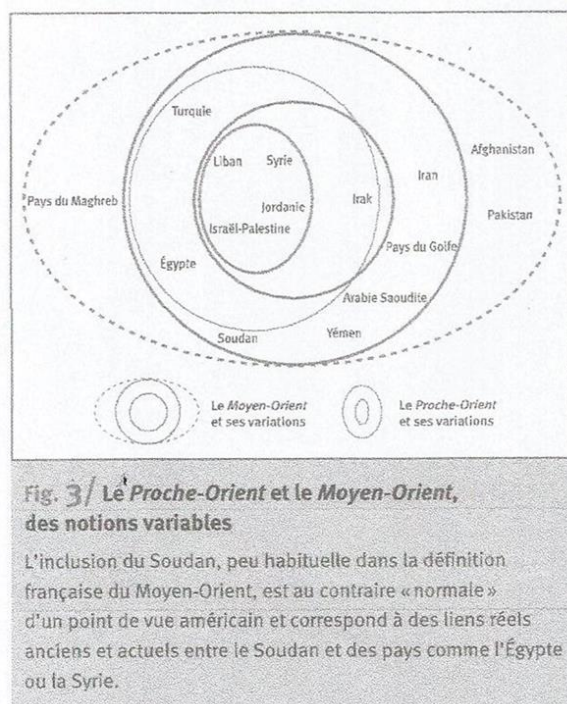


Figura 1 – Noções variáveis de Médio e Próximo Oriente.

Fonte: (Capdepuy, 2008, p. 236)



Figura 2 - Mapa do Iêmen

Fonte: Wordpress



Figura 3 – Mapa da Síria

Fonte: ANGOP



Figura 4 – Mapa do Iraque

Fonte: IBGE



Figura 5 – Mapa dos países pertencentes ao Conselho de Cooperação do Golfo

Fonte: Bilaterals

Capítulo II



Figura 6 – Fotografia de Abdul Rahmam I (1850–1928)

Fonte: Wikidata



Figura 7 – Fotografia de Abd Al-Aziz Ibn Saud (1875-1953)

Fonte: Wikidata



Figura 8 – Fotografia do encontro entre Ibn Saud e Roosevelt em 1945 a bordo do navio *Quincy* no canal do Suez

Fonte: Getty Images

Capítulo III



Figura 9 – Fotografia de Salman bin Abdulaziz Al Saud (nascido em 1935), atual Rei da Arábia Saudita.

Fonte: Wikipédia



Figura 10 – Fotografia de Mohammad bin Salman (MBS), nascido em 1985, atual Príncipe-herdeiro da Arábia Saudita.

Fonte: Globo



Figura 11 – Fotografia de Mohammad bin Nayef (MBN), nascido em 1959.

Fonte: Embaixada da Arábia Saudita, Whashington D.C.



Figura 12 – Fotografia do momento em que MBS beija a mão de MBN, depois de consumado o golpe palaciano de 20 de Junho de 2017.

Fonte: New York Times



Figura 13 – Fotografia de Raïf Badawi, nascido em 1984.

Fonte: Parlamento Europeu



Figura 14 – Fotografia do aperto de mão entre François Hollande e MBN, depois de ser agraciado com a *Légion d'honneur*.

Fonte: change.org

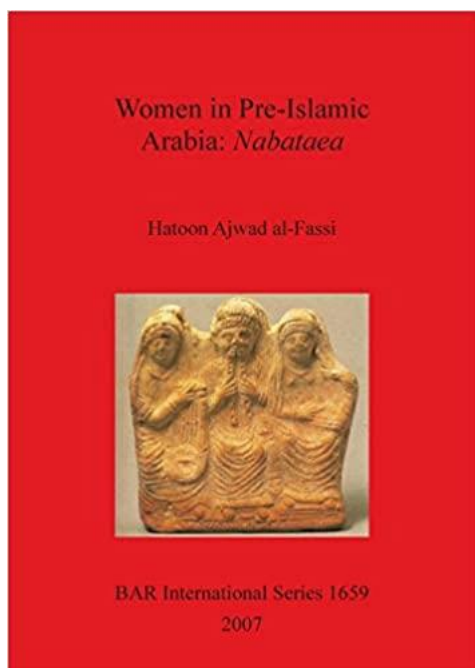


Figura 15 – Capa do livro «As Mulheres na Arábia pré-Islâmica» de Hatoun Al-Fassi publicado em 2007.

Fonte: Amazon



Figura 16 – Fotografia de Loujain Al-Hathloul, nascida em 1989.

Fonte: UOL



Figura 17 – Fotografia de Aziza Al-Yousef, nascida em 1957.

Fonte: Wikipédia



Figura 18 – Mapa onde estão assinaladas as cidades de *Qatif* e *Ahsa* (Hassa), na parte leste da Arábia Saudita.

Fonte: Qatif Oasis



Figura 19 – Fotografia de Nimr Baqr al-Nimr (1959-2016).

Fonte: Tahgrib News

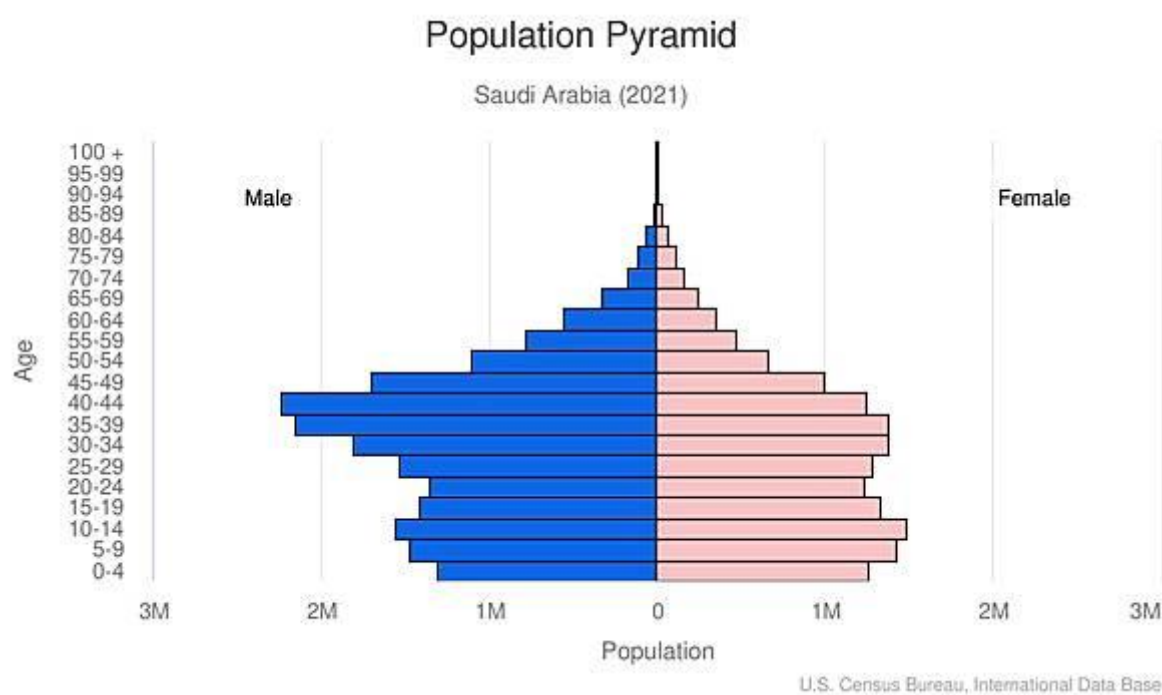


Figura 20 – Pirâmide Populacional da Arábia Saudita em 2021.

Fonte: CIA World Factbook 2021

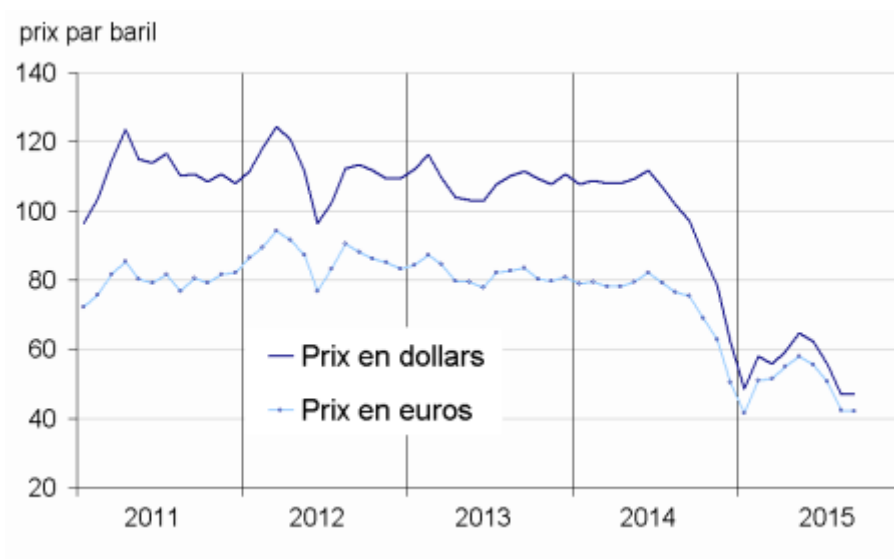


Figura 21 – Gráfico representando a evolução do preço do Brent, em dólares e em euros, entre 2011 e 2015.

Fonte: INSEE (*Institut national de la statistique et des études économiques*)



Figura 22 – Mapa da Arábia Saudita onde está assinalada a região Este, onde se encontram Qatif e Al-Awamiyah.

Fonte: BBC News



Figura 23 – Fotografia da destruição em *Al-Awamiyah*.

Fonte: Reuters

Capítulo IV



Figura 24 – Fotografia de Mohammed bin Zayed Al-Nahyan, príncipe-herdeiro do emirado de Abu-Dhabi.

Fonte: Diário de Notícias



Figura 25 – Mapa onde se pode ver o Mar Vermelho, o canal do Suez, e o Golfo de Aden.

Fonte: Wikipédia



Figura 26 – Mapa do Estado de Israel.

Fonte: UOL



Figura 27 – Mapa do Golfo Pérsico onde se pode ver o Qatar.

Fonte: Dreamstime



Figura 28 – Mapa da Península Arábica onde se pode ver o sultanato de Omã.

Fonte: InfoEscola



Figura 29 – Mapa do Golfo Pérsico onde se pode ver o emirado do Bahrein.

Fonte: Cola da Web



Figura 30 – Mapa do Golfo Pérsico onde está assinalado o Estreito de Ormuz.

Fonte: Wikipédia

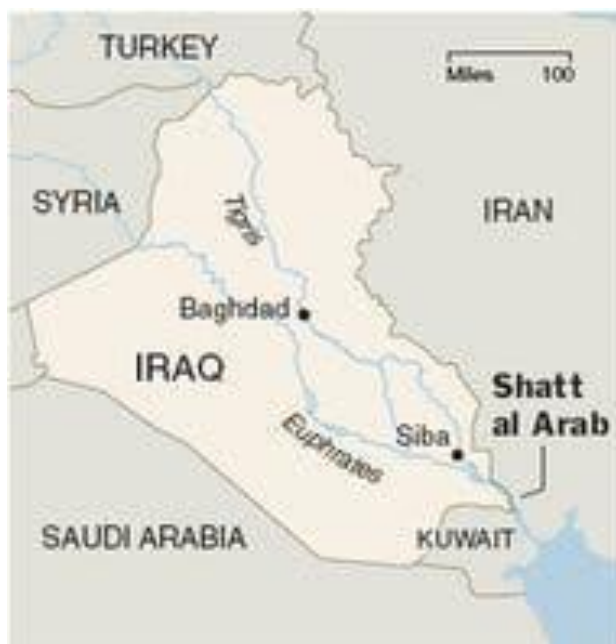


Figura 31 – Mapa onde está assinalado o *Shatt Al-Arab* (“a Costa dos Árabes”), onde o rio Tigre se encontra com o rio Eufrates.

Fonte: The New York Times

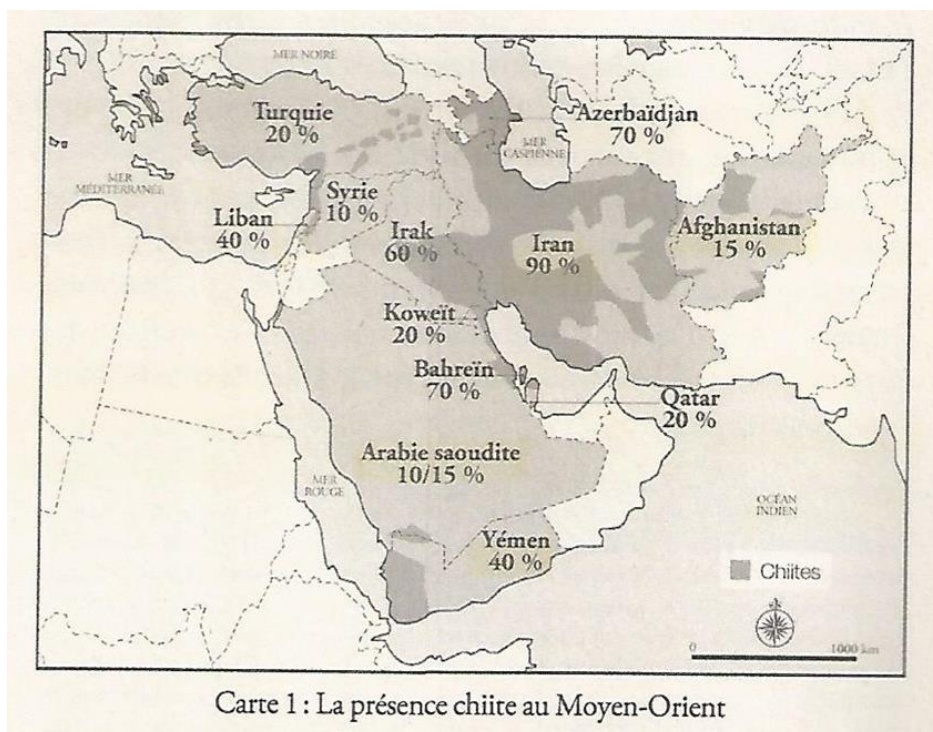


Figura 32 – Mapa que representa a distribuição da população xiita no Médio Oriente.

Fonte: (Raisi, 2018, p. 141)



Figura 33 – Mapa do Djibuti.

Fonte: Dreamstime



Figura 34 – Mapa onde se pode ver o Estreito de Bab el-Mandeb entre o Djibuti e o Iémen, e entre o Mar Vermelho e o Golfo de Aden.

Fonte: Financial Times



Figura 35 – Mapa onde se pode ver o acesso de Israel e da Jordânia ao Golfo de Aqaba e ao Estreito de Tiran.

Fonte: Generational Dynamics

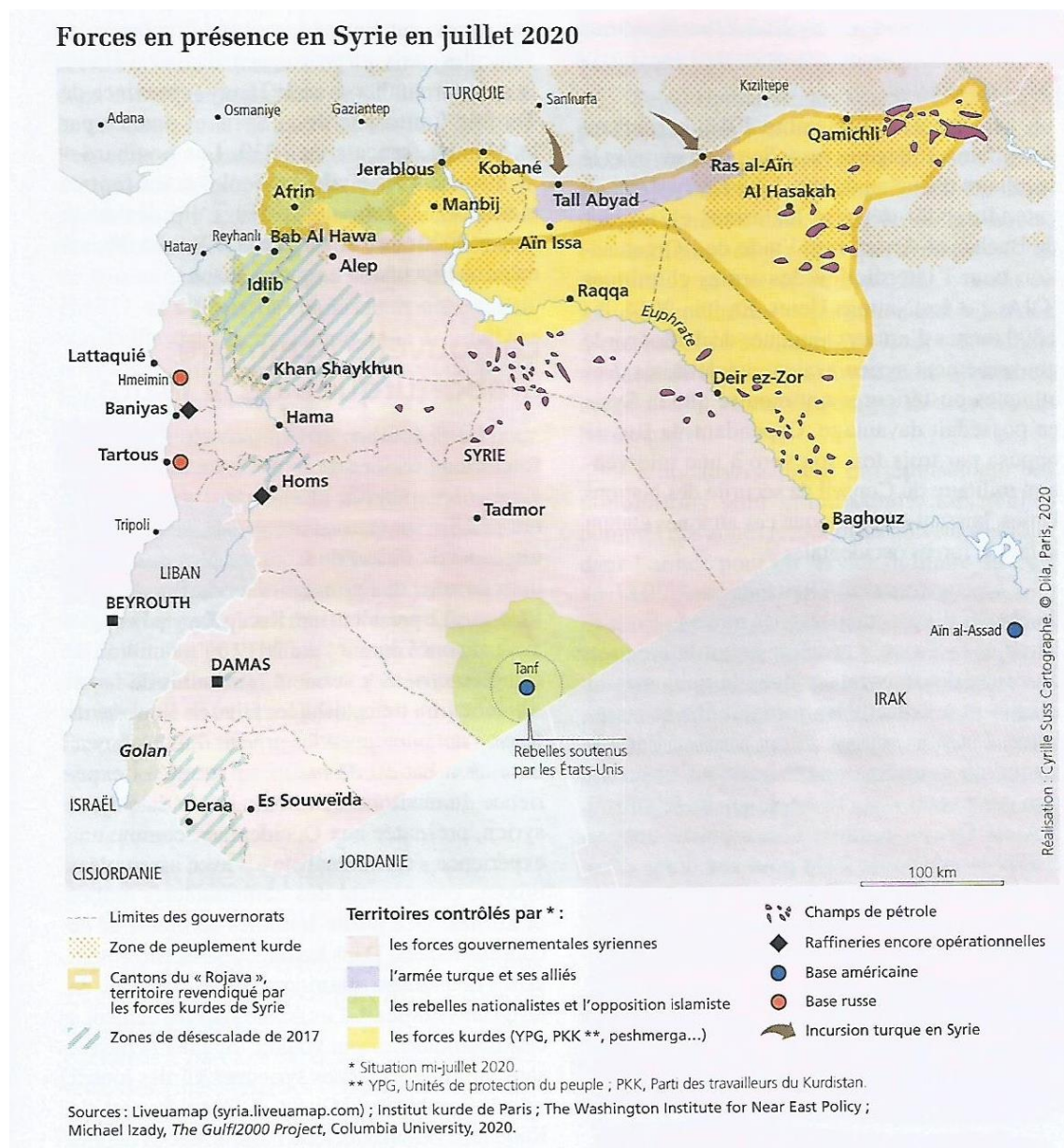


Figura 36 – As forças presentes na Síria em julho de 2020.

Fonte: (Ababsa, 2020, p. 37)



Figura 37 – Fotografia da visita oficial de Barack Obama à Arábia Saudita (27 de Janeiro de 2015).

Fonte: Wikimedia Commons



Figura 38 – Fotografia da visita oficial de Donald Trump à Arábia Saudita em 2017.

Fonte: NDTV



Figura 39 – Fotografia da visita oficial do presidente chinês Xi Jinping à Arábia Saudita em Janeiro de 2016.

Fonte: Al-Arabiya News



Figura 40 – Fotografia do primeiro encontro entre MBS e Vladimir Putin, em São Petersburgo, em Junho de 2015.

Fonte: Brookings Institution



Figura 41 – Fotografia da primeira visita oficial do Rei da Arábia Saudita à Rússia, em Moscovo, em Outubro de 2017.

Fonte: The Times of Israel



Figura 42 – Fotografia do momento do *high-five* entre MBS e Putin na Cimeira do G20 em Buenos Aires, em Novembro de 2018, onde se vê igualmente o Presidente dos EUA Donald Trump.

Fonte: The Mirror



Figura 43 – Fotografia da visita oficial de Vladimir Putin à Arábia Saudita, em Riade, em Outubro de 2019.

Fonte: Atalayar



Figura 44 – Fotografia do momento da assinatura do acordo de cooperação militar conjunta entre a Arábia Saudita e a Rússia, pelo príncipe Khaled Bin Salman e o Ministro da Defesa da Rússia Alexander Fomin, em Agosto de 2021.

Fonte: Atalayar



Figura 45 – Fotografia tirada durante a visita oficial do Presidente Emmanuel Macron à Arábia Saudita, a 4 de Dezembro de 2021.

Fonte: Reuters